

TERRITÓRIOS de conhecimentos

ação educativa

Projeto Território de Conhecimentos:
Diálogos horizontais para aprendizagens significativas

INVENTÁRIO CULTURAL DE QUILOMBOS DE ITAPECURU-MIRIM

Projeto Território de Conhecimentos:
Diálogos horizontais para aprendizagens significativas

INVENTÁRIO CULTURAL DE QUILOMBOS DE ITAPECURU-MIRIM

Santa Rosa dos Pretos, Barreira Funda, Boa Vista, Kelrú, Monge Belo, Ponta Grossa, Santa Helena, Ribeiro, Juçara, Jaibara dos Rodrigues, Teso da Tapera, Frades, Santa Maria dos Pretos, Santa Joana, Morros, Piqui, Javi, Tingidor, Alto da Esperança, Estopa, Curupati, Contendas, Pedras, Dois Mil, Mata do Ipiranga, Fandango, Mirim, Curitiba, Bacabal, Satubinha, Santa Helena 1, Monte Alegre, Jacaré, Mata de São Benedito 3, Filipa, Mata de São Benedito 1, Brasilina, Terra Preta, Santa Maria dos Pinheiros, Oiteiro dos Nogueiras, Pedrinhas, Canta Galo, Moreira, Monte Lindo, Cachoeira, Jaibara dos Nogueiras, São José dos Matos.

Projeto Território de Conhecimentos: diálogos horizontais para aprendizagens significativas
Inventário Cultural de Quilombos de Itapecuru-Mirim (MA)

Parceiros do projeto
União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim - MA (UNICQUITA)
Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC - MA)
Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais do Maranhão (SUPMODE - MA)

Realização
Ação Educativa

Coordenação da Ação Educativa
Maria Virgínia Freitas (Coordenadora Geral)
Ednéia Gonçalves (Coordenadora Executiva Adjunta)
Marcos José da Silva (Coordenador Executivo Adjunto)

Organizadoras
Jessika Tenório e Silvane Silva

Coordenadora do projeto
Ednéia Gonçalves

Especialista em Relações Raciais
Silvane Silva

Analista
Jessika Tenório

Colaboradores
Carlos Benedito Rodrigues e Fernanda Lopes Rodrigues (NEAB-UFMA)
Elias Pires Belfort, Eliane Cardoso Santos, João Batista Sousa Pereira, Luis Carlos Oliveira Ferreira, Paula Souza Costa e Vilma Barbosa (UNICQUITA)
Jocenilson Mendes Costa (SEDUC - MA)
Ana Paula Maia, Cintia da Silva Oliveira e Janaina Alves (Ação Educativa)

Coordenadores e Agentes de campo
Ana Maria Sousa Nogueira, Carlos Daniel Pereira Barros, Josiclea Pires da Silva, Josielma da Conceição Rodrigues, Lucas

Campelo Ferreira, Markelle Vitória Rodrigues dos Santos, Milena dos Santos e Santos, Thalyson Luan Pires Belfort

Entrevistadas/os
Adilson Soares de Sousa, Alberto Caetano da Conceição, Ana Cris Dutra Ferreira, Ana Gomes, Ana Maria, Antônio, Antônio Eliseu Machado, Antônio Ferreira Santos, Antônio Garcia Sousa, Antônio Luiz de Souza, Antônio Macedo, Antônio Nascimento Abreu, Antônio Rego, Antônia Goretti, Arlindo, Augustinho Bento Cerejo, Bendito Neres Barroso, Benedita Martins, Claudiaonice, Cleude Maria dos Santos, Delfino da Cruz Cardoso, Dona Tomázia, Dona Maria de Sátira e Dona Roxa, Ediane Oliveira de Souza, Eliana da Silva Rodrigues, Eliane Cardoso Santos, Elizário da Silva, Elias Belfort, Ezequias Nogueira de Carvalho, Felício Rodrigues, Firmino José da Silva, Francimar Lima dos Santos, Gabriel Marcos Pereira, Gilda Vieira dos Santos, Isabel Santos Lisboa, Jovelina do Livramento Pires Belfort, João Batista da Silva, João Batista Souza Pereira, João Correia dos Santos, João da Cruz dos Santos, João Vonete, José Benedito da Silva Santos, José Campelo, José da Conceição Silva, José do Nascimento Cardoso Santos, José Garcia dos Santos Fonseca, José Luzia Souza Martins, José Ribamar, José Santana, Luís Carlos Oliveira Ferreira, Maria da Conceição Oliveira de Souza Peter, Maria das Dores Belfort Mota, Maria Dominga Marques Pinto, Maria José dos Santos, Maria Pedro Belfort da Costa, Marinalva da Cruz Ferreira, Marlene dos Santos Fonseca, Martinho Bispo Carvalho, Miguel Cardoso, Nelson do Carmo Souza de Melo, Nilza Nascimento dos Santos, Paula Pedrina Gouveia, Pedro Pereira, Raimundo Correia de Souza, Raimundo Mendes da Silva, Raimundo Siqueira Vidinha, Reginaldo Reis, Rildo Pinto, Rosely Marques, Sebastião Quaresma, Seu Branco, Naide, Dona Teresinha, Dona Maria, Silveiro Marcos dos Santos Silva, Teotonia Ferreira, Valmir Pereira Matos, Zé Ribamar

Textos
Ednéia Gonçalves, Elias Pires Belfort, Jessika Tenório, Silvane Silva, Jocenilson Mendes Costa

Diagramação
Stephanie Oliveira

Realização

ação educativa

Parceiros

GOVERNO DO MARANHÃO TRABALHANDO PARA TODOS | SEDUC

Apoio

imaginable futures

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

P964

Projeto território de conhecimentos: diálogos horizontais para aprendizagens significativas / Ednéia Gonçalves, Jessika Tenório, Silvane Silva – São Paulo: Ação Educativa, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-65-6050-053-2

1. Educação escolar quilombola. I. Gonçalves, Ednéia. II. Tenório, Jessika. III. Silva, Silvane. IV. Inventário Cultural de Quilombos de Itapecuru-Mirim.

CDD 371.97

Índice para catálogo sistemático

I. Educação escolar quilombola



ÍNDICE

(Clique na página para acessar)

Apresentação – 10

Introdução – 15

- Território de Conhecimentos: diálogos horizontais para aprendizagens significativas — 18
- O processo de Construção do Inventário — 24
- Relação dos Agentes culturais e comunidades quilombolas inventariadas — 26

Quilombos e as diretrizes nacionais para a educação escolar quilombola – 29

- Linha do tempo da Luta Quilombola por Terra e Educação — 36

O uso pedagógico das narrativas do inventário nas escolas – 47

- O patrimônio Cultural Imaterial — 50
- Organização coletiva — 54

QUILOMBOS E SUAS HISTÓRIAS – 57

- Santa Rosa dos Pretos — 59
- Barreira Funda — 65
- Boa Vista — 68
- Kelrú — 71
- Monge Belo — 75
- Ponta Grossa — 79
- Santa Helena — 82
- Ribeiro — 85
- Juçara — 91
- Jaibara dos Rodrigues — 95
- Teso da Tapera — 101
- Frades — 105
- Santa Maria dos Pretos — 109
- Santa Joana — 115
- Morros — 120
- Piqui — 122
- Javi — 125
- Tingidor — 129
- Alto da Esperança — 135
- Estopa — 143
- Curupati — 149
- Contendas — 155

- Pedras — 161
- Dois Mil — 167
- Mata do Ipiranga — 171
- Fandango — 175
- Mirim — 179
- Curitiba — 185
- Bacabal — 189
- Satubinha — 193
- Santa Helena 1 — 199
- Moreira — 203
- Monte Alegre — 209
- Jacaré — 215
- Mata de São Benedito 3 — 221
- Filipa — 227
- Mata de São Benedito 1 — 237
- Brasilina — 247
- Terra Preta — 251
- Santa Maria dos Pinheiros — 257
- Oiteiro dos Nogueiras — 263
- Pedrinhas — 269
- Canta Galo — 277
- Monte Lindo — 285
- Cachoeira — 289
- Jaibara dos Nogueiras — 293
- São José dos Matos — 299

Agentes culturais – 305

Do inventário à prática educativa – 309

Bibliografia – 312

Glossário – 314



Pedra de Rumo

A parceria entre a Ação Educativa e a União de Comunidades Quilombolas de Itapecuru Mirim (UNICQUITA) para desenvolvimento do Projeto Território de Saberes: Diálogos horizontais para aprendizagens significativas é resultado de um longo processo tecido através dos contatos entre pessoas e Organizações com diferentes graus de envolvimento com o movimento quilombola, reuniões, encontros em barracas na BR, estranhamentos, e duras reflexões, que resultaram no estabelecimento do nosso compromisso em contribuir para valorização da luta e identidade quilombola em todas as etapas de nossa atuação no território de Itapecuru Mirim.

Compromisso selado, a primeira atividade organizada conjuntamente foi uma roda de conversa com lideranças de diferentes comunidades quilombolas do município para sistematização da linha do tempo dos quilombos na região. Nesse encontro nos deparamos e experimentamos pela primeira vez as consequências reais do compromisso assumido: O domínio da atenção sincera à fala pausada, emocionada, ritmada... a superação do receio da aproximação física para a escuta atenta, o real papel da escrita que tece as falas sem invadir ou interromper o fluxo da memória... sabedoria ancestral de registro de conhecimento coletivo como reação à nossa limitada metodologia de diálogo horizontal.

Profundo e eterno agradecimento pelo acolhimento naquela roda que em meio a relatos de lutas e violências seculares, nos apresentaram suas celebrações, heróis, heroínas, encantarias, poços sagrados e "pedras de rumo".

Toda construção desenvolvida desde então decorre desse encontro e do profundo respeito pelas histórias ali narradas e saberes disponibilizados. Cada memória ali apresentada se configurou em nossas pedras de rumo, indicando direção a seguir, conhecimento a aprofundar para aprimoramento do trabalho iniciado.

"Companheira me ajuda que eu não posso andar só, sozinha ando bem, mas com você ando melhor..."

Anacleta Pires, liderança do Quilombo Santa Rosa dos Pretos e da UNICQUITA, finalizou o encontro entoando esse chamado à luta coletiva que tantas vezes cantamos nos encontros em defesa da democracia. Nunca uma canção fez tanto sentido... percorremos muitas estradas com Anacleta e com ela ampliamos significativamente nosso repertório para defesa intransigente da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas do Maranhão e do Brasil.

Agradecemos e dedicamos a Anacleta que se encantou antes da conclusão do trabalho que tão apaixonadamente contribuiu na construção. Com ela por aqui caminharíamos mais rápido, mas a direção foi indicada e participaremos ativamente da luta em defesa de seu legado e de todos os quilombolas de Itapecuru Mirim e da UNICQUITA que generosamente nos acolheram.

Salve Anacleta Pires nossa Pedra de Rumo mais brilhante!

Ednéia Gonçalves
Coordenadora Executiva Adjunta da Ação Educativa



Anacleta Pires | Créditos: Reprodução / Rega Santa Rosa

O projeto Território de Conhecimentos teve uma importância muito grande para nós da União das Comunidades Quilombolas de Itapecuru-Mirim (Unicquita). Nós sempre desejamos que nossa história fosse contada nas escolas, mas diante desse sistema perverso, não imaginávamos como isso seria possível. Então a parceria com a Ação Educativa nos proporcionou a oportunidade de realizar algo que a Unicquita sempre buscou.

Não sabemos nem que nota dar para essa parceria, porque foi muito importante nesse momento e vai ser sempre. Outro ponto importante foi o envolvimento dos nossos jovens ao participarem da coleta das nossas histórias para que essas histórias possam continuar sempre sendo faladas, passadas e repassadas nas nossas comunidades para nossas crianças, para nosso povo e para toda sociedade brasileira.

Queremos agradecer muito a Deus por vocês terem chegado na Unicquita e conseguido realizar esse trabalho de maneira coletiva, com todo mundo junto. Quero agradecer muito o respeito que a Ação Educativa tem pela nossa instituição e por cada um de nós. E pelo respeito que tem pelos quilombos. Nas falas, nas reuniões sempre foi demonstrado um grande respeito aos quilombos.

A publicação do inventário cultural vai possibilitar que a memória das nossas comunidades se mantenha viva, pois as histórias estarão sendo faladas nas escolas, nas salas de aula, em formação de professores, em capacitação e formação de lideranças. Então este é um produto que servirá para diversas áreas, principalmente a área de educação.

A Ação Educativa pode contar conosco para a continuidade dessa parceria que trouxe empoderamento para a Unicquita, para nossos jovens e para as nossas comunidades e territórios quilombolas de Itapecuru-Mirim.

Sigamos juntos!

Elias Pires Belfort
Presidente da Unicquita

A educação escolar quilombola desempenha um papel fundamental na valorização da identidade, da cultura e da história das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Mais do que um direito, essa modalidade de ensino é uma ferramenta essencial para o fortalecimento das tradições afro-brasileiras e para a promoção da equidade social e racial.

As escolas quilombolas são espaços de resistência e emancipação, onde os saberes tradicionais e a história da população negra são reconhecidos e incorporados ao currículo escolar. Diferente do ensino convencional, a educação quilombola respeita as particularidades culturais das comunidades, promovendo uma aprendizagem que dialoga com suas práticas, valores e conhecimentos ancestrais. Isso contribui para o fortalecimento da identidade dos estudantes e para a preservação das raízes históricas dos quilombos.

Além disso, essa modalidade de ensino tem um papel fundamental na luta contra o racismo estrutural, ajudando a desconstruir narrativas eurocêntricas e coloniais que historicamente invisibilizaram as contribuições da população negra para a sociedade brasileira. O ensino quilombola busca proporcionar uma formação crítica, permitindo que os estudantes compreendam sua própria realidade e tenham seus direitos assegurados por participar ativamente da construção de uma sociedade mais justa e equânime que respeite a diversidade e fortaleça a identidade quilombola.

A educação escolar quilombola não se limita a fornecer conteúdos acadêmicos; ela é uma forma de resistência e afirmação, um caminho para o desenvolvimento integral das comunidades quilombolas e uma importante estratégia para a construção de um Brasil que considere a pluralidade de sua constituição.

Além disso, a educação escolar quilombola contribui para o empoderamento dos jovens, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para enfrentar os diversos desafios sociais e econômicas que ainda permeiam as comunidades quilombolas. Ela também fortalece a cidadania ao promover uma formação crítica, que ensina os estudantes a reconhecerem sua própria importância na sociedade.

Dessa maneira, entendemos que Educação Escolar Quilombola tem em sua essência, a capacidade de promover a inclusão social e garantir que os estudantes quilombolas tenham acesso a um ensino que respeite suas particularidades, valorizando a sua história, memórias, linguagens, suas tradições religiosas, os saberes ancestrais e as práticas culturais dessas comunidades, o que contribui significativamente no enfrentamento e combater a invisibilidade histórica dos quilombolas e garante que as novas gerações conheçam e preservem as lutas e conquistas de seus antepassados.

Jocenilson M Costa
Supervisor de Modalidades e Diversidades Educacionais do Maranhão (SUPMODE-MA)



INTRODUÇÃO



Carlos Daniel (Coordenador), Fernanda (NEAB), Elias (Presidente da UNICQUITA), Markelle Vitória (Agente), Edneia Gonçalves (Ação Educativa), Ana Maria (Agente), Silvane Silva (Ação Educativa), Milena (Agente), Thalyson Luan (Agente), Josicleia (coordenadora), Josielma (Agente), Antônio Maciel e Lucas (Agente)



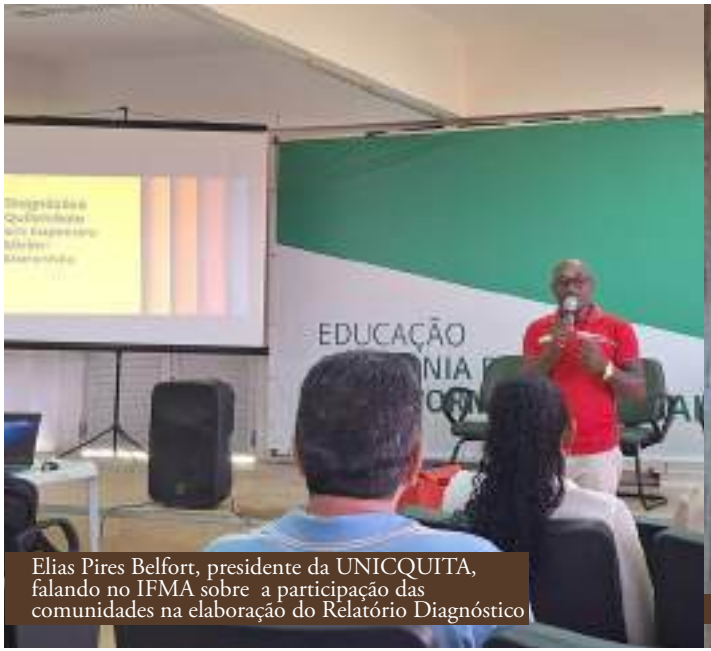
TERRITÓRIO DE CONHECIMENTOS:
DIÁLOGOS HORIZONTAIS PARA APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS

"O território é mais do que um pedaço de terra; é a base da nossa identidade, da nossa cultura e da nossa existência. É onde as nossas histórias são construídas e preservadas."
Antonio Bispo dos Santos

A história das comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, é marcada por processos de resistência e pela preservação de saberes ancestrais. A transmissão desse conhecimento, enraizado nas vivências locais, é fundamental para a valorização da identidade quilombola e para a construção de uma educação que reconheça e respeite as diversidades culturais presentes no território.



Apresentação do Diagnóstico das Comunidades Quilombolas de Itapecuru-Mirim



Elias Pires Belfort, presidente da UNICQUITA, falando no IFMA sobre a participação das comunidades na elaboração do Relatório Diagnóstico



Capa do Folheto de divulgação do Relatório Diagnóstico

O projeto *Território de Conhecimentos: diálogos horizontais para aprendizagens significativas* tem como propósito contribuir para o reconhecimento e valorização dos referenciais culturais das comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim. Para isso, busca fortalecer práticas educativas que considerem as experiências e conhecimentos dessas populações, em consonância com as Leis 10.639/03 e 11.635/08 e o Parecer nº 16/2012 do Conselho Nacional de Educação que trata das Diretrizes Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para Educação Escolar Quilombola.

Com o objetivo de promover esse reconhecimento, o projeto se desenvolveu pela parceria entre a União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim (UNICQUITA) e a Ação Educativa, realizando encontros para escuta, atividades formativas e a seleção de agentes culturais para o mapeamento dos bens culturais das comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim. Atualmente, segundo a UNICQUITA, o município possui **84 comunidades quilombolas**, algumas já tituladas e outras ainda em processo de reconhecimento.

O projeto contou também com a parceria do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (NEAB/UFMA), envolvendo a participação dos professores Carlos Benedito e Fernanda Lopes Rodrigues. Por meio dessa colaboração, foram realizados encontros presenciais e remotos para a construção do Instrumento de Pesquisa para o Inventário Cultural, uma ferramenta responsável por documentar e sistematizar os saberes, práticas

e manifestações culturais das comunidades quilombolas. Além disso, foram responsáveis pela formação de orientação para construção do inventário de referências culturais das comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim (MA) com os agentes culturais e coordenadores.

A seleção dos agentes e coordenadores foi um momento importante e dialogado com a UNICQUITA e considerou o envolvimento dos jovens no cotidiano de suas comunidades. Os jovens inscritos foram convidados a redigir um texto apresentando sua comunidade, destacando seus aspectos culturais e desafios. O edital para agentes culturais recebeu 41 inscrições em que, 14 candidatos foram entrevistados remotamente e 6 foram selecionados. Para a seleção dos coordenadores, 17 candidatos se inscreveram, dos quais 4 participaram das entrevistas finais, resultando na escolha de 2 coordenadores.

Entre as atividades formativas, os agentes e coordenadores foram convidados a integrar uma atividade promovida pela UNICQUITA no **Instituto Federal do Maranhão (IFMA)**, onde foi apresentado o **Relatório Diagnóstico das Comunidades Quilombolas de Itapecuru-Mirim**. Esse diagnóstico, desenvolvido em parceria com a **Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)** e pesquisadores do IFMA, trouxe dados relevantes sobre a realidade das comunidades quilombolas do município.

Os resultados do diagnóstico reforçam desafios estruturais que impactam diretamente o cotidiano das comunidades. Um dos pontos críticos é o **acesso à educação, já que 50% das comunidades quilombolas de Itapecuru-Mirim não possuem escolas de Ensino Fundamental I e 81% não contam com Ensino Fundamental II**. A ausência dessas instituições educacionais impõe barreiras significativas para crianças e adolescentes, que frequentemente precisam se deslocar para outras localidades em busca de ensino, enfrentando dificuldades de transporte, segurança e custos financeiros.

Outro aspecto destacado no relatório é a necessidade de incorporar, de maneira mais efetiva, **a história e a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar**. Mais do que uma exigência legal, essa inclusão representa um passo fundamental para o reconhecimento das identidades quilombolas e para a promoção de uma educação que respeite a diversidade e valorize os saberes locais.

A participação dos jovens nesse processo formativo foi essencial para fortalecer sua compreensão sobre os desafios enfrentados pelas comunidades e sobre a importância da documentação cultural. Além de se apropriarem da metodologia do Inventário Cultural, os jovens acompanharam de perto o protagonismo das lideranças quilombolas, observando suas interações e diálogos com pesquisadores acadêmicos.

Por isso, o projeto *Território de Conhecimentos: diálogos horizontais para aprendizagens significativas* segue em andamento, com o compromisso de registrar e valorizar os bens culturais das comunidades quilombolas de Itapecu-

ru-Mirim. A atuação dos agentes culturais foi determinante para garantir que essas histórias, memórias e tradições sejam documentadas. A preservação desses saberes fortalece a identidade das comunidades e assegura que suas contribuições históricas e culturais sejam reconhecidas e perpetuadas.

Ao longo desse processo, reafirma-se a importância de construir espaços de aprendizagem que dialoguem com as realidades locais e respeitem os conhecimentos tradicionais. O envolvimento dos professores nesse percurso é essencial para que a escola se torne um ambiente de valorização da diversidade e de construção coletiva do conhecimento, contribuindo para um ensino mais conectado às experiências dos estudantes quilombolas e às suas comunidades.



Reunião de planejamento do Projeto Território de Conhecimentos com a UNICQUITA no dia 05 de março de 2024



Profª Fernanda Rodrigues NEAB/UFMA durante a oficina com os agentes culturais



O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO

As narrativas foram coletadas pelos agentes culturais por meio de entrevistas orais. Para conduzir esse processo, os jovens utilizaram um questionário previamente elaborado, que serviu como guia para orientar as perguntas. As entrevistas, no formato semi-estruturado, ocorreram como conversas abertas, foram gravadas e posteriormente transcritas.

O processo de mapeamento das comunidades quilombolas teve início com encontros formativos, nos quais foram apresentadas as ferramentas necessárias para o trabalho em campo. Esses encontros, voltados tanto para os Agentes Culturais quanto para os Coordenadores, tiveram como objetivo fomentar o diálogo da juventude com seus territórios, promovendo a apropriação do instrumento de pesquisa e a reflexão sobre o fortalecimento da identidade quilombola de Itapecuru-Mirim.

Com a base metodológica estruturada, foi iniciado o levantamento preliminar, seguido do agendamento das entrevistas com os moradores das comunidades quilombolas. Durante um período de três meses, os agentes culturais se dedicaram à realização das entrevistas, coletando relatos sobre a história e o patrimônio cultural de cada território. No entanto, esse prazo acabou sendo muito curto, o que impactou diretamente no alcance das visitas. Devido ao grande número de comunidades e às distâncias entre elas, nem todas puderam ser contempladas nessa primeira fase do projeto.

Para contribuir com o levantamento preliminar dos bens culturais das comunidades quilombolas, a UNICQUITA elaborou um relatório inicial, caracterizando os territórios. A partir desse documento, foi estabelecida a divisão das comunidades em cinco polos, considerando sua localização e proximidade geográfica.



RELAÇÃO DOS AGENTES CULTURAIS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS INVENTARIADAS

• Polo 1.1 - Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos
Agente Cultural: Thalyson Luan Pires Belfort
Coordenadora: Josiclea Pires da Silva
Comunidades deste polo: Santa Rosa dos Pretos, Barreira Funda, Boa Vista, Kelrú.

• Polo 1.2 - Território Quilombola Monge Belo
Agente Cultural: Lucas Campelo Ferreira
Coordenadora: Josiclea Pires da Silva
Comunidades quilombolas deste polo: Monge Belo, Ponta Grossa, Ribeiro, Santa Helena, Juçara, Jaibara dos Rodrigues, Teso da Tapera, Frades.

• Polo 2 - Território Quilombola Santa Maria dos Pretos
Agente Cultural: Josielma da Conceição Rodrigues
Coordenadora: Josiclea Pires da Silva
Comunidades quilombolas deste polo: Santa Maria dos Pretos, Santa Joana, Morros, Pequi, Javi.

• Polo 3 - Território Quilombola Tingidor
Agente Cultural: Ana Maria Sousa Nogueira
Coordenador: Carlos Daniel Pereira Barros
Comunidades quilombolas deste polo: Tingidor, Alto da Esperança, Estopa, Curupati, São Bento, Contendas, Pedras, Dois Mil, Mata do Ipiranga, Fandango, Mirim, Curitiba, Bacabal, Satubinha, Santa Helena 1.

• Polo 4 - Território Quilombola Moreira
Agente Cultural: Markelle Vitória Rodrigues dos Santos
Coordenador: Carlos Daniel Pereira Barros
Comunidades quilombolas deste polo: Moreira, Monte Alegre, Jacaré, Sumaúma, Mata de São Benedito 3, Filipa, Mata de São Benedito 1, Brasilina, Terra Preta.

• Polo 5 - Território Quilombola Santa Maria dos Pinheiros
Agente Cultural: Milena dos Santos e Santos
Coordenador: Carlos Daniel Pereira Barros
Comunidades quilombolas deste polo: Santa Maria dos Pinheiros, Oiteiro dos Nogueiras, Pedrinhas, Canta Galo, Monte Lindo, Cachoeira, Jaibara dos Nogueiras, São José dos Matos.

O trabalho desenvolvido pelos agentes culturais incluiu a coleta de documentos históricos, registros dos bens culturais físicos e o preenchimento do instrumento de pesquisa, contribuindo para a contextualização de cada território e permitindo a construção das narrativas apresentadas neste material. Para a realização das atividades, cada agente cultural recebeu um tablet, utilizado para gravação das entrevistas e registros fotográficos.
É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas com uma ou duas pessoas por comunidade, o que significa que ainda há muito a ser documentado. Esperamos que, em uma segunda etapa do projeto, mais vozes possam ser ouvidas, ampliando o alcance do inventário.


Agente cultural Josielma entrevistando Dona Tomázia, Dona Maria de Sátira e Dona Roxa



QUILOMBOS E AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

QUILOMBOS E AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Sem terra não há quilombo, sem território não há quilombola. O direito à terra é o que aparece na centralidade das lutas das comunidades quilombolas. Com base na definição de quilombo das Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, podemos perceber de maneira decisiva que a identidade quilombola está totalmente ligada à terra e aos usos que se faz dela:

> Art. 3º Entende-se por quilombos:
> I- os grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica;
> II – Comunidades rurais e urbanas que:
> a) lutam historicamente pelo direito à terra, e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte dos seus usos, costumes e tradições;
> b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam preservar a sua memória.
> III – Comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros[1].

O conceito de quilombo tem uma longa trajetória na historiografia brasileira. Ao se trabalhar com as temáticas que envolvem a história dos quilombolas contemporâneos, é necessário compreender as elaborações do termo quilombo ao longo do tempo e os seus processos de ressignificação/ressemantização. Se o quilombo histórico, do período da escravização, tinha o significado básico de "lugar de escravizados fugidos", os quilombos contemporâneos ou como posto na constituição "comunidades remanescentes de quilombo" não possuem mais essa significação.

[1] BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Seção 1, p.26.



Quilombo Jaibara dos Rodrigues

Do ponto de vista epistemológico, quilombo é uma palavra de origem banto (quimbundo) que, no Brasil, assumiu o significado de resistência dos africanos escravizados e de seus descendentes. Sua existência espalhou-se por todo território brasileiro. A primeira vez que o termo apareceu em um registro oficial, foi no ano de 1740 em uma carta enviada pelo rei Dom João V ao Conselho Ultramarino (responsável pela administração das colônias portuguesas), na qual caracterizava quilombo como sendo "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, ainda que não tenham ranchos, nem pilões". A partir de então, a documentação oficial referente a tais comunidades adotou o termo quilombo, sendo que antes estes eram conhecidos como mocambos (do quicongo *mukambu*, que significa cabana).

A maioria dos quilombos que existiram durante o período da escravização, fazia parte de uma complexa rede de cumplicidade entre livres e escravizados. Assim sendo, as formas de vida encontradas pelos quilombolas para viverem livres dentro da sociedade escravista, acabaram por provocar uma transformação no mundo em que viviam. Os quilombos no Brasil foram uma experiência forjada pelas/os quilombolas para viverem como agentes livres profundamente enredados na sociedade escravista.

Na documentação colonial, como os textos de leis, regimentos e cartas, o termo quilombo explicita a preocupação das autoridades em controlar a fuga dos trabalhadores escravizados e manter sua autoridade sobre estes. Era portanto uma definição política e, muitas vezes, estava atrelada ao pagamento de salários dos capitães do mato, figuras importantes na contenção das fugas e destruição dos quilombos.

Com a Abolição, muitas das terras nas quais a população negra vivia, as chamadas "terras de preto" e especialmente as "terras de santa" ou "de santo", foram recebidas em doação dos antigos senhores ou foram compradas pelos próprios negros. Outras eram remanescentes de quilombos. Porém, com o passar dos anos, as características destas áreas foram modificadas de acordo com interesses políticos e econômicos de cada região. Nos processos de "grilagem" de terras muitos foram mortos, famílias negras foram expulsas de seus territórios de forma violenta ou entregaram essas terras por valores simbólicos em processos de especulação imobiliária. Nas diversas regiões do Brasil, após expulsarem as famílias, os latifundiários obtiveram (e obtém ainda hoje) grandes lucros com as monoculturas (cana, soja, eucalipto), criação de gado ou ainda com atividades de mineração, entre outras que são incompatíveis com os modos de vida quilombola. Existem ainda comunidades que foram remanejadas de seus territórios e aquelas que lutam até hoje para não serem expulsas nos processos de criação de parques ambientais, de barragens ou áreas de interesse militar.

O conceito de "remanescente de quilombo" começou a ser construído durante as preparações para o centenário da Abolição, que coincidiram com as discussões para elaboração do texto da Constituição de 1988. Neste cenário, ocorreram encontros entre membros do Movimento Negro urbano e também de grupos do Movimento Negro

rural. Dentre as muitas pautas que a população negra reivindicava neste momento, dois pontos foram bastante debatidos: a criminalização do racismo e as terras de quilombos. O primeiro encontro de comunidades negras rurais ocorreu no Maranhão em 1986 e teve como tema "O negro e a Constituição".

Desde a década de 1970, a ideia de quilombo passou a ser muito valorizada pelo movimento negro, tornando-se um símbolo de luta. Em 1974, o grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, contrapondo-se às comemorações do dia 13 de maio, sugeriu o dia do assassinato de Zumbi dos Palmares, 20 de novembro de 1695, como a data a ser celebrada, em memória à heroica resistência do Quilombo de Palmares. Nas manifestações culturais que envolvem as populações negras, seja como participantes ou como tema, o quilombo aparece sempre como um desejo utópico. Além disso, o termo quilombo popularizou-se no mercado cultural, nas peças teatrais, nas letras de músicas, camisetas, poesias, crônicas, livros, sambas-enredo, pinturas, entre outras expressões. Em 1980, Abdias do Nascimento publicou o livro *O Quilombismo*, propondo a implantação de um Estado Nacional Quilombista.

Em 1988, o Movimento Negro Unificado (MNU) realizou um encontro em Brasília com entidades negras que estavam engajadas nas discussões do texto constitucional. Foi consenso entre todos os participantes que era imprescindível constar na Constituição, o direito à terra para as populações negras que ocupavam as chamadas "terras de preto" ou "terras de quilombos". Daí se elaborou o artigo 68, no qual todas as chamadas "terras de preto", terras conquistadas pela compra, por meio de doação ou terras de antigos quilombos, se transformaram em "comunidades remanescentes de quilombos". Neste momento também foi criada a Fundação Cultural Palmares, órgão do governo federal, que se tornou responsável pelo trabalho de reconhecimento, regularização e titulação das comunidades quilombolas.

Com o passar dos anos, as lideranças quilombolas juntamente com os movimentos sociais negros perceberam a dificuldade de se conseguir a titulação das terras e viram a necessidade de lutar por novas normativas que garantissem a aplicabilidade do Artigo 68/1988. As autoridades alegavam que a dificuldade se dava tanto pela variedade da maneira como foram formadas essas comunidades negras rurais e urbanas, quanto pelo fato do Artigo 68 não apontar como se deve fazer a titulação das terras aos remanescentes de quilombos. Aproveitando-se desta fragilidade do texto legal, os legisladores alegavam insegurança jurídica no momento de avaliar o pedido de titulação.

O movimento negro rural e o movimento camponês se reuniram em encontros regionais, principalmente nos estados do Maranhão e Pará. Em 1995, ocorreu o I Encontro Nacional das Comunidades Rurais, em Brasília. Momento em que o movimento negro urbano organizou debates sobre os 300 anos de morte (ou imortalidade) de Zumbi e juntos realizaram a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo. Em 1996, foi instituída a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), cuja primeira sede foi no Maranhão.



Quilombo Pedrinhas

Em 2003, integrantes do Movimento Negro e Quilombola conquistaram a publicação do Decreto 4.887/03 e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que passa a acompanhar os processos de certificação de terras das comunidades quilombolas junto à Fundação Palmares e os processos de demarcação e delimitação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[2].

Nos dois primeiros artigos do Decreto 4.887/03 consta que:

> Art.1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.
> Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
> § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

O Decreto 4.887/03 veio no bojo das políticas que visam garantir direitos às minorias étnicas e populações historicamente oprimidas. A grande mudança deste decreto para a política fundiária é recuperar a ideia de comunidade. O remanescente quilombola não é um indivíduo isolado, que receberá o título de posse de uma porção de terra, trata-se de um grupo de pessoas que têm direito ao título coletivo de um território. Portanto, fica nítido que a questão das terras quilombolas não se refere apenas ao aspecto fundiário de demarcação, mas também a um território cultural.

[2] Texto completo do Decreto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4887-20-novembro-2003-497664-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 jan. 2019.

LINHA DO TEMPO DA LUTA QUILOMBOLA POR TERRA E EDUCAÇÃO

Terra e educação são pautas centrais e estruturam a luta pela afirmação dos direitos quilombolas no Brasil. (...) A identidade quilombola é estruturada pelos seus territórios tradicionais. Pensar a Educação Quilombola demanda, necessariamente, refletir sobre o território e sobre as lutas envolvidas para assegurar esse direito."
(Souza; Silva, 2021, p. 33)

A linha do tempo apresentada reúne marcos históricos que ajudam a compreender a trajetória de resistência e organização das comunidades quilombolas na luta por direitos territoriais e educacionais no Brasil. A titulação de terras, a inclusão das escolas quilombolas nas políticas públicas e a criação de programas voltados à equidade racial fazem parte de uma história viva, construída com coragem, participação e enfrentamento ao racismo. Este material é um convite para que educadores e educadoras, estudantes e toda a comunidade escolar conheçam, valorizem e compartilhem essa história.



Primeiro encontro com lideranças quilombolas de Itapecuru-Mirim para constução da linha do tempo da luta quilombola.

1740

Primeira referência oficial ao termo “quilombo”

O termo “quilombo” aparece oficialmente em uma carta do rei Dom João V ao Conselho Ultramarino, sendo definido como “toda a habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.

1850

Lei de Terras (Lei nº 601)

Determina a compra como única forma legal de acesso à terra, excluindo negros libertos e quilombolas do direito fundiário.

1888

Abolição formal da escravidão (Lei Áurea)

Extingue a escravidão sem qualquer política de reparação, deixando ex-escravizados à margem da estrutura fundiária e educacional.

1986

1º Encontro de Comunidades Negras Rurais no Maranhão

Com o tema “O negro e a Constituição brasileira”, o encontro trouxe à tona a urgência da regularização das chamadas “terras de preto”, pauta levantada pelo movimento negro no Maranhão.

1988

Fundação Cultural Palmares (Lei nº 7.668)

Vinculada ao Ministério da Cultura e com o objetivo de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos, decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

Constituição Federal de 1988 (Art. 68. Atos das Disposições Constitucionais Tradicionais)

A partir da Constituição Federal de 1988 se incorporou a perspectiva do Brasil como uma nação multicultural, o que contribuiu para o reconhecimento dos direitos indígenas, no reconhecimento das comunidades quilombolas como objeto de interesse cultural (Artigos 215 e 216) e como sujeito de direito: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". (Art. 68 do ADCT)

1993

Início do mapeamento quilombola pela CPI-SP

A Comissão Pró-Índio de SP iniciou um mapeamento de comunidades quilombolas em São Paulo, com o objetivo de identificar e mapear territórios quilombolas para o reconhecimento dos direitos territoriais.

1995

Primeira Comunidade Quilombola titulada no Brasil

Comunidade Quilombola Boa Vista, localizada em Oriximiná (PA).

I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

Ocorreu em Brasília, no contexto da Marcha Zumbi dos Palmares, deu origem à Comissão Nacional Provisória das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

1996

Criação da CONAQ

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas é fundada, com atuação nacional em políticas de titulação, educação e direitos sociais.

Inclusão da Educação Escolar Quilombola na LDB (Lei nº 9.394/96)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reconhece a Educação Escolar Quilombola como uma modalidade de educação básica e, consequentemente, a necessidade de criar currículos específicos que abordem a história e cultura afro-brasileira e africana.

2003

Criação da SEPPIR

Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com objetivo de implementar políticas de garantia aos direitos territoriais de comunidades quilombolas.

Decreto 4.887/03

Regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos.

2004

INCRA publica normativa (nº 16) que define que Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário estabelecerá as regras para procedimentos de titulação

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabelece procedimentos do processo administrativo para Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação das terras ocupadas.

Lançamento do Programa Brasil Quilombola (PBQ)

Integra ações de regularização fundiária, infraestrutura, inclusão produtiva e desenvolvimento local.

Censo Educacional do INEP inclui escolas em comunidades quilombolas

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação, passa a contemplar a agenda quilombola ao incluir no censo escolar anual a categoria "escolas em áreas remanescentes de quilombos".

2006

Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais inclui quilombolas (Lei nº 11.326)

A lei estabelece instrumentos como programas de crédito, assistência técnica, garantia de preços e outras medidas que visam fortalecer a agricultura familiar.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação inclui escolas quilombolas

Prevê assistência financeira suplementar para municípios com presença de escolas em áreas remanescentes de quilombos.

2007

Instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040)

Com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

I Quilombinho - Encontro nacional de crianças e adolescentes quilombolas

Com atividades culturais, rodas de conversa e brincadeiras, o Quilombinho promoveu o diálogo sobre direitos, memória e pertencimento.

2010

Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288)

Para as comunidades quilombolas, o estatuto reforça a necessidade de políticas públicas específicas, valorizando sua identidade, tradição e direito ao território.

2011

Instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra no Brasil

Comemorado no dia 20 de novembro, data do falecimento de Zumbi dos Palmares, o Dia da Consciência Negra só passou a ser reconhecido como feriado nacional em 2023.

2013

Resolução CNE/CEB nº 8 – Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola

Estabelece princípios, fundamentos e práticas pedagógicas específicas para as escolas quilombolas.

2014

I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas em Brasília

Com o tema "O protagonismo das mulheres quilombolas: avanços e desafios", o encontro contou com a participação de aproximadamente 1115 mulheres.

2015

I Marcha de mulheres negras e quilombolas em Brasília

Mais de 50 mil mulheres negras marcharam contra o racismo, a violência e pelo bem viver.

2016

Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

Por meio do Decreto nº 8.750, foi instituído o CNPCT como órgão colegiado de caráter consultivo, com o objetivo de contribuir para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades e especificidades dos povos e comunidades tradicionais, garantindo seus direitos e o respeito à sua diversidade cultural.

2022

Censo Demográfico Nacional

De acordo com o Censo 2022, o Brasil tem 1,3 milhão de pessoas quilombolas, distribuídas em 7.666 comunidades e 8.441 localidades. O Nordeste é a região onde residem 68,19% dos quilombolas do país. A Bahia concentra 29,90% e o Maranhão 20,26% desta população.

2023

Programa Aquilomba Brasil

O Programa reúne um conjunto de medidas intersetoriais voltadas à promoção dos direitos da população quilombola, com ênfase em quatro eixos temáticos: Acesso à terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local, Direito e Cidadania.

Programa Quilombos das Américas

A iniciativa visa promover direitos territoriais, práticas de gestão ambiental sustentável, valorização da identidade quilombola, apoio à produção agrícola, preservação dos saberes tradicionais e proteção das comunidades contra a violência social e racial.

2024

2ª edição da Marcha Aquilombar

Com o tema “Ancestralizando o Futuro”, a marcha discutiu a importância dos saberes tradicionais na promoção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável.

Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)

Coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), seu objetivo é implementar ações e programas educacionais voltados para a superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como a promoção da política educacional para a população quilombola.



O USO PEDAGÓGICO DAS NARRATIVAS DO INVENTÁRIO NAS ESCOLAS

O USO PEDAGÓGICO DAS NARRATIVAS DO INVENTÁRIO CULTURAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ITAPECURU-MIRIM NAS ESCOLAS

(...) e que nunca mais a educação fale das lutas territoriais sem falar dos processos organizativos dos e nos quilombos. Lembrar sempre que nossos espaços existem, resistem e produzem saberes e ciências próprias, que educam, que são lugares de formação e de luta por liberdade.
(Givânia Maria da Silva)

Homologada em novembro de 2012, as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola CNE/CEB nº 8, abrangem as escolas quilombolas e as escolas que atendem alunos oriundos de territórios quilombolas. Conforme dissemos anteriormente, trata-se de uma conquista das lideranças quilombolas que reivindicam há muitos anos uma política específica para a educação escolar de suas crianças e jovens.

Nilma Lino Gomes[3] relatora do parecer de aprovação das Diretrizes Nacionais, aponta que nas audiências públicas realizadas pelo Conselho Nacional de Educação destacou-se a consciência das comunidades quilombolas do seu direito à educação e à escola. E que as lutas pelo direito à educação se articulam a outras lutas: pelo reconhecimento das suas identidades, pelo direito à memória e pela vivência da sua cultura. [4]

Liderança quilombola da comunidade Conceição das Crioulas em Pernambuco, a professora e pesquisadora Givânia Maria da Silva[5] em sua dissertação intitulada *Educação como processo de luta política: a experiência de Educação*

[3] Nilma Lino Gomes foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) no ano de 2015, durante o governo de Dilma Rousseff e relatora do parecer CNE/CBE nº 16/2012 de aprovação das Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola pelo Conselho Nacional de Educação. O texto completo do parecer está disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf >. Acesso em: 22 out. 2024.

[4] GOMES, Nilma Lino. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Parecer CNE/CEB nº 16/2012. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 8, 20/11/2012.

[5] Givânia Maria da Silva é referência reconhecida nacionalmente quando se trata de Educação Escolar Quilombola. Hoje é membra do Conselho Nacional de Educação, sendo a primeira quilombola a ocupar uma cadeira no CNE.

diferenciada do território quilombola de Conceição das Crioulas, afirma que a educação escolar quilombola é um instrumento de luta, de identificação, de acolhimento dos conhecimentos locais e universais, de valorização da pessoa, da afirmação enquanto sujeito de direitos. E que as/os quilombolas sabem como é que desejam conduzir a educação dentro das suas comunidades, sendo seu principal desafio romper com o modelo de escola que esteja distante da vida e da realidade. Destaca ainda que foi por meio da educação que ela aprendeu a lutar pelos direitos do seu povo e "tirar as máscaras" dos fazendeiros que se diziam amigos, compadres, mas que na verdade estavam ali para tirar proveito e usurpar-lhes as terras.

Não se pode falar de educação escolar quilombola sem citar Givânia Maria da Silva também porque, além de ser uma das fundadoras da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), é uma das principais responsáveis pela temática educacional no interior da Coordenação e uma das precursoras da luta por uma educação escolar quilombola diferenciada, desde o primeiro Encontro Nacional de Quilombos, realizado na Universidade de Brasília (UNB) em 1995. Ela acredita que a educação é o que realmente pode transformar a vida das/dos quilombolas. Sua história de vida demonstra isso: fez um grande esforço para conseguir se formar, frequentando cursos longe de sua comunidade, foi diretora da primeira escola criada em seu quilombo e, desde então, lidera em todo o território nacional o movimento pela formação de professores quilombolas.

Para Givânia Maria da Silva são os quilombolas que devem conduzir o processo educacional dentro de suas comunidades. Em seus estudos acadêmicos e na sua atuação como liderança quilombola, a pesquisadora há muito tempo apontava a necessidade e a importância de se criar uma legislação específica para as escolas quilombolas para que estas sejam reconhecidas dentro dos sistemas de ensino como uma nova modalidade. Uma modalidade específica que tenha como objetivo atender a realidade quilombola e, enfim, por vir a promover uma educação "com os quilombolas e não para os quilombolas", como costuma dizer.

Sendo assim, convidamos todos os educadores e educadoras do Estado do Maranhão ao uso didático das memórias registradas neste inventário.

> *"Nós temos o costume de dizer, nós pretos que fiquemos com a descendência, que somos descendentes desse povo africano, nós sempre fiquemos, sempre. Hoje nós sabemos, toda a nossa descendência, toda a nossa história, já estamos colocando a nossa história no livro, que antigamente era oral, era só cabeça, mas hoje nós já sabemos toda a nossa história, já através de livro, escrevendo, botando a juventude para escrever, toda a nossa história vai ficar ainda para quem vem."*
>
> (Trecho da entrevista com João Batista, Quilombo Santa Joana)

O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

"As pessoas costumam se reunir apenas em casas de familiares ou parentes para conversar. Antes, isso era mais comum em espaços públicos, pois as pessoas tinham mais tempo para conversar. Hoje, muitos acham que, se pararem para conversar, estarão perdendo tempo, sem perceber que a conversa pode ser mais valiosa do que uma manhã de trabalho."
(Trecho da entrevista com José da Conceição, Quilombo Juçara)

No dia 29 de setembro de 2003, a Unesco adotou uma convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. O Património Cultural imaterial compreende as tradições e as expressões orais, as artes, as práticas sociais e rituais, os conhecimentos e práticas concernentes à natureza e ao universo, os saberes e fazeres ligados ao artesanato tradicional. E o principal meio de transmissão desse patrimônio imaterial é a oralidade.

Para o historiador do Mali, Amadou Hampâté Bâ[6], as sociedades de tradição oral possuem enorme capacidade de preservar narrativas históricas com extrema fidelidade na memória coletiva. De acordo com ele, o homem moderno imerso na multiplicidade de ruídos e informações, vê suas capacidades se atrofiarem progressivamente. Enquanto que as sociedades de tradição oral possuem uma memória mais preservada dos acontecimentos.

Nas comunidades que fazem parte deste inventário a oralidade e os modos de falar característicos dos(as) quilombolas ainda se mantêm presentes em comparação com os modos de fala dos grandes centros urbanos. São características que necessitam de reconhecimento e preservação. As memórias preservadas e contadas revelam as especificidades de cada quilombo: suas histórias, conflitos, transformações, relações geracionais. São histórias contadas a partir da memória da pessoa entrevistada, mas não são histórias individuais. São memórias construídas de maneira coletiva e apontam para o saber fazer da comunidade: as danças, os gestos, as músicas, as rezas, as histórias de assombração, as histórias de encantarias, as comidas, as lutas. Por meio da narrativa individual se reconstrói a representação coletiva de cada comunidade.

[6] HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Coord.). Metodologia e Pré-História da África. (História Geral da África). Brasília: Unesco, 1980, p.181-218.



Quilombo Oiteiro dos Nogueiras

As memórias registradas abordam temas relevantes para as comunidades. Foram organizadas considerando as categorias que são reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios, Modos de fazer, Lugares e Edificações.

Considerando o que está nas Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola:

> Art.1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.
> Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
> § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Sendo assim, algumas intenções educativas podem ser desenvolvidas a partir do inventário cultural da comunidade quilombolas de Itapecuru-Mirim, tais como:

- Despertar para noção de memória;
- Reconhecer que a memória é constitutiva da identidade;
- Perceber a importância da palavra, do depoimento e da memória coletiva;

compreender a memória como um direito a ser garantido;

- Entender que as memórias individuais podem ser estruturadas em memória coletiva que compõem o patrimônio histórico quilombola;
- Compreender a importância da transmissão dos conhecimentos tradicionais de uma geração à outra: Aprender com os mais velhos.
- Preservar, conservar,conhecer, pesquisar, estudar e preservar as memórias como um importante patrimônio.

"E isso é a minha esperança, que um dia chegasse o jovem para participar dessas palestras que, quem sabe, que amanhã não eram eles que estavam sendo entrevistados. Porque nós que sabemos da realidade, nós que fomos fundadores das comunidades, mas nós não estamos aqui pra todo tempo. (...) E eu sempre disse, eu não tenho nada a perder e nem tenho medo de morrer. Vivendo num mundo de covardia, mas isso não é uma crítica, isso é uma realidade. É um abrimento de olho. Porque nem tudo que nós falamos hoje aqui, todo mundo pode estar consciente."
(Trechos da entrevista com Antônio Luiz de Souza, Quilombo Mata de São Benedito 3)

Outro ponto importante a se considerar na preservação do patrimônio cultural das comunidades quilombolas se trata das religiosidades de matrizes africanas e suas manifestações culturais. Infelizmente, o racismo presente na sociedade brasileira causou o apagamento e a marginalização dessas manifestações.

No uso pedagógico do inventário educadoras e educadores precisam se despir de preconceitos e reconhecer a relevância da preservação de tais manifestações. Considerando que as crianças e adolescentes têm direito a acessarem conhecimentos científicos e humanísticos nas escolas mesmo que esses conhecimentos entrem em conflito com as doutrinas religiosas das famílias e dos próprios educadores. Tendo em vista que tais conteúdos estão previstos nas legislações educacionais.

No caso das comunidades quilombolas esse conteúdo é ainda mais relevante considerando que se trata do reconhecimento da história e da preservação da memória, do território e da comunidade.

> *"nós temos o tambor de crioula com essa origem muito forte, nós temos a dança da mina muito forte também, a capoeira, o cacuriá, o congo, que tem lugar que dança congo, quer dizer que o povo que vinha do seu continente pra fazer o Brasil, todos já vieram com a resistência, com o seu canto e com seus encantados, cantando e rezando. É por isso que nós temos resistência." (...) nós temos reserva, que essa reserva a gente sempre respeitou a mãe natureza, porque tem lugar específico na comunidade, no quilombo, que é sagrado, a gente não pode, anteriormente até agora, até agora a juventude aqui não faz, né? Porque qualquer lugar que se chega dentro da mata te pede licença, porque é lugar sagrado."*
>
> (Trecho da entrevista com João Batista, Quilombo Santa Joana)

ORGANIZAÇÃO COLETIVA

As organizações de moradores são instâncias muito valiosas para as comunidades quilombolas. Todo o trâmite para a conquista da posse da terra inicia-se com a constituição da associação, para na sequência obter a demarcação, certificação, o reconhecimento e, por fim, a titulação das terras.

Registrar os bens culturais materiais e imateriais das comunidades é um passo importantíssimo nesse longo processo de luta pelo reconhecimento legal do território quilombola. A escola pode contribuir na construção desses conhecimentos juntos aos estudantes, especialmente no que se refere à positivação e ao fortalecimento da identidade quilombola.

Os interesses de grupos externos às comunidades muitas vezes interferem nas dinâmicas das comunidades causando conflitos e apagamento cultural. As lideranças comunitárias necessitam estar atentas o tempo todo para que os valores culturais coletivos não se percam nesse processo de luta. A organização dos territórios quilombolas resulta na conscientização de seus direitos e na preservação de seus modos de vida.

"O local é muito importante para a memória da comunidade, pois foi ali que toda a história começou. Foi ali que a primeira pessoa chegou, fez seu pouso, cultivou e zelou pelo local, fundando a comunidade. É um lugar muito significativo, e ficaríamos muito gratos se ele voltasse a ser da comunidade e pudesse ser utilizado por todos novamente."
(Trechos da entrevista com José da Conceição Silva, Quilombo Juçara)



Quilombo Alto da Esperança



QUILOMBOS E SUAS HISTÓRIAS





SANTA ROSA DOS PRETOS

SANTA ROSA DOS PRETOS

A Comunidade Quilombola Santa Rosa dos Pretos, segundo os relatos locais, após a morte do barão que controlava a região, suas terras foram deixadas como herança para aqueles que lhe serviram. Com o passar do tempo, as famílias foram se estabelecendo, e a comunidade cresceu significativamente. Inicialmente formada por sete famílias, hoje abriga cerca de 750 famílias no território. O nome da comunidade faz referência a uma santa chamada Santa Rosa, que existia na fazenda do barão.

A vida na comunidade é fortemente marcada pelo trabalho na roça, uma tradição que se mantém viva até hoje. A maioria das famílias cultiva mandioca, arroz e milho, utilizando o plantio para a subsistência e a produção de farinha. O território também abriga espaços de trabalho coletivo, como a casa de farinha, onde os moradores processam a mandioca para a produção de farinha de forma tradicional. Além disso, muitas famílias praticam a pesca nos igarapés locais, como o Sumauma, utilizando técnicas como anzol e puçá para capturar peixes.

A cultura e as festividades são elementos centrais na identidade da comunidade. Entre os principais festejos estão a Festa do Divino Espírito Santo, o Tambor de Crioula e o Tambor de Mina. A Festa do Divino ocorre anualmente, com um ciclo que se inicia no segundo sábado de novembro e se encerra no primeiro sábado de janeiro. Durante o festejo, realizam-se cortejos, ladainhas, procissões, levantamento do mastro e celebrações religiosas. A festa envolve a participação de imperadores e imperatrizes, que são escolhidos através de promessas feitas ao Divino Espírito Santo. O Tambor de Crioula também é uma manifestação importante, sendo realizado como forma de devoção e promessa, além de marcar o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro.

A religiosidade é diversa dentro da comunidade. Além dos festejos de matriz católica e afro-brasileira, há também a presença de igrejas evangélicas e cultos da Assembleia de Deus. A organização dos festejos envolve a participação ativa de mulheres, crianças e jovens, que também desempenham um papel fundamental na transmissão das tradições.

Os alunos da escola da comunidade frequentemente participam das celebrações culturais e religiosas, contribuindo para a continuidade dessas práticas.

Os saberes tradicionais também estão presentes no território, incluindo a produção artesanal. Há moradores que confeccionam roupas para o Tambor de Crioula e para o Tambor de Mina, utilizando tanto máquinas de costura



Igreja do Divino Espírito Santo

quanto técnicas manuais. Além disso, existem artesãos que fabricam cofos, abanadores e tranças, além de pessoas que realizam trabalhos em madeira e construção de poços.

A comunidade também mantém um espaço de memória com o Poço de Pedra, uma construção antiga feita pelos escravizados, considerada um símbolo do passado da comunidade. Embora não seja utilizado para festividades, é um local visitado pelos moradores e por pessoas de fora que vêm conhecer a história do território.

O lazer é uma parte importante da vida comunitária. Crianças e jovens costumam brincar no campo de futebol, enquanto os torneios e campeonatos de futebol, tanto masculinos quanto femininos, movimentam a comunidade. Além disso, brincadeiras juninas, como quadrilhas e cacuriá, fazem parte das tradições locais.

A comunidade também mantém um espaço de memória com o Poço de Pedra, uma construção antiga feita pelos escravizados, considerada um símbolo do passado da comunidade. Embora não seja utilizado para festividades, é



Clube de festas - Quilombo Santa Rosa dos Pretos

um local visitado pelos moradores e por pessoas de fora que vêm conhecer a história do território.

O lazer é uma parte importante da vida comunitária. Crianças e jovens costumam brincar no campo de futebol, enquanto os torneios e campeonatos de futebol, tanto masculinos quanto femininos, movimentam a comunidade. Além disso, brincadeiras juninas, como quadrilhas e cacuriá, fazem parte das tradições locais. As reuniões e discussões sobre as necessidades da comunidade acontecem em diferentes espaços, como casas de moradores, igrejas e associações locais. Além disso, há uma feira com casinhas na beira da BR, onde os moradores vendem produtos da comunidade para quem passa pela região.

A Comunidade Quilombola Santa Rosa dos Pretos mantém suas tradições vivas através da participação ativa de seus moradores e da transmissão de seus saberes para as novas gerações. A valorização da cultura, da religiosidade e das formas coletivas de organização garantem a preservação da identidade quilombola e fortalecem os laços entre as famílias do território.







BARREIRA FUNDA

BARREIRA FUNDA

A Comunidade Quilombola Barreira Funda está localizada no território de Santa Rosa dos Pretos, compartilhando sua mesma origem histórica. De acordo com os relatos locais, a formação da comunidade ocorreu após a expansão do território quilombola principal, com moradores se estabelecendo em novas áreas, como Boa Vista, Barreira Funda e outras regiões às margens da BR.

O nome Barreira Funda está relacionado ao caminho que atravessa a comunidade, conhecido como Caminho da Vila, que liga diferentes localidades, passando por Sítio Velho e Itapecuru. Esse caminho era utilizado pelos escravizados e continuou sendo uma rota de deslocamento ao longo das gerações. Como o trajeto atravessa uma área de barreiras profundas, o nome Barreira Funda passou a designar o local.

A comunidade tem uma forte ligação com a agricultura, que continua sendo uma atividade central no território. Os moradores cultivam arroz, mandioca e milho, além de plantarem melancia, pepino, melão e cabaça logo após a queimada das roças. O plantio é decidido com base na qualidade da terra, sendo escolhidas áreas onde já houve roças anteriores e onde a vegetação indica um solo fértil. A queimada ainda é utilizada como técnica agrícola, apesar das preocupações com seus impactos.

A pesca também é uma atividade tradicional na comunidade, praticada em igarapés e córregos locais, como o Pacová, Sumauma, Igarapé do Meio, Córrego de Sussa e Córrego de Martinha. Os moradores utilizam técnicas variadas, incluindo cuia, enxada, anzol, puçá e tapagem. Embora a pesca tenha diminuído devido à degradação ambiental, no passado era uma das principais fontes de alimento, complementando a produção agrícola e a criação de animais.

A caça já fez parte da vida da comunidade, sendo praticada principalmente na Fazenda Nova e na região do Sumauma. Antes, grupos saíam juntos para caçar, utilizando cachorros, mas essa atividade se tornou menos frequente com o tempo, tanto pela diminuição da fauna quanto pelo aumento da consciência ambiental. Ainda assim, alguns moradores continuam caçando tatus, pacas, cotias e veados, especialmente para consumo próprio.

As festividades religiosas ocupam um papel central na cultura da comunidade. Os principais festejos incluem a Festa do Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da Conceição e São José, além de celebrações ligadas às tradições de matriz africana, como o Tambor de Crioula. A Festa do Divino tem grande importância e surgiu de uma promessa

feita por um dos antigos moradores, tornando-se uma tradição mantida pela comunidade. Já a festa de Nossa Senhora da Conceição é organizada por uma família específica, sendo um evento tradicional para os devotos locais.

As manifestações culturais são diversas e incluem o Tambor de Crioula, Tambor de Mina, Dança do Coco e Bumba Meu Boi. O Tambor de Crioula tem raízes na resistência dos escravizados, sendo realizado tanto em festas religiosas quanto em momentos de confraternização, como noites de lua cheia. Além das danças tradicionais, há também a prática do Cacuriá, que ainda conta com a participação de jovens da comunidade.

O artesanato continua presente no território, com moradores que trabalham na costura de roupas para o Tambor de Crioula e para os festejos religiosos, além da confecção de cofos e abanadores. Há costureiras especializadas na produção de roupas para as celebrações de matriz africana, como as vestimentas utilizadas no Tambor de Mina.

O lazer na comunidade se manifesta principalmente por meio do futebol, com torneios e campeonatos masculinos e femininos. A Copa Quilombola Feminina foi criada mais recentemente, permitindo que as mulheres também participem das competições esportivas. Esses eventos movimentam a economia local, já que moradores aproveitam as partidas para vender alimentos e bebidas.

Os moradores de Barreira Funda também preservam conhecimentos tradicionais sobre ervas medicinais, utilizando plantas como pitoco, cidreira, capim-limão, artemísia e água de limão para tratar diversos problemas de saúde. Durante a pandemia, o uso dessas ervas foi intensificado, com muitos moradores preparando chás e infusões para fortalecer a imunidade.

A organização comunitária ocorre principalmente na sede da Associação dos Trabalhadores Rurais de Barreira Funda, onde os moradores se reúnem para discutir questões locais e buscar melhorias para o território. A associação já teve papel importante na luta pela titulação da terra e continua sendo um espaço de articulação para iniciativas coletivas.

Outro espaço de importância histórica é o poço construído pelos escravizados, que se tornou um símbolo da memória da comunidade. Além disso, há um açude construído de forma coletiva, utilizado tanto para o abastecimento de água quanto como local de lazer.



BOA VISTA

A Comunidade Quilombola Boa Vista mantém viva suas tradições culturais e econômicas, fortalecendo os laços entre seus moradores por meio do trabalho coletivo e das celebrações religiosas. Sua identidade está profundamente enraizada no território e nas práticas transmitidas ao longo das gerações.

A pesca, sendo praticada em áreas próximas, utiliza redes e tarrafas. Além de garantir a alimentação das famílias, essa atividade representa uma das principais fontes de renda local. Da mesma forma, a agricultura continua presente na comunidade, com roças cultivadas nos arredores. O plantio ocorre em dezembro, e a colheita acontece por volta de junho. As principais ferramentas utilizadas são a enxada e o auxílio de cavalos no manejo da terra.

Além da agricultura e da pesca, a caça ainda é praticada, sendo realizada dentro do próprio território da comunidade. Para essa atividade, os moradores utilizam espingardas e outras técnicas tradicionais. No entanto, sua prática tem diminuído com o tempo, acompanhando as transformações no uso da terra e a redução dos espaços naturais.

A cultura e as festividades religiosas ocupam um lugar central na vida da comunidade. Os eventos mais importantes incluem as celebrações de Nossa Senhora da Conceição, realizadas em dezembro, e o Sagrado Coração de Jesus, em julho. Nessas ocasiões, os moradores participam de missas e procissões. Além das festas religiosas, a comunidade mantém vivas manifestações culturais como o tambor de crioula, o coco e o bumba meu boi, reúnem os moradores em momentos de celebração.

O futebol também faz parte do cotidiano, com torneios que incentivam a interação entre os jovens da comunidade e de localidades vizinhas. No entanto, a infraestrutura de lazer ainda é limitada, e as crianças costumam brincar apenas na escola, não havendo espaços específicos para recreação na comunidade.

A organização comunitária se estrutura em torno da igreja Nossa Senhora da Conceição, que serve como principal ponto de encontro para reuniões e eventos coletivos. A associação comunitária está em processo de formalização, o que representa um passo importante para a busca de direitos e melhorias para os moradores.





KELRÚ

KELRÚ

A Comunidade Quilombola Kelrú tem sua história ligada à luta dos moradores por território e autonomia. Há 22 anos, um grupo de dez famílias adquiriu coletivamente um terreno de 201 hectares, localizado nos fundos da Fazenda Lima. A compra foi um desafio, pois não possuíam recursos financeiros, mas conseguiram negociar diretamente com o proprietário do terreno, que facilitou o processo. Com a posse da terra, fundaram uma associação para organizar as atividades comunitárias e garantir direitos coletivos. Atualmente, a comunidade cresceu e conta com vinte famílias, incluindo filhos e netos dos fundadores. A regularização fundiária foi concluída recentemente, com a obtenção do título de território quilombola.

A pesca é uma atividade realizada principalmente no rio Itapecuru, com apoio de pequenos igarapés próximos, que são utilizados por cerca de três meses do ano. Os principais instrumentos usados na pesca são tarrafas, anzóis e malhadeiras. Enquanto os homens costumam usar todos esses instrumentos, as mulheres e crianças participam apenas com anzóis. A pesca é vista como uma prática de sobrevivência, mas também como um momento de lazer para os moradores.

A produção agrícola também é uma atividade importante para a comunidade, sendo realizada em roças localizadas a cerca de 600 metros do centro da comunidade. Os moradores utilizam instrumentos como catana, foice e machado no cultivo. O plantio é dividido em dois períodos distintos:
- **Roça de verão (junho/julho):** plantação de mandioca e feijão, cuja colheita ocorre alguns meses depois (feijão) ou no ano seguinte (mandioca);
- **Roça de inverno (dezembro/janeiro):** plantação de milho, mandioca, arroz e verduras, incluindo maxixe e abóbora.

Atualmente, toda a produção é voltada para o consumo próprio e a partilha entre os moradores, sem a realização de vendas formais.

As manifestações culturais na comunidade incluem a prática do Bumba Meu Boi, organizada há seis anos por uma moradora que fez uma promessa. O evento tem uma função religiosa e é realizado anualmente. A entrevista menciona que essa moradora pretende manter a tradição por apenas mais um ano, o que pode impactar a continuidade da celebração.

Além do Bumba Meu Boi, a principal celebração religiosa da comunidade é a novena e missa de Santo Expedito, que ocorre no dia 19 de abril. A missa começou antes mesmo da construção da igreja e era realizada na casa de uma moradora. A igreja foi construída pelos próprios moradores, com doações, rifas e bingos, e se tornou um símbolo da fé e da luta da comunidade. O nome do santo foi escolhido porque os moradores acreditavam que a compra da terra era um "milagre impossível", e Santo Expedito é conhecido como o santo das causas impossíveis.

Os espaços de encontro e organização comunitária estão centralizados na escola desativada, que desde 2018 não recebe mais alunos. Sem função educacional, o prédio passou a ser usado para reuniões da associação e outras atividades coletivas, como consultas médicas eventuais. A comunidade também conta com um campo de futebol, que, apesar de estar dentro do território quilombola vizinho, é utilizado pelos moradores para torneios e momentos de lazer.

O artesanato está presente na comunidade através do trabalho de uma moradora que reutiliza garrafas PET, latinhas, papelão e isopor para criar novos produtos. Seu principal objetivo com essa atividade é a redução do impacto ambiental, pois ela se incomoda com o acúmulo de lixo e busca maneiras de reaproveitá-lo.

A comunidade possui um forte senso de preservação do território. Desde sua fundação, foi estabelecido um estatuto interno, no qual é proibida a venda de terras. Se um morador decidir deixar a comunidade, ele deve doar sua parte para um filho, neto ou outro membro da associação. Esse compromisso visa garantir que as futuras gerações tenham segurança e continuidade na posse do território.



MONGE BELO

MONGE BELO

A Comunidade Quilombola Monge Belo tem sua origem ligada aos descendentes de pessoas escravizadas que permaneceram na região após a abolição da escravidão. Segundo os relatos locais, os primeiros habitantes se estabeleceram no entorno do antigo engenho a vapor de Monge Belo, que ainda hoje é uma referência na memória coletiva da comunidade. Há também quem associe o nome do território à presença de monges na época colonial..

A pesca é uma prática cotidiana e importante no território, realizada em campos e igarapés próximos. Os moradores utilizam anzóis, puçás e, ocasionalmente, rede de choque para capturar peixes. A atividade envolve homens, mulheres e crianças e é valorizada não só pelo sustento alimentar, mas também pela qualidade do pescado natural, livre de substâncias químicas.

A agricultura é uma das atividades mais significativas da comunidade. As roças são implantadas em áreas da própria comunidade onde há terra enxuta, boa para o plantio, e madeira disponível para cercamento. O preparo da terra envolve etapas como: roçagem com foice, derrubada com machado, aceiro e queima controlada. Após a limpeza, são feitas as cercas, e o plantio geralmente começa em janeiro. A escolha do que plantar depende das características do solo — arroz em áreas mais úmidas; milho e mandioca em locais secos. A produção é voltada sobretudo ao consumo familiar, com venda apenas em caso de excedente. O trabalho é feito de forma coletiva e inclui a participação de homens, mulheres e crianças.

As manifestações culturais da comunidade incluem as festas religiosas, como a do Divino Espírito Santo e as missas em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Nesses momentos, são organizados cortejos e partilhadas comidas tradicionais como arroz de cuxá e tortas, preparadas com receitas passadas entre gerações. A quadrilha junina também é uma prática cultural mantida pela comunidade, com apresentações especialmente no mês de junho.

Entretanto, festejos como o Tambor de Crioula e a dança do coco deixaram de ser praticadas. Os mais velhos, que mantinham essas tradições, faleceram, e os mais jovens não demonstraram interesse em dar continuidade, segundo relatos de moradores. Essas perdas são sentidas como um afastamento de parte importante do patrimônio cultural do território.

A casa de farinha é um espaço de grande importância para a comunidade, onde os moradores se reúnem para a

produção de farinha de mandioca. A atividade é feita de forma coletiva, com a participação de diversas famílias, mantendo o modo de produção tradicional. Além disso, a comunidade conta com uma casa de artesanato, onde são produzidos itens como cofos e mansarbas.

A associação comunitária de Monge Belo desempenha um papel central na organização dos moradores. É nesse espaço que acontecem reuniões formais e encontros informais, onde são discutidas as demandas da comunidade e organizadas ações coletivas. Também é um espaço frequentado por idosos e ponto de apoio para projetos voltados à infância, como o "Pernas para Quem Te Quer", que promove atividades lúdicas e esportivas com as crianças.







PONTA GROSSA

PONTA GROSSA

A Comunidade Quilombola Ponta Grossa está localizada em uma ilha, e seu nome tem origem na formação geográfica do território. Os moradores relatam que a região possui uma parte que forma uma ponta, e com o tempo, começaram a chamá-la de Ponta Grossa, nome que permaneceu até hoje.

A agricultura e a pesca são atividades centrais para a subsistência das famílias. As roças são organizadas de forma independente por cada núcleo familiar e estão localizadas em áreas mais altas, para evitar inundações. O preparo da terra segue um ciclo tradicional: inicia-se com a roçagem utilizando foice, seguida da derrubada com machado e, depois, a queima. Em seguida, as cercas são construídas e o plantio é realizado com instrumentos como enxada, ancinho e catana. A colheita, geralmente, ocorre entre abril e junho. O sistema de trabalho coletivo, com troca de diárias entre famílias, ainda é praticado. A produção inclui arroz, maniva, milho, feijão, fava, quiabo, maxixe e abóbora. A maior parte dos alimentos é destinada ao consumo próprio, mas o excedente pode ser comercializado.

A pesca é uma prática que ocorre nos campos da ilha e nos açudes formados quando as águas baixam. Os moradores utilizam anzol, puça, redes e, ocasionalmente, técnicas de choque. Homens, mulheres e crianças participam ativamente da atividade, que é considerada parte essencial do modo de vida da comunidade. Apesar disso, os moradores relatam que os empreendimentos externos na região têm ameaçado os campos naturais e impactado diretamente essa prática.

Entre as tradições alimentares, destaca-se o preparo do peixe muquiado — peixe assado com escamas diretamente no fogo, sem limpeza prévia. É servido com farinha e um molho feito de água, sal e, por vezes, pimenta. Essa técnica surgiu da necessidade de praticidade dos pescadores durante longos períodos nos campos de pesca.

As festividades da comunidade estão ligadas às celebrações religiosas e ao ciclo da colheita. A festa junina, realizada em junho, é marcada por quadrilhas e fogueiras. Além disso, há festejos religiosos dedicados a santos padroeiros, que reúnem os moradores em missas e eventos comunitários. Embora essas festas tenham sido mais intensas no passado, elas ainda fazem parte do calendário da comunidade.

A comunidade conta com quatro casas de farinha, onde a produção de farinha de mandioca é realizada coletivamente. Essas casas são utilizadas pelos moradores conforme a necessidade, seguindo um sistema tradicional de produção.

A associação comunitária desempenha um papel importante na organização dos moradores. Embora não haja uma sede oficial da associação, as reuniões acontecem em um espaço comunitário construído ao lado da igreja católica. Esse local é utilizado para encontros, celebrações e organização das atividades coletivas da comunidade.

SANTA HELENA

A Comunidade Quilombola Santa Helena, situada no território de Monge Belo, tem suas raízes em uma das sete famílias de pessoas escravizadas que viveram na região. O nome surgiu a partir de uma antiga moradora chamada Helena, que, segundo os relatos, realizou milagres e passou a ser lembrada como Santa Helena.

A agricultura é uma prática amplamente partilhada entre os moradores. As roças são feitas em locais com madeira disponível para cercas, o que ajuda a proteger as plantações. O processo segue etapas bem definidas: começa com a roçagem e a derrubada da vegetação, segue com o aceiro e a queima controlada, e depois vem o plantio — geralmente de arroz, milho e mandioca — com colheitas realizadas de acordo com as estações. O trabalho é feito com troca de diárias entre as famílias e parte da produção é destinada ao consumo, com o restante sendo vendido.

A pesca complementa o sustento das famílias e ocorre nos igarapés, açudes e campos naturais, utilizando tarrafa, anzol e puçá. Todos participam dessa prática, incluindo mulheres e crianças. Os moradores destacam que mudanças no território afetaram a reprodução dos peixes, impactando diretamente essa atividade.

As festas religiosas são momentos de encontro e devoção. Os festejos dedicados a Santa Maria, ao Divino Espírito Santo e a outros santos reúnem os moradores em cortejos, novenas e partilhas de alimentos. Os pratos típicos incluem carne de porco, carne de gado e feijoada — receitas passadas de geração em geração e que fazem parte das celebrações comunitárias.

As expressões culturais também se manifestam em cantigas e brincadeiras de roda, que antigamente acompanhavam os encontros e rezas. Hoje, essas práticas são menos comuns, substituídas em parte pelo uso constante de celulares. A comunidade também lembra com carinho da dança do Bumba Meu Boi, que já foi bastante presente nas festas juninas. O futebol também é uma atividade presente na comunidade. São realizados torneios de futebol com a participação de times masculinos e femininos, reunindo moradores para momentos de lazer e confraternização.

A comunidade também preserva a produção de farinha de mandioca, realizada nas casas de farinha comunitárias. Essas casas são espaços compartilhados entre os moradores, garantindo a continuidade desse saber tradicional. As reuniões da comunidade acontecem na casa da associação, localizada ao lado da igreja. Embora a sede ainda esteja em construção, o espaço já é usado para encontros, decisões e articulações locais, funcionando como ponto de convergência para o fortalecimento do coletivo.





RIBEIRO

RIBEIRO

A Comunidade Quilombola do Ribeiro tem sua história ligada à presença de Pedro Ribeiro, considerado um dos primeiros habitantes da região. Segundo relatos dos moradores, foi a presença dessa família que deu origem ao nome da comunidade. A ocupação do território remonta há gerações, com forte influência da ancestralidade africana e indígena. Reginaldo Reis, um dos moradores mais antigos, relata que seus pais já viviam na comunidade, mantendo a tradição e a resistência quilombola ao longo dos anos.

A pesca sempre foi uma prática tradicional no Quilombo Ribeiro, sendo realizada principalmente em cursos d'água da região. Os moradores pescam no Igarapé do Banho, que atravessa uma fazenda e chega até a localidade de Jussara. Além desse, outros igarapés importantes para a comunidade são o Igarapé do Alexandre, o Salute e o Igarapé do Tanque. Este último era especialmente rico em peixes, abrigando um poço natural de aproximadamente 1,5 metro de profundidade, onde os moradores podiam ver os peixes nadando. As espécies mais comuns na região incluem traíras, cascudos e carabagam. No passado, a pesca era abundante, mas com o tempo, algumas áreas se tornaram particulares e a disponibilidade de peixes diminuiu. Os moradores utilizam anzóis e armadilhas para a captura, e as mulheres participam especialmente nos açudes, onde ainda há projetos envolvendo pesca comunitária.

As manifestações culturais da comunidade incluem a prática de festas religiosas e expressões tradicionais. A festividade mais importante é a celebração de Santa Luzia, a padroeira da comunidade, realizada no mês de dezembro. Embora não seja uma tradição anual fixa, os festejos ocorrem principalmente quando há promessas a serem pagas. Além disso, no passado, a comunidade mantinha festas juninas e cantigas de tambor. Canções tradicionais ligadas ao Boi também faziam parte da cultura local, mas muitas delas foram se perdendo com o tempo.

A produção agrícola sempre foi um pilar central para a comunidade. As roças eram trabalhadas coletivamente, em um sistema de mutirão, no qual os moradores se ajudavam: um dia trabalhavam na roça de um, no outro, na roça de outro. A produção inclui mandioca, arroz, milho e hortaliças, sendo o cultivo organizado por ciclos. O preparo da terra começa entre setembro e outubro, seguido do plantio de mandioca e milho em dezembro. O arroz, por sua vez, costuma ser plantado em janeiro ou fevereiro, dependendo das condições climáticas. A colheita ocorre a partir de junho, sendo parte da produção destinada ao consumo próprio e parte para venda. Tradicionalmente, os moradores guardavam sementes selecionadas da colheita anterior para garantir a qualidade da produção seguinte, mas atualmente, muitos optam por comprar sementes já tratadas.



A alimentação tradicional inclui receitas passadas de geração em geração. Um prato típico da comunidade é o arroz de milho, que costumava ser preparado com frequência no passado. Essa receita surgiu como uma necessidade alimentar, especialmente em períodos de escassez, quando o arroz convencional acabava. A prática de acordar de madrugada para preparar os alimentos era comum nas famílias, mas, com o tempo, essa tradição foi sendo substituída por novos hábitos alimentares.

O artesanato é uma atividade presente na comunidade, mas não representa uma fonte principal de renda. Os moradores que praticam o ofício o fazem por gosto e tradição. No passado, havia costureiras habilidosas, como a mãe e a cunhada de Reginaldo, que costuravam roupas manualmente, sem o auxílio de máquinas. Hoje, com a facilidade de compra de roupas industrializadas, essa prática se tornou menos comum. No entanto, ainda há moradores que produzem peças artesanais sob encomenda.

O trabalho comunitário sempre foi uma característica forte na vida dos moradores do Quilombo Ribeiro. O sistema de troca de dias de trabalho, especialmente na agricultura, era amplamente utilizado. No passado, a roça precisava ser constantemente replantada, pois o mato crescia rápido, exigindo ciclos de quatro a oito anos para recuperação. O esforço coletivo era essencial para garantir a produtividade da terra. Hoje, essa prática ainda existe, mas em menor escala.

A caça também faz parte da história da comunidade, embora hoje seja menos praticada. Tradicionalmente, a caça ocorria em áreas de mata fechada, onde os moradores montavam acampamentos temporários e aguardavam os animais. As presas mais comuns eram pacas e tatus, capturados para consumo próprio. Atualmente, com a redução das áreas de mata e as restrições ambientais, a caça se tornou menos frequente.

A religiosidade desempenha um papel importante na comunidade. A presença da igreja católica e evangélica divide os moradores em diferentes práticas de fé, mas ambas convivem harmonicamente. No passado, a Semana Santa era marcada por encontros e celebrações coletivas, mas, com o tempo, essa tradição foi enfraquecendo. Os cultos evangélicos, por sua vez, se tornaram mais regulares, com encontros semanais. Alguns locais são considerados sagrados, como o cemitério, onde são feitas promessas e onde os moradores acreditam que milagres podem ocorrer. A comunidade também menciona um local conhecido como “torre de alface”, que possui relevância simbólica e espiritual.

O esporte é um dos principais meios de lazer na comunidade. Há um campo de futebol, onde acontecem torneios e campeonatos locais. No passado, o time da comunidade participava de competições regionais, mas enfrentava dificuldades devido à discriminação. Atualmente, há equipes masculinas e femininas que representam o Quilombo Ribeiro em campeonatos. Além do esporte, as igrejas são locais frequentados pelos moradores para reuniões e celebrações.

A comunidade já foi palco de algumas lendas populares, como a história do “disco voador” que aterrorizou moradores no passado. Segundo relatos, luzes estranhas foram vistas na região, sendo associadas ao “chupa-cabra”. Algumas pessoas relataram experiências marcantes, incluindo um episódio em que um grupo de jovens viu uma luz misteriosa descendo do céu e apagando repentinamente.

A economia local ainda depende da agricultura e da venda de mandioca e farinha. Antigamente, os moradores transportavam os produtos em carroças para vendê-los em outras regiões, mas hoje, as transações acontecem mais dentro da própria comunidade. Além disso, a comunidade tem buscado novos projetos de desenvolvimento.



JUÇARA

JUÇARA

A Comunidade Quilombola Juçara tem sua origem ligada à história de um homem escravizado que fugiu e encontrou refúgio na região. Segundo relatos transmitidos pelos moradores, ele conseguiu reunir outros cinco companheiros, formando o primeiro núcleo do que viria a ser a comunidade. O nome Juçara faz referência à palmeira que crescia em abundância no local, marcando a paisagem e a memória do território.

A agricultura é uma das principais atividades da comunidade, com destaque para o cultivo de arroz e mandioca. O plantio se adapta às características do solo: as áreas mais altas são destinadas à mandioca, enquanto os terrenos alagados favorecem o arroz. O ciclo agrícola se inicia entre fevereiro e abril, período ideal para que a mandioca enraíze antes do solo secar. Toda a família se envolve no processo — mulheres e crianças costumam participar mais do plantio, e a colheita do arroz, que exige mais cuidado por conta dos espinhos e riscos de corte, costuma ficar a cargo dos adultos.

A pesca complementa a alimentação e é praticada nos igarapés que atravessam a mata e seguem em direção ao campo. São utilizadas diferentes técnicas e instrumentos, como puçá, choque, tarrafa e rede. A malhadeira, embora conhecida, é menos usada por ser vista pelos mais velhos como prejudicial à fartura dos peixes. Além da captura, as mulheres e crianças também participam da limpeza e preparo do pescado

As festividades religiosas são momentos importantes para a comunidade, reunindo os moradores em celebrações e partilhas. Entre os principais festejos estão as comemorações em honra a São Francisco e ao Divino Espírito Santo. O festejo de São Francisco ocorre no dia 4 de outubro, e as celebrações religiosas envolvem a preparação coletiva de alimentos como carnes, bolos e doces. Esses pratos são servidos tanto nas festividades quanto em velórios, como forma de manter viva a tradição comunitária. O Tambor de Crioula e o Tambor de Mina são mais praticados e ambos possuem datas específicas para seus festejos, essas danças continuam vivas garantindo a preservação cultural.

As histórias contadas pelos mais velhos também seguem sendo partilhadas. Uma das lendas mais conhecidas é a do cavaleiro misterioso que aparecia durante a noite, sempre passando em disparada e assustando os cachorros com o som de um chocalho. Dizem que ele mudava de forma, aparecendo às vezes como cavalo, outras como porca. Apesar das tentativas, ninguém conseguiu capturá-lo. Com a chegada da luz elétrica, essas aparições deixaram de ser comuns, mas ainda fazem parte da memória de muitos.



A produção de farinha de mandioca continua ativa nas casas de farinha da comunidade, que mantêm os modos de fazer tradicionais. A farinha é um dos alimentos mais presentes nas mesas locais.

Aos domingos, os torneios de futebol movimentam os moradores, com partidas que vão além do lazer. Quando alguém enfrenta uma dificuldade financeira, a comunidade se mobiliza por meio desses jogos para arrecadar apoio, reforçando os laços de solidariedade que sustentam o dia a dia.

Embora a comunidade não registre construções antigas preservadas, os moradores reconhecem a importância de manter viva a memória dos que ajudaram a construir o território. Mesmo sem edificações históricas específicas, os saberes e tradições que atravessam gerações continuam sendo passados adiante, fortalecendo a identidade do lugar e reafirmando os laços com os antepassados por meio das práticas cotidianas, das celebrações e da convivência coletiva.





JAIBARA DOS RODRIGUES

JAIBARA DOS RODRIGUES

A Comunidade Quilombola Jaibara dos Rodrigues tem sua história ligada à ocupação de terras por famílias que buscavam estabelecer um território onde pudessem viver de forma coletiva e sustentável. Embora os moradores não tenham registros exatos da origem do nome Jaibara, muitos associam a denominação à presença da família Rodrigues na região, que ajudou a consolidar a identidade do local.

A agricultura sempre foi uma das principais atividades econômicas da comunidade, apesar das dificuldades no acesso à terra. No passado, os moradores cultivavam mandioca, milho, arroz, maxixe e abóbora em áreas mais extensas, mas atualmente as roças foram reduzidas devido à concentração fundiária e à necessidade de pagar pelo uso da terra. A produção agrícola é voltada prioritariamente para o consumo familiar, com poucas oportunidades de comercialização. O sistema tradicional de trabalho inclui a troca de diárias entre os moradores.

A pesca é outra atividade essencial para a subsistência das famílias. Os moradores pescam em igarapés e campos naturais, utilizando diferentes técnicas, como o anzol, tarrafa, rede e puçá. O peixe capturado é considerado uma alternativa saudável e natural à carne comprada, sendo um elemento central na alimentação local.

Além da agricultura e da pesca, a produção artesanal também faz parte da vida cotidiana da comunidade. Muitos moradores dominam a confecção de cofos, abanadores e balaios, tanto para uso doméstico quanto para venda. No passado, essa atividade era ainda mais forte, mas hoje em dia poucos ainda mantêm essa tradição.

A cultura e as festividades religiosas são aspectos fundamentais da identidade da comunidade. O Festejo do Divino Espírito Santo é um dos eventos mais importantes, sendo realizado anualmente e reunindo os moradores em um mutirão de organização, onde cada um contribui de alguma forma, seja na cozinha, na ornamentação ou na realização das cerimônias religiosas. Além disso, há rezas tradicionais e celebrações dedicadas a santos como Santa Luzia e São João, que reforçam a conexão entre fé e coletividade.

A comunidade enfrenta desafios estruturais, como a falta de espaços de lazer e infraestrutura adequada. Atualmente, a igreja é o principal ponto de encontro dos moradores, servindo como local de reunião e organização comunitária. Além disso, há uma casa de farinha comunitária, que segue regras rigorosas de higiene e organização para garantir a qualidade da produção.



Apesar das dificuldades, os moradores de Jaibara dos Rodrigues mantêm fortes laços de pertencimento ao território, valorizando suas práticas tradicionais e buscando formas de fortalecer sua autonomia. A luta pelo acesso à terra e pela preservação das tradições culturais e religiosas continua sendo um aspecto central da resistência quilombola na comunidade.









TESO DA TAPERA

TESO DA TAPERA

A Comunidade Quilombola Teso da Tapera carrega em seu nome a história das antigas casas abandonadas da região, chamadas de “taperas”. Segundo os moradores, esse nome surgiu porque, ao longo do tempo, algumas casas ficavam desabitadas após a morte de seus moradores, tornando-se marcos silenciosos do passado. Assim, o nome Teso da Tapera permaneceu como referência ao território ocupado por gerações.

A comunidade se estrutura principalmente em torno da agricultura e da pesca, atividades que garantem o sustento das famílias. No passado, a terra era cultivada de maneira mais intensa, mas, com o passar dos anos, o acesso a áreas de plantio foi reduzido. Ainda assim, a produção de mandioca, milho e arroz continua presente, sendo realizada de forma tradicional, com ferramentas como foices e machados. Os moradores também praticam o sistema de troca de diárias, no qual diferentes famílias ajudam umas às outras no trabalho da roça.

A pesca sempre foi essencial para a comunidade, sendo praticada nos campos alagados da região. No entanto, as mudanças ambientais e a pesca intensiva por redes comprometeram a abundância de peixes. Antigamente, os moradores pescavam com anzóis e tarrafas, garantindo fartura para as famílias. Hoje, muitas espécies diminuíram, e os moradores precisam comprar peixe em outras localidades.

A caça também fazia parte da rotina da comunidade, sendo realizada com espingardas e cães de caça. No passado, tatus e pacas eram abundantes na região, mas atualmente essa prática está cada vez mais rara devido à diminuição da fauna.

As manifestações culturais e religiosas marcam a identidade da comunidade. O Festejo do Divino Espírito Santo é um dos mais importantes, sendo realizado anualmente. Durante essa celebração, os moradores se organizam coletivamente, contribuindo com alimentos e trabalho voluntário para garantir que a festa aconteça. O tambor de crioula era uma tradição forte no passado, com moradores participando ativamente como cantadores e dançarinos. No entanto, nos últimos anos, essa prática foi interrompida, restando apenas as festividades religiosas.

O lazer e os espaços coletivos são limitados na comunidade. Não há uma estrutura específica para brincadeiras das crianças ou práticas esportivas, então os jovens costumam brincar no terreiro das casas ou em espaços informais. A igreja é o principal local de encontro e organização, sendo utilizada para reuniões e celebrações religiosas.

Apesar das dificuldades enfrentadas, como a redução do território para cultivo e a diminuição dos recursos naturais, os moradores de Teso da Tapera seguem preservando sua identidade e seus costumes. O espírito comunitário, a valorização das tradições e a resistência diante dos desafios continuam sendo pilares da vida na comunidade.





FRADES

FRADES

A Comunidade Quilombola Frades tem sua história marcada pela presença de padres franceses que, segundo relatos dos moradores, se estabeleceram na região. Esses religiosos vinham de barco até o Porto de Gambarra e dali seguiam até a comunidade, onde construíram uma casa que se tornou um ponto de referência. Com o tempo, o nome "Frades" passou a ser usado para identificar o local, preservando essa memória histórica.

A economia da comunidade se baseia principalmente na pesca e na agricultura de subsistência. Os moradores praticam a pesca artesanal em campos naturais, utilizando redes de fio, tarrafas e outros instrumentos tradicionais. A atividade pesqueira tem um papel essencial tanto para o consumo alimentar quanto para a geração de renda, especialmente durante os meses mais quentes, quando os açudes são utilizados para capturar peixes. As mulheres participam ativamente da pesca, embora algumas técnicas, como o uso da tarrafa, sejam mais comuns entre os homens.

Na agricultura, o cultivo de mandioca, milho e arroz segue métodos tradicionais, como o plantio e a colheita manuais. A produção é voltada majoritariamente para o consumo familiar, sendo que apenas pequenas quantidades, como a farinha de mandioca, são vendidas. Devido à limitação de terras disponíveis, muitos moradores precisam se deslocar para áreas externas da comunidade para realizar o plantio. A organização das roças envolve trocas de trabalho entre as famílias, fortalecendo o senso de cooperação comunitária.

A cultura alimentar reflete as tradições locais. Um prato típico mencionado pelos moradores é o arroz de milho, preparado como alternativa em tempos de escassez de farinha e arroz. O peixe assado com escamas, temperado com limão e pimenta, também é uma iguaria comum nas refeições e celebrações.

As manifestações culturais incluem o festejo do Divino Espírito Santo, que continua sendo um momento importante para a comunidade. Nessa celebração, os moradores se reúnem para cumprir promessas e fortalecer os laços de solidariedade. No passado, o tambor de crioula e a quadrilha junina eram mais presentes, mas atualmente essas tradições foram reduzidas, principalmente após o falecimento dos mais velhos que mantinham essas práticas vivas.

A comunidade enfrenta desafios relacionados à infraestrutura e à preservação de seus espaços coletivos. A água disponível nos poços costuma ser salinizada, e muitos moradores dependem de caixas d'água comunitárias ou da

compra de água para o consumo. A Casa de Farinha é um dos principais locais de organização comunitária, onde as famílias se reúnem para a produção de farinha de mandioca, seguindo um sistema de rodízio de uso. No entanto, não há espaços específicos para lazer, encontros de idosos ou brincadeiras para as crianças, o que limita as interações sociais.

A associação comunitária desempenha um papel fundamental na busca por melhorias e reconhecimento formal da comunidade. Através dela, projetos de infraestrutura e apoio à produção foram viabilizados, reforçando a importância da organização coletiva para a garantia de direitos.

Mesmo diante das dificuldades, os moradores de Frades mantêm forte vínculo com seu território e suas tradições. A relação com a terra, o trabalho coletivo e a resiliência diante dos desafios são aspectos fundamentais que sustentam a identidade quilombola da comunidade.





SANTA MARIA DOS PRETOS

SANTA MARIA DOS PRETOS

A Comunidade Quilombola Santa Maria dos Pretos carrega uma trajetória de resistência e pertencimento, mantida viva por meio das práticas coletivas, das manifestações culturais e da fé. O nome da comunidade homenageia Santa Maria, figura religiosa de grande devoção entre os moradores, e que dá sentido a celebrações que fortalecem a vida em comunidade.

Na agricultura, o cultivo de arroz, milho, feijão, fava e mandioca segue o ritmo do tempo e do mutirão. As famílias se organizam por meio da troca de diárias, prática que ainda resiste como forma de cooperação. Dezembro e janeiro são os meses do plantio; abril, maio e junho, da colheita. A casa de farinha segue ativa como ponto de encontro e produção, é onde a mandioca se transforma em farinha, trocada ou vendida para garantir outros alimentos, como arroz e carne.

A pesca ocorre nos igarapés da região, como o do Boi e o do Ipiranga. As técnicas utilizadas incluem puçá, tarrafa e instrumentos de madeira para choque. Mulheres e crianças participam ativamente da atividade, seja na captura, seja no preparo do peixe. Mas os moradores notam que as mudanças no ambiente têm dificultado a fartura de antes.

As celebrações religiosas seguem sendo parte central da cultura local. O festejo de Santa Filomena começa em 31 de julho, com o tradicional levantamento do mastro, buscado no mato e carregado em cortejo com batidas de caixa e ladainhas. Durante nove noites, os moradores se reúnem para rezas e partilhas. No passado, também era realizado o festejo do Divino Espírito Santo, lembrado com carinho pelos mais velhos.

O Tambor de Crioula é uma das expressões culturais mais vibrantes da comunidade. Herança dos antepassados, essa manifestação envolve canto, dança e confecção artesanal dos instrumentos e vestimentas. Os tambores tradicionais são feitos com tronco de madeira (como pau-d'arco ou fava) e couro de gado ou de viado capoeiro. A Dança de Coco permanece hoje na memória coletiva, já a caixa do divino segue firme como parte importante dos rituais, principalmente durante o mastro.

O babaçu é um recurso valioso e multifuncional. Da palmeira, os moradores produzem chapéus e corfos; do coco, extraem palmito, óleo, azeite, carvão, sabão e até entrecasca para bolos e pães. Diversas mulheres têm no extrativismo sua principal fonte de renda, organizando a produção a partir do que a natureza oferece, sem deixar de lado o conhecimento ancestral.



Casa de farinha de mandioca



Casa de farinha de mandioca

As ervas medicinais fazem parte dos cuidados do dia a dia. O saber sobre folhas como hortelã, mastruz, boldo, capim-limão, folha de goiaba e de caju é passado entre gerações, sendo usado para tratar desde dores de estômago até queda de cabelo. A alimentação é compartilhada em momentos de festa e também de luto. Seja no festejo ou em um velório, as mulheres se reúnem para preparar pratos como carne cortada e temperada, bolos, doces e grandes panelas de arroz e feijão. Cozinhar, nesses momentos, é também cuidar e fortalecer os laços que sustentam a comunidade.

Mesmo sem uma sede formal, a associação funciona como lugar de articulação coletiva. Na sede comunitária e na casa da capoeira, realizam-se reuniões, ensaios e encontros que mantêm viva a organização local. Atividades como a capoeira têm papel importante para a juventude, mesmo que enfrentem períodos de pausa.

O território também abriga lugares marcados pela memória. O Morro da Emília é lembrado por histórias de visagens e fumaças misteriosas ao amanhecer. Há ainda vestígios de construções do período da escravidão, como fornos usados para torrar mamona, os chamados sumidouros, estruturas associadas à violência contra pessoas escravizadas e as pedras de rumo, identificada como um antigo caminho por onde passavam os mais velhos.



Centro Cultural de Capoeira de Angola



SANTA JOANA

SANTA JOANA

A Comunidade Quilombola Santa Joana, localizada no território de Santa Maria dos Pretos, cultiva práticas culturais, espirituais e produtivas que resistem no tempo por meio da oralidade, do trabalho coletivo e da convivência com a natureza. A alimentação cotidiana e ritual é profundamente ligada à terra e aos rios. Feijão, quiabo, vinagreira, mandioca, fava, arroz, galinha caipira e carne de porco e peixe dos igarapés formam a base alimentar da comunidade, com preparo cuidadoso tanto no dia a dia, quanto em celebrações e até em momentos de luto.

A pesca ocorre principalmente no igarapé Ipiranga, onde homens, mulheres e crianças aprendem desde cedo as técnicas transmitidas por gerações. São usadas tarrafas, puçás, anzóis e a chamada "rede de rabo", utilizada no tempo da vazante. A pesca é vista como forma de garantir o sustento sem depender de alimentos industrializados, mantendo hábitos alimentares mais saudáveis e próprios do território. A caça também faz parte da cultura local, embora hoje ocorra com mais restrições.

O trabalho na roça se organiza por mutirões e segue um ciclo bem definido: entre março e maio, o grupo escolhe o mato e prepara o terreno; em dezembro e janeiro, planta-se arroz, mandioca, milho, maxixe, vinagreira, fava e abóbora. A colheita acontece de abril a junho. Mesmo sem uso de máquinas, a produção avança com ferramentas manuais, como foice, enxada, chacho e catana. As mulheres têm participação ativa tanto no plantio quanto na colheita, e parte do que se colhe é reservado para garantir a próxima safra.

As festividades religiosas seguem o calendário católico e são organizadas de forma colaborativa. Entre as principais, estão as de São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Remédio, Santa Filomena e o Divino Espírito Santo. Os festejos incluem nove noites de rezas e ladainhas antes da celebração principal e envolvem toda a comunidade, cada casa contribui com alimentos ou serviços para garantir a realização das festas.

A cultura oral é preservada por meio das cantigas tradicionais, entoadas especialmente durante o Tambor de Crioula, Tambor de Mina e Capoeira. Essas expressões são mantidas vivas por mestres e mestras que puxam os cantos e ensinam os mais novos. As danças tradicionais como, Tambor de Crioula, Dança da Mina, Capoeira, Cacuriá, Congo e até o reggae, são espaços de fortalecimento coletivo e identidade. Também circulam na comunidade mitos e encantarias, como os relatos da mãe-d'água, do coco-roupeira e dos caboclos da mata, principalmente durante a Semana Santa.



Treino de Capoeira de Angola

Os espaços de lazer e encontro se espalham entre árvores frondosas, como os pés de manga e azeitona, a sede da associação e o projeto Mandingueiro, voltado para a juventude. As reuniões formais ou rodas de conversa entre os mais velhos ainda acontecem, com frequência, à sombra das árvores, em diálogo com a tradição. As crianças costumam brincar ao redor da sede e nos espaços abertos da comunidade.

Algumas áreas do território são consideradas sagradas, especialmente dentro da mata. Nesses locais, os moradores pedem licença antes de entrar, demonstrando o respeito pelos encantados e pela natureza. Há também o reconhecimento de pedras de rumo e marcos antigos que indicam limites do território deixados por antepassados. Essas referências estão sendo sistematizadas por meio de cartografia coletiva, que integra memória e tecnologia como forma de proteção do território.

O conhecimento sobre plantas medicinais permanece vivo. Ervas como mastruz, erva-de-bicho, fava de jucá, carrasco, boldo, jatobá, chá da índia são utilizadas na produção de garrafadas para tratar diversas enfermidades. Esses saberes são preservados pelas parteiras, benzedeiras e pais de santo da comunidade, figuras que assumem, historicamente, o papel de cuidadores do corpo e do espírito diante das dificuldades de acesso à saúde formal.





MORROS

A Comunidade Quilombola Morros foi oficialmente fundada em 1988, mas sua existência como espaço de resistência remonta a períodos anteriores. A consolidação do território ocorreu com a participação ativa dos moradores, sendo Felício Rodrigues o primeiro presidente, desempenhando um papel fundamental na organização local e na luta pelo reconhecimento oficial da comunidade.

A vida produtiva da comunidade era tradicionalmente voltada para a agricultura, a criação de animais e a pesca, garantindo a subsistência dos moradores. No passado, a fartura era maior, com o cultivo de arroz, mandioca e feijão, além da criação de porcos, bodes e galinhas. O trabalho agrícola seguia o modelo de mutirões, onde os moradores se ajudavam em grandes plantações e colheitas coletivas. Hoje, há uma redução na produção, e a necessidade de compra de alimentos tornou-se mais presente.

A organização comunitária sempre foi um elemento central em Morros. A luta por direitos fundiários e por melhores condições de vida levou os moradores a enfrentarem disputas pela posse da terra, exigindo articulação política e estratégias jurídicas. A mobilização da comunidade resultou no reconhecimento formal do território, com apoio de lideranças locais e assessoria jurídica.

Os moradores destacam a importância da educação como meio de transformação social. No passado, a escolarização era limitada, e muitos dos mais velhos tiveram poucas oportunidades de estudo. Hoje, há mais acesso à educação, mas ainda existem desafios na permanência dos jovens na escola e na valorização dos saberes quilombolas.

O conhecimento tradicional sobre ervas medicinais também faz parte da cultura local. No passado, os remédios caseiros eram amplamente utilizados para tratar doenças e fortalecer a saúde dos moradores. O uso de chás e plantas medicinais ainda é lembrado pelos mais velhos, embora a procura por serviços médicos externos tenha se tornado mais comum.

A associação local continua sendo um espaço importante de encontro e decisão. O funcionamento, no entanto, depende do envolvimento dos moradores. Sem participação ativa dos sócios, é difícil manter a documentação em dia, viabilizar projetos ou articular melhorias. A experiência mostra que nenhuma liderança caminha sozinha: é o coletivo que sustenta os avanços. Para além dos limites do próprio território, a colaboração entre as comunidades vizinhas também é vista como necessária. Quando as decisões são tomadas de forma isolada, as oportunidades diminuem. Por outro lado, quando se trabalha em conjunto, a força se multiplica — e é isso que pode garantir um futuro melhor para todas as famílias da região.



PIQUI

A Comunidade Quilombola Piqui, localizada no território de Santa Maria dos Pretos, segue mantendo uma forte relação com a terra, a alimentação e os modos tradicionais de vida. O cultivo agrícola é uma das principais atividades da comunidade, com o plantio de maxixe, abóbora, melancia, mandioca, milho e arroz, seguindo um calendário que começa entre dezembro e janeiro e pode se estender até março. A colheita é feita manualmente com facas pequenas, e o plantio é realizado com ferramentas como chacho e máquina de plantar. A organização do trabalho varia, em alguns casos, moradores contratam diárias; em outros, há trocas de ajuda entre vizinhos.

A pesca também faz parte da rotina da comunidade, especialmente no inverno, quando os igarapés estão mais cheios. É praticada em rios e igarapés como o Passarinho e o Satuba, com uso de anzol, tarrafa e rede de engancha. A atividade serve para o consumo imediato das famílias, sem fins comerciais. Crianças e jovens também participam, aprendendo com os mais velhos. Já a caça ocorre nos arredores das roças e nas áreas de mata, com o uso de espingarda e ajuda de cães. Animais como veado, catitu e paca são caçados ocasionalmente para complementar a alimentação das famílias, sendo uma prática exclusivamente masculina.

O artesanato se mantém presente por meio da produção de cofos usados para armazenar arroz, massa ou mandioca. Alguns moradores mais velhos, como artesãos e artesãs locais, ainda produzem esses objetos durante os períodos de colheita de mandioca e fabricação de farinha, mantendo viva uma prática ligada diretamente à dinâmica agrícola da comunidade.

Os festejos religiosos são momentos importantes de encontro e partilha. O Festejo de Nossa Senhora Aparecida, celebrado em outubro, é a principal celebração da comunidade. A missa começa pela manhã e é seguida de festa que dura até a madrugada. A comida é preparada coletivamente, com carne de gado, galinha, porco, feijão, arroz e macarrão servidos em grandes quantidades. A celebração é organizada por meio de contribuições voluntárias dos moradores. Mais recentemente, datas como o Dia das Mães e o Dia dos Pais foram incorporadas, com direito a eventos comunitários e torneios de futebol organizados pelos jovens.

A comunidade também guarda marcas de seu passado. Antigas pedras de rumo, atribuídas ao período colonial, já foram vistas próximas a grandes árvores, mas hoje estão desaparecidas. Esses vestígios ajudam a contar a história de ocupação do território, reforçada pela luta das famílias quilombolas pela permanência na terra.

Os espaços de convivência incluem a sede da associação e o pé de mangueira, locais onde ocorrem conversas, reuniões e decisões coletivas. Embora não haja um espaço formal para brincadeiras infantis, o campo de futebol é usado por crianças e jovens para jogos e lazer. Cultos religiosos ocorrem na igreja dedicada à padroeira, e os encontros informais entre moradores acontecem nas varandas e sombras das casas, onde a conversa flui ao ritmo da vida comunitária.





JAVI

JAVI

A Comunidade Quilombola Javi preserva práticas ligadas à agricultura, ao artesanato, à fé e à vida coletiva. Localizada no território de Santa Maria dos Pretos, é um espaço onde o trabalho, o cuidado e a convivência se organizam em torno da terra, dos saberes ancestrais e das relações comunitárias.

A roça é uma das principais atividades produtivas. O plantio de mandioca, milho, abóbora, maxixe e fava segue o ritmo das chuvas e das roçagens coletivas, com mutirões entre famílias ou acordos de troca de diárias. A escolha dos locais de plantio leva em conta o tipo de solo, preferindo-se áreas enxutas, e o distanciamento de brejos e da área residencial. O trabalho é feito manualmente, com ferramentas como foice, facão, machado e enxada. As mulheres participam principalmente do plantio e da colheita, enquanto os homens se dedicam com mais frequência às roças do toco, ainda comuns na região.

A mandioca ocupa lugar de destaque na produção e no sustento das famílias. A farinha é produzida nas casas de forno e, muitas vezes, vendida em cidades vizinhas como Itapecuru. Já a caça e a pesca são práticas que seguem ocorrendo, ainda que com menos frequência. A pesca é feita nos igarapés Ipiranga e no rio Itapecuru, com uso de anzol, redes e tarrafas. O peixe é consumido principalmente pelas famílias, e as mulheres participam da atividade, ajudando inclusive nas canoas. A caça, mais restrita aos homens, ocorre em áreas de mata e é voltada ao consumo doméstico, utilizando-se espingarda e cães.

O artesanato é uma expressão viva da comunidade. Cestos, balaios e peneiras são feitos com guarimã, planta colhida no brejo. A produção é realizada por moradores como Martinho, que vendem seus produtos dentro e fora da comunidade. A costura também está presente, praticada por algumas mulheres como forma de lazer e autocuidado.

A vida espiritual é marcada pela devoção a Nossa Senhora de Fátima, padroeira da comunidade. O principal festejo acontece em novembro, com missas, novenas, danças e refeições coletivas. Também há celebrações em maio, com momentos de fé e convívio. As festas são organizadas por grupos da própria comunidade, com reuniões e divisão de tarefas, como o preparo da comida e a decoração do espaço. Recentemente, o festejo de Nossa Senhora de Santana foi incluído no calendário local, ampliando as formas de manifestação religiosa e cultural. O Tambor de Crioula já foi uma expressão cultural presente na comunidade, mas a prática foi interrompida com o falecimento ou afastamento dos tocadores.

Torneios de futebol são organizados com apoio da juventude, reunindo times de dentro e fora da comunidade. Os espaços de encontro e convivência incluem o campo de futebol, a sede comunitária, a capela e as varandas das casas. É nesses lugares que acontecem reuniões, catequeses, conversas e decisões importantes. Crianças costumam brincar no campo, enquanto os adultos se reúnem debaixo de árvores ou na varanda da casa do presidente para discutir questões coletivas.

A memória da ocupação do território está presente nas pedras de rumo, feitas de concreto e localizadas nos limites das terras. Há também vestígios de antigas construções de pedra atribuídas ao período colonial, como muros de antigos casarões que indicam a presença de famílias brancas e ajudam a fundamentar o reconhecimento quilombola do território.





TINGIDOR

TINGIDOR

A Comunidade Quilombola Tingidor tem seu nome ligado à existência de um antigo pau de tingir, usado antigamente como corante natural, segundo relatos dos mais velhos. Localizada em território doado pelo INCRA, a comunidade se desenvolveu com base no cultivo da terra, nos ofícios manuais e na força da coletividade.

As roças são abertas em sistema manual, com ferramentas como foice, facão e chacho. Os moradores cultivam mandioca, arroz, milho e feijão em áreas enxutas, mantendo o sistema de roça no toco. A produção é voltada para o consumo próprio e a farinha de mandioca é o principal produto comercializado, com casas de farinha ativas em diferentes pontos da comunidade, como nas casas de Zé Garrido, Constantino, Cai no Fogo e Benditinho.

A pesca, antes mais presente, ainda ocorre com uso de anzol e pequenas tarrafas, geralmente voltada ao consumo doméstico. Algumas mulheres ainda mantêm essa prática, mas o número de pescadores diminuiu com o tempo. A caça também fazia parte da rotina local, realizada com espingarda e cães, mas tornou-se menos frequente e mais restrita.

O artesanato é mantido na fabricação de cofos, balaios, abanos, tapitis, crivadores, mesas, camas e portas, tudo a partir de materiais encontrados na região. No passado, produziam também utensílios de alumínio, como bacias e panelas, usando formas e moldes próprios. Além disso, técnicas tradicionais de produção de cordas com imbira foram utilizadas por muito tempo, especialmente para armar redes ou amarrar animais.

Os festejos religiosos mais celebrados são os de São Benedito, Sagrado Coração de Jesus e São Gonçalo, com missas e encontros comunitários. As festas juninas também seguem como parte do calendário da comunidade, além de comemorações como Natal e Ano Novo. Durante a Semana Santa, são preparados pratos tradicionais como torta de camarão, bobó de abóbora, peixe e angu. Em períodos de pós-parto, a galinha da terra com angu ainda é servida como alimento restaurador.

A comunidade já teve intensa vida cultural, com danças como São Gonçalo, Bumba Meu Boi, Tambor de Crioula e Dança do Coco. Embora hoje essas práticas não sejam mais ativas, elas permanecem na memória dos moradores, que ainda recorda versos cantados nas celebrações como também os bailes organizados no antigo “grêmio” da comunidade, um casarão onde os participantes só podiam entrar de paletó, mantendo a formalidade das festas negras da época.



Tradição da vela



Mês de Maria

Entre os espaços coletivos, estão a quadra, a escola e as casas de farinha, usados para reuniões e atividades comunitárias. A comunidade ainda não possui sede própria da associação. Antigamente, as decisões eram tomadas debaixo de árvores, tradição que se manteve até a construção da quadra.

O território abriga locais de memória que ainda hoje são respeitados, como o pé de pequi jatobá, árvore considerada sagrada por moradores e preservada há gerações até a sua queda no ano de 2025. As fontes d'água também foram parte fundamental da vida coletiva. A Fonte dos Homens, usada exclusivamente para banho, e a Fonte das Mulheres, onde se lavava roupa e também se banhava, eram espaços de encontro e convivência. Com a chegada da água encanada, esses locais deixaram de ser usados, mas continuam presentes nas lembranças dos mais velhos.



Pé de Pequi Jatoba



Ponte do forte



PERIFERIA

ALTO DA ESPERANÇA

ALTO DA ESPERANÇA

A Comunidade Quilombola Alto da Esperança surgiu a partir da desapropriação de terras realizada pelo INCRA, sendo formada por famílias vindas de outras regiões, como o Tingidor. O nome foi escolhido pelos próprios moradores como símbolo de recomeço e da expectativa de uma vida melhor num território antes desabitado.

A agricultura marcou o cotidiano das famílias desde o início, com o plantio de arroz, mandioca, milho e algodão. Os trabalhos eram realizados manualmente, com ferramentas como enxada, foice e facão. O que se produzia servia tanto para o consumo próprio quanto para venda, o arroz era vendido em parte e a mandioca transformada em farinha comercializada em outras localidades. Com o passar do tempo, especialmente após a chegada ao novo território, o número de lavradores diminuiu, e a atividade passou a ser mantida por poucos moradores.



Banco do catitu



Fornos de torra



Mandioca descascada





A pesca também foi muito presente, especialmente com o uso de redes e técnicas de tapagem em igarapés e riachos da região, como o Tucunzal e o Forte. Os peixes eram destinados à alimentação das famílias, e há memórias de longos períodos dedicados à salga. A caça era praticada com espingarda ou armadilhas, principalmente para capturar veado e tatu. Atualmente, tanto a pesca quanto a caça são menos frequentes.

As celebrações religiosas sempre foram parte da vida comunitária. As devoções mais presentes são as do Sagrado Coração de Jesus, Santo Antônio e Nossa Senhora das Graças, com festas e missas marcando o calendário, principalmente em agosto e novembro. Durante a Semana Santa, é comum o preparo de pratos tradicionais como peixe da praia e torta de camarão com bacalhau. Os moradores mais antigos também guardam lembranças das Santas Missões celebradas no passado, ainda em Tingidor, por figuras como Frei Camilo e Dom José Adalgado.

O território também carrega uma rica tradição cultural. Festas juninas com quadrilhas, cacuriá e Bumba Meu Boi

já ocuparam o arraial da comunidade, antes da construção da igreja. Embora essas manifestações não sejam mais tão frequentes, ainda vivem na memória de quem as protagonizou.

A produção de farinha segue em funcionamento em algumas casas de forno. Há registros de grandes volumes produzidos no passado, a partir de três linhas de mandioca compradas no terreno de Constanço. A construção do galpão comunitário e da igreja também se deu após a chegada das famílias, como parte da estruturação do assentamento.

As brincadeiras de infância incluíam jogos de bola e pinhão nas ruas da comunidade. Embora o tempo tenha trazido mudanças, as lembranças da vida no Alto da Esperança seguem vivas nas histórias dos mais velhos, como Alberto, que veio do Tingidor e ajudou a formar o que hoje é esse novo território de pertencimento, memória e continuidade.





Igreja São Pedro



ESTOPA

ESTOPA

A Comunidade Quilombola Estopa tem seu nome associado a uma árvore conhecida como pau de estopa, segundo os moradores mais antigos. Outra versão local também liga o nome ao igarapé que atravessa o território. Formada por famílias que vivem da terra e da convivência coletiva, a comunidade mantém práticas agrícolas, de pesca, caça e manifestações culturais que fortalecem os vínculos entre gerações.

A agricultura é parte do dia a dia. As famílias cultivam milho, mandioca, arroz, quiabo, abóbora, melancia e maxixe em terrenos de uso livre, respeitando as áreas de igarapé. O que se planta é destinado principalmente ao consumo das próprias famílias, embora parte da farinha de mandioca seja vendida.

A pesca é praticada nos igarapés Estopa e Forte, com uso de anzol. Por não haver grande quantidade de peixes, a atividade é voltada apenas ao consumo doméstico. A caça, ainda presente na rotina de algumas famílias, é feita com espingarda bate-bucha para captura de tatus e veados, também apenas para alimentação, sem fins comerciais.



Clube de festas


Mestre Pedro Correa
O mestre Pedro Correa, comandou o Tambor de Crioula do Quilombo Estopa por mais de 40 anos. Nasceu no Quilombo Estopa em 29 de junho de 1940, e morreu no mesmo local, no dia 09 de julho de 2019, aos 79 anos de idade.
O Tambor de Crioula do Quilombo Estopa, é uma tradição hoje representada simbolicamente, por um nome de uma importante liderança, RAIMUNDA MILIANA, a primeira moradora do local, escravizada que fugiu do Quilombo Santa Maria dos Pretos neste município, por resistir aos castigos do Senhor de escravos.
O Tambor de Crioula, sempre foi para o mestre Pedro Correa, uma manifestação cultural de resistência e fé, pois entre os pedidos feitos aos seus descendentes, estavam os de não deixassem essa cultura morrer.



Tambores

O Tambor de Crioula é uma das principais manifestações culturais da comunidade, realizada anualmente no mês de agosto. A celebração envolve moradores de todas as idades, com cantadores e tocadores da própria comunidade. As mulheres dançam e mantêm viva a tradição herdada dos antepassados. O festejo acontece junto com a celebração de São Pedro, padroeiro local, e inclui missa e atividades comunitárias.

O futebol é uma das principais formas de lazer, organizado pelos próprios jovens. Os jogos movimentam a comunidade e fortalecem o espírito coletivo. As crianças também seguem brincando de bola, casinha e roda, e, segundo as moradoras, muitas ainda não têm acesso ao celular — o que mantém vivas formas mais antigas de brincar e conviver.

A farinha de mandioca é produzida coletivamente em várias casas de forno, acessíveis a todos os moradores. Reuniões e conversas costumam acontecer ao ar livre, sob a sombra das árvores. Um dos pontos naturais mais lembrados é uma fonte de água azul, localizada em uma área mais afastada, cercada por mata. Considerada especial, é visitada ocasionalmente pelas famílias.

Morar na Estopa é, segundo os próprios moradores, sinônimo de sossego, união e pertencimento. É comum ver vizinhos conversando nas portas, ajudando uns aos outros quando há serviço comunitário, e mantendo a convivência marcada por laços de parentesco e solidariedade.



Poço Antigo - Quilombo Curupati



CURUPATI

CURUPATI

A Comunidade Quilombola Curupati tem sua história ligada à ocupação tradicional do território por famílias que ali vivem há gerações. Segundo os relatos locais, o nome da comunidade vem da abundância de pés de pati encontrados na região, uma planta nativa amplamente utilizada para diferentes finalidades, como a construção de cercas, a confecção de utensílios e a alimentação.

A agricultura é uma das atividades centrais na comunidade, sendo praticada tanto para o sustento das famílias quanto para a comercialização. Os moradores cultivam mandioca, arroz, milho, feijão, abóbora e quiabo, seguindo um processo tradicional que envolve etapas como preparo da terra, roçagem, derrubada, queima e plantio. A produção de farinha de mandioca tem papel fundamental na economia local, sendo vendida para suprir necessidades como a compra de remédios e outros itens essenciais.

Além da agricultura, a pesca e a caça também fazem parte do modo de vida dos moradores. A pesca é realizada nos igarapés e lagos próximos, utilizando anzol, tarrafa e puçá. A caça também era comum e praticada para garantir carne para as famílias, mas, com o tempo, foi reduzida, sendo agora realizada apenas em situações de necessidade.

A comunidade mantém vivas suas tradições culturais e religiosas. O festejo mais importante é o de Santa Luzia, padroeira da comunidade, celebrado com levantamento do mastro no dia 30 de novembro e encerramento no dia 13 de dezembro, com uma procissão em homenagem à santa. Além disso, há a presença de práticas religiosas ligadas à Igreja Católica e à Assembleia de Deus, demonstrando a diversidade de crenças dentro da comunidade.

O Tambor de Crioula também faz parte da identidade cultural de Curupati, sendo realizado em momentos festivos. Apesar das mudanças ao longo do tempo, os moradores mais velhos ainda se empenham em transmitir o conhecimento sobre essa manifestação para as novas gerações. No entanto, muitos percebem que as crianças e os jovens estão se afastando das tradições culturais, influenciados pelo avanço da tecnologia e pelas novas formas de lazer. Para evitar essa perda, os professores da comunidade buscam incentivar a participação dos mais jovens nas atividades tradicionais.

Outro aspecto marcante da comunidade são os relatos de visagens e acontecimentos sobrenaturais, que fazem parte da memória coletiva. Moradores contam sobre experiências vividas ao longo dos anos, incluindo sons e aparições



Dançarinas de tambor

misteriosas que estariam ligadas à história do território e ao período da escravidão. Há registros de pessoas que encontraram correntes e vestígios de antigos quilombos.

Apesar dos desafios enfrentados, como a falta de estradas e o reconhecimento limitado de seus direitos, os moradores destacam o orgulho de viver na comunidade. Muitos afirmam que, mesmo possuindo casas em cidades próximas, preferem permanecer em Curupati devido ao forte senso de pertencimento e acolhimento que sentem no território. A comunidade se mantém unida, preservando suas tradições e fortalecendo sua identidade quilombola ao longo das gerações.





Seu José - morador do Quilombo Curupati



Entrada quilombo Contendas



CONTENDAS

CONTENDAS

A Comunidade Quilombola Contendas é formada por famílias que vivem no território há várias gerações. Segundo relatos, os primeiros moradores foram irmãos e irmãs que se estabeleceram na região, formando suas próprias famílias ao longo do tempo. Embora o significado do nome "Contendas" não seja claramente conhecido, alguns moradores associam o termo a disputas, sem que isso represente a realidade da comunidade. Atualmente, o número de famílias diminuiu consideravelmente em relação ao passado, com muitos moradores se mudando para outras localidades.

A agricultura sempre foi o principal modo de vida. Os moradores cultivam maniva, arroz e milho, utilizando técnicas tradicionais em roças no toco. Em tempos anteriores, a produção incluía também batata roxa, que crescia em abundância, mas hoje está em declínio por conta da presença de tatus, que devoram as plantações. Parte da produção, como arroz e farinha, era reservada para o consumo familiar, e o excedente, ocasionalmente, era compartilhado com vizinhos — não para venda, mas por solidariedade.

A pesca ocorre principalmente no período da seca, quando os moradores esgotam poços para capturar peixes. Também há quem utilize anzol, mas a atividade é pouco praticada atualmente. A caça ainda é realizada de forma restrita, com a captura de animais como cutias e pacas, utilizando espingardas. Assim como a pesca, a caça é voltada exclusivamente para o consumo das famílias.

As manifestações religiosas têm na devoção a Nossa Senhora do Carmo sua principal expressão. No passado, as celebrações eram realizadas na casa do pai de Raimundo, com rezas diárias durante o mês de maio, reunindo famílias vizinhas sob a mangueira do terreiro. Atualmente, a imagem da santa permanece como referência da comunidade, mas a igreja dedicada a ela foi construída em outro ponto do território, mais distante. Os moradores ainda se organizam para celebrar a santa anualmente, com missas, mesmo que de forma mais esporádica. Há o desejo de construir uma capela menor na área mais próxima das casas, para retomar o convívio religioso com maior frequência.

A comunidade não mantém mais práticas culturais ativas, como danças e celebrações populares, embora os mais velhos relembrem com saudade das festas de antigamente. O futebol, que já animou o campo local, também deixou de ser praticado com o passar dos anos. Hoje, Contendas é habitada majoritariamente por pessoas idosas e mantém

sua rotina marcada pelo silêncio, pelas lembranças e pela permanência daqueles que escolheram continuar no território, mesmo diante das mudanças.



Ruínas da igreja católica



Igarapé



Casas da comunidade



Campo de futebol - Quilombo Pedras



PEDRAS

PEDRAS

A Comunidade Quilombola Pedras, também conhecida como Pedras Dois ou São Benedito, abriga famílias que vivem no território há gerações. O nome está ligado à presença de um igarapé chamado Pedras e a um antigo território chamado São Benedito, como lembram moradores mais antigos. Embora a origem exata do nome não seja amplamente conhecida, ele permanece como uma marca de pertencimento e continuidade.

A agricultura é a principal atividade da comunidade. Os moradores cultivam arroz, mandioca, milho e maniva, utilizando o sistema de roça no toco. Parte da produção é voltada para o consumo próprio, mas a farinha de mandioca e, em menor escala, o milho também são vendidos para complementar a renda. A comunidade conta com duas casas de forno utilizadas por diferentes famílias mediante acordo, geralmente por meio da troca por uma quantidade de farinha.

A pesca ocorre nos igarapés Cerca e Pedras, com uso de anzol e, em alguns casos, tapagem — técnica tradicional usada principalmente no inverno. A pesca é destinada apenas à alimentação das famílias. A caça, antes mais comum, hoje é praticada por poucos moradores e também voltada exclusivamente ao consumo. A produção de carvão a partir do coco babaçu ainda é realizada por alguns moradores, tanto para uso próprio quanto para venda.

A fé católica é a principal expressão religiosa da comunidade. O festejo de São Sebastião, padroeiro local, é realizado tradicionalmente em janeiro. No passado, incluía uma festa em dezembro organizada pelo pai de uma das moradoras mais antigas. Atualmente, mantém-se a reza e, ocasionalmente, são realizadas missas. Há o desejo de retomar a tradição com mais força nos próximos anos.

As expressões culturais, como o Tambor de Crioula, o Coco e as festas de São Gonçalo, já foram parte da rotina da comunidade. Moradoras mais velhas ainda sabem dançar e manifestam interesse em participar, mas a falta de grupos organizados e incentivo fez com que essas manifestações se tornassem raras. Hoje, as festas são, em geral, animadas por radiolas. As comemorações da Semana Santa, no entanto, seguem firmes: as famílias se reúnem para preparar pratos como torta de camarão ou sardinha, cuxá de quiabo e bobó, mantendo também a tradição de não comer carne às sextas-feiras.

O futebol é uma das atividades de lazer mais presentes, com um time masculino e um campo localizado na parte

alta da comunidade. Crianças e jovens participam dos jogos, e o esporte segue sendo um momento de encontro entre gerações.

A comunidade também preserva histórias e memórias. Entre elas, a do gritador, figura misteriosa mencionada por moradores como uma das lendas que circulam pela região. Uma árvore antiga de bacuri, localizada em terreno histórico, é considerada um marco na memória coletiva, presente desde os tempos das gerações mais antigas.

As reuniões da associação local são realizadas na capela da comunidade ou, quando necessário, em casas de moradores, já que ainda não há uma sede própria. Apesar dos desafios, os moradores expressam orgulho por viverem em um lugar tranquilo, onde as relações são próximas e os vínculos comunitários seguem fortes.



Caixa d'água



Casa de Forno



Igarapé



Riacho do forte



DOIS MIL

DOIS MIL

A Comunidade Quilombola Dois Mil tem sua origem no período da escravidão, quando pessoas escravizadas cultivavam arroz para o fazendeiro Antônio Maximiliano Merelo. O nome do território surgiu a partir da meta de produção da época, cortar dois mil quilos de arroz em uma única roça. Com a abolição, o capataz do fazendeiro casou-se com uma das mulheres escravizadas e permaneceu na terra. Dali nasceram os primeiros descendentes que estruturaram a comunidade e se espalharam para regiões próximas, como Guará, Mata e São Bento.

Na agricultura, o sistema de roça no toco é mantido, com o cultivo de arroz, mandioca (maniva), milho, feijão de corda, fava, vinagreira e outros alimentos. Embora o plantio seja diversificado, o rendimento já não é o mesmo de décadas passadas. Hoje, as colheitas servem prioritariamente para o consumo próprio, sem sobra para venda. A produção de farinha de mandioca também se reduziu, sendo feita apenas em pequena escala por algumas famílias. A comunidade conta com quatro casas de farinha, mas nenhuma delas tem estrutura ampla e moderna para grandes volumes.



Sede da associação

A pesca ocorre durante o inverno, quando o aumento dos igarapés permite a captura de peixes — em especial no Igarapé do Forte. Fora desse período, a pesca é inexistente. A caça, praticada com espingardas bate-bucha, também é rara. Em alguns anos, pode-se passar muito tempo até que alguém consiga caçar um único animal, como um tatu ou cutia.

As festividades religiosas são parte importante da identidade local. Os principais festejos homenageiam Nossa Senhora da Conceição e Santa Luzia, celebrados com novenas, missas e encontros comunitários. Além desses, há o chamado "festejo do santo", também tradicional entre os moradores.

As manifestações culturais já foram mais vibrantes. O Bumba Meu Boi, por exemplo, era um evento marcante, mas foi interrompido com o falecimento do responsável pela brincadeira. Ainda assim, a Dança do Coco continua presente, especialmente durante as noites de festejo religioso, animada por um morador da própria comunidade.

O futebol ainda é praticado por jovens e adultos, embora com menos entusiasmo do que no passado. Para o presidente da associação, os jovens de hoje mostram menor envolvimento com as atividades coletivas, em parte influenciados pelo uso de celulares e redes sociais. Mesmo assim, a tradição do time da comunidade se mantém.

O artesanato é voltado para produção que produz cofos, abanadores, balaios, chapéus de palha, jacás de cipó e fabricação de móveis simples, como mesas e cadeiras. Essas produções misturam habilidade com memória, mantendo vivas técnicas aprendidas com as gerações anteriores. As reuniões da associação comunitária ocorrem em casas de moradores, pois a comunidade ainda não dispõe de uma sede própria. Apesar das limitações, há um forte sentimento de pertencimento por parte dos moradores.



Cofos artesanais



Estrada do Ipiranga



MATA DO IPIRANGA

MATA DO IPIRANGA

A Comunidade Quilombola Mata do Ipiranga tem sua história ligada a um território anteriormente chamado Mata do Poluca, nome que deixou de ser usado após a saída de um morador conhecido como Poluca. O nome atual se refere ao Igarapé Ipiranga, localizado próximo à comunidade, e passou a identificar o local pela proximidade com esse curso d'água. Segundo relatos, a região já teve mais moradores, mas muitas famílias migraram para outras localidades ao longo dos anos.

A agricultura é praticada por lavradores locais no sistema tradicional de roça no toco, com capina manual e uso de ferramentas como paranga. Os cultivos mais comuns incluem maniva, milho, arroz, fava e feijão, voltados principalmente ao consumo próprio. A produção é voltada principalmente para o consumo das famílias, já que as lavouras atuais não rendem como antigamente. Ainda assim, algumas pessoas vendem pequenas quantidades de farinha entre si, mas o mais comum é comprar alimentos na cidade.

A pesca ocorre sazonalmente, sendo praticada com anzol durante o inverno, quando os peixes são mais abundantes nos igarapés locais. Fora desse período, a pesca é pouco realizada. Já a caça tornou-se menos comum, sendo praticada ocasionalmente com espingardas bate-bucha, geralmente para consumo familiar.

As celebrações religiosas seguem ativas, com devoção a São João, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora da Conceição. O festejo de São João é marcado por missas e encontros comunitários, geralmente realizados no dia 22 de junho. No passado, havia mais brincadeiras e animações durante essas datas, mas muitas dessas expressões foram se perdendo. Durante a Semana Santa, as famílias se reúnem para preparar pratos tradicionais como torta de camarão, peixe, cuxá e outras comidas típicas. A tradição de não comer carne às sextas-feiras continua sendo respeitada por muitas pessoas da comunidade.

Manifestações culturais como o Tambor de Crioula, a Dança do Coco e o Bumba Meu Boi já foram presentes na comunidade, mas não são mais praticadas. Hoje, os encontros mais frequentes são os ligados aos rituais religiosos. O futebol ainda existe de forma esporádica, com participação em partidas informais organizadas junto a times vizinhos, como o da comunidade Dois Mil.

A produção artesanal é preservada por alguns moradores, como a confecção de cofos e balaios. Há também traba-

lhos em madeira, incluindo a produção de mesas e bancos. Algumas casas de farinha ainda funcionam, mas uma delas está em processo de reativação após reforma do telhado.

As reuniões da associação acontecem na casa do presidente ou na igreja, pois não há sede formal. As conversas entre os mais velhos ocorrem ocasionalmente, e é raro ver grupos de crianças brincando nas ruas, como acontecia antigamente.



Igreja católica



Campo de futebol



FANDANGO

FANDANGO

A Comunidade Quilombola Fandango, antes chamada de Cantagalo, teve seu nome alterado após dois episódios lembrados pelos moradores. Um deles conta que um cigano, ao ter um pedido de farinha negado, reagiu dizendo "isso é um Fandango mesmo", expressão que acabou sendo associada ao local. Outra explicação relaciona o nome à dança tradicional Fandango, que, uma vez conhecida, passou a ser bem aceita por quem vivia ali.

A agricultura é uma prática presente no cotidiano da comunidade, com roças organizadas por famílias, cada uma cuidando de seu próprio pedaço de terra. O plantio de mandioca, milho e arroz é feito manualmente e voltado principalmente ao consumo doméstico. A venda de farinha de mandioca ocorre quando a produção permite, especialmente em períodos de boa safra. No entanto, pragas como a lagarta e o pulgão têm afetado as lavouras, comprometendo os resultados esperados.

A pesca acontece durante o inverno, nos igarapés do Fandango e do Forte, com o uso de anzol. A atividade é voltada apenas à alimentação familiar e não ocorre diariamente, pois muitos moradores já chegam cansados de outras tarefas. Mulheres, homens e crianças participam da pescaria, dependendo da disponibilidade de tempo de cada um. A caça é praticada de forma ocasional, sempre para consumo próprio, respeitando os limites e os riscos dessa atividade.



Escola da comunidade

As celebrações religiosas incluem os festejos de Nossa Senhora do Rosário, Santa Maria e São João. As rezas e novenas ocorrem durante o mês de maio e também em junho e julho. A novena de Santa Maria, por exemplo, conta com trinta dias de oração. A comunidade construiu, de forma coletiva, uma casa ampla ao lado da igreja para acolher participantes durante as celebrações, espaço que também é usado como ponto de encontro para avisos e reuniões.

A Dança do Coco, o Tambor e o Bumba Meu Boi já animaram o Fandango, mas as manifestações culturais têm perdido força com o tempo, muitas vezes interrompidas por luto ou falta de organização. A realização das festas juninas, como quadrilhas, depende do envolvimento de professores e escolas, e por isso acontece de forma alternada entre os anos.

A produção artesanal resiste em algumas famílias, com a confecção de cofos, balaios e peças de madeira como bancos e mesas. Nem todos sabem fazer, mas muitos valorizam e mantêm esses saberes no cotidiano. A comunidade conta com uma mini sede da associação, localizada na casa de uma moradora, onde acontecem reuniões. Além disso, a igreja e a casa comunitária construída para o festejo de Santa Maria também funcionam como espaços de organização local.

Os moradores destacam o valor de viver no Fandango. Mesmo com mudanças no modo de vida e no envolvimento da juventude, a comunidade ainda preserva práticas como as celebrações religiosas, o hábito de rezar em grupo e as conversas nas portas das casas. Para quem nasceu e cresceu ali, é um lugar tranquilo, onde ainda há respeito e solidariedade entre vizinhos.



Igreja católica



Casa de Forno



MIRIM

MIRIM

A Comunidade Quilombola Mirim recebeu esse nome por conta da presença abundante de uma árvore conhecida como mirim, que produz uma fruta pequena e comestível. Os moradores relatam que essa árvore sempre existiu na região e acabou dando nome ao território. As famílias que vivem na comunidade são, em grande parte, descendentes dos primeiros moradores, como o senhor Eloy, lembrado como o mais antigo da localidade.

A agricultura é uma das principais atividades do território. Os moradores cultivam arroz, mandioca, milho, feijão, fava, quiabo, maxixe e abóbora, organizando suas roças de forma livre, cada um no seu próprio pedaço de terra. A produção é voltada ao consumo das famílias, com exceção da farinha de mandioca e do milho, que, quando a colheita é boa, são vendidos em pequenas quantidades. A lavoura tem sido afetada por pragas como a lagarta e o pulgão, que comprometem o desenvolvimento das plantas. A capina é feita de forma manual, com uso de materiais como o catano, e parte dos lavradores evita o uso de veneno.

A produção de carvão vegetal é feita manualmente, a partir de coco e madeira. Cada morador constrói suas próprias caieiras, utilizando o carvão para uso próprio e, eventualmente, para venda.

A pesca ocorre nos igarapés Bacabal, Mirim e Mocambo, com uso de anzóis. A prática é voltada exclusivamente para o consumo familiar e acontece de forma esporádica, geralmente no tempo disponível entre outras atividades. Homens, mulheres e crianças participam, conforme suas possibilidades. O Igarapé Mirim e o Igarapé do Forte, que têm suas cabeceiras no próprio território, são referências geográficas importantes. A caça também é praticada de maneira ocasional, apenas para alimentação.

As celebrações religiosas da comunidade são dedicadas a São Domingos e São João, com missas celebradas nos meses de dezembro e junho. A novena de Santa Maria ocorre no mês de maio e dura trinta dias. As famílias se reúnem para rezar e, sempre que possível, também para partilhar alimentos ao final das celebrações. O dirigente da igreja é morador da comunidade, e as celebrações ocorrem com frequência.

As manifestações culturais já foram mais intensas. O Tambor de Crioula, por exemplo, era muito praticado no passado, especialmente por influência do pai de uma das moradoras mais antigas. Com o tempo, essas tradições foram sendo deixadas de lado. As festas juninas, com quadrilhas e brincadeiras como o cacuriá, ainda ocorrem, mas dependem do envolvimento das escolas e da comunidade.



Igreja e praça



Campo de futebol

O futebol é praticado em um campo próximo às casas. Antigamente, o time da comunidade disputava jogos com equipes vizinhas. Hoje, os jogos continuam, mas de forma menos organizada.

A produção artesanal está presente, com moradores confeccionando cofos, abanadores e moçadas. Essas peças são feitas para uso da própria família e não para venda. Há também quem trabalhe com couro e madeira, fabricando bancos e outras peças simples.

Durante a Semana Santa, é comum a reunião das famílias para a partilha de alimentos como peixe, feijão, torta de camarão, bobó de abóbora com coco e cuxá. O costume de não comer carne às sextas-feiras e durante a quaresma é mantido.

A comunidade também preserva histórias transmitidas oralmente, como relatos de visagens e assombrações em cemitérios ou trilhas próximas. Essas memórias, contadas pelos mais velhos, seguem sendo lembradas pelos moradores.

Moradores mais velhos ainda mantêm o hábito de conversar nas portas e reunir a família em celebrações religiosas. As crianças brincam na praça e nas ruas, embora com menos frequência, influenciadas pelo uso da televisão e do celular. Ainda assim, a comunidade é considerada um lugar calmo e seguro.



Pedro Pereira - morador do quilombo Mirim.



Associação



CURITIBA

CURITIBA

A Comunidade Quilombola Curitiba tem sua origem ligada à passagem de boiadeiros pela região. Segundo relatos, o nome do território surgiu quando um viajante vindo de Curitiba se estabeleceu no local e deu ao lugar o nome da sua cidade de origem. O nome foi preservado ao longo do tempo e hoje é parte da identidade da comunidade.

A agricultura é a base da alimentação das famílias. A maioria dos moradores vive da roça do toco, cultivando arroz, milho e mandioca. O arroz e o milho são destinados principalmente ao consumo próprio, já que a produção costuma ser baixa. A farinha de mandioca, por outro lado, ainda é produzida em pequenas quantidades e vendida em outras localidades.

A pesca não é praticada na comunidade, pois não há igarapés próximos. Para pescar, os moradores precisam se deslocar até comunidades vizinhas como Mocambo, São Sebastião e Pauleira. Essa ausência de rios e igarapés influencia a alimentação local, aumentando a dependência da agricultura e da caça. A caça ainda ocorre entre alguns moradores, mas é voltada apenas para o consumo familiar.

A produção de carvão é feita em valas abertas no chão, com o uso de madeira das roças. Como não há muitos coqueiros na região, o carvão de coco é raro. Parte do carvão é usada para uso doméstico, e outra parte é vendida como fonte de renda.

As celebrações religiosas são marcadas por rezas e missas em homenagem a Nossa Senhora Aparecida e São Raimundo, realizadas nos dias 13 de maio e 10 de agosto. No passado, havia também festejos dedicados a São Pedro, mas foram interrompidos após o falecimento das pessoas que organizavam a celebração. Hoje, os festejos se concentram nas celebrações religiosas, sem festas dançantes associadas às datas.

As manifestações culturais, como danças tradicionais e festas juninas, já foram mais presentes na vida da comunidade. Com o tempo, e especialmente com a ausência dos mais velhos, essas práticas foram diminuindo. Os moradores mais jovens não têm demonstrado o mesmo interesse em manter essas tradições vivas. O futebol é a atividade de lazer mais praticada atualmente, com um campo onde os moradores se reúnem para jogar bola.

O artesanato ainda está presente. Moradores fabricam cofos, abanadores, peneiras e balaios com técnicas tradicio-

nais, usando guarimã. Esses objetos são feitos para uso próprio, e, às vezes, sob encomenda. Há moradores que compram peças de artesãos de comunidades vizinhas, como o Seu Chico, do Olho d'Água.

As reuniões da associação comunitária são organizadas de maneira informal. Como a comunidade não tem sede própria, os encontros acontecem em casas de moradores ou debaixo de árvores. As exigências do trabalho formal dificultam a participação de alguns moradores em eventos e reuniões, especialmente para quem trabalha fora ou com obrigações profissionais em dias úteis.

Durante a Semana Santa, a comunidade mantém o costume de reunir as famílias e evitar o consumo de carne. As refeições típicas incluem peixe, verduras, torta de camarão, bobó com leite de coco e arroz de cuxá — pratos preparados com ajuda de parentes que retornam à comunidade durante o período religioso.

Mesmo com as transformações no modo de vida, os moradores destacam o valor de viver na comunidade. A privacidade, a tranquilidade e a confiança entre vizinhos são apontadas como razões para permanecer no território. Para muitos, o sossego de Curitiba ainda é o principal motivo para permanecer, mesmo diante das dificuldades.





Palmeiras beira do igarapé



BACABAL

BACABAL

A Comunidade Quilombola Bacabal tem seu nome ligado à abundância de bacabeiras, árvores que produzem a fruta bacaba. De acordo com os moradores mais antigos, essa característica marcante do território inspirou a escolha do nome. Essa história tem sido passada oralmente ao longo das gerações.

A agricultura está presente no cotidiano das famílias, com roças feitas no sistema tradicional do toco, sem o uso de tratores ou mecanização. Os moradores trabalham em seus próprios pedaços de terra, mas também se organizam em duplas ou trios para dividir fileiras de plantio. A produção inclui alimentos voltados ao consumo familiar, mantendo práticas herdadas das gerações anteriores.

A comunidade também mantém conhecimentos de artesanato tradicional, com a produção de abano, cofo e mensaba. Não há menção à venda desses produtos, o que indica que o uso pode ser prioritariamente doméstico.

O riacho da região é usado para banho, sendo um ponto de referência no território. Há também uma fonte de água localizada atrás da casa de Raimundo, que serve como local de abastecimento e lazer. Esses espaços fazem parte do cotidiano e da memória da comunidade.

A pesca e a caça já foram práticas mais presentes. Hoje, a caça é rara, e os animais, como tatu, veado e cutia, são difíceis de encontrar. Raimundo comenta que, atualmente, ao avistar um tatu, sente até pena de matar, pois são poucos os que restam. A cutia ainda pode ser vista em outras localidades próximas, mas em Bacabal a caça deixou de ser uma prática comum.

No passado, a comunidade realizava festas conhecidas como Macumba, organizadas por um morador chamado Anjo Moura. Essas festas duravam três dias e reuniam a população local em celebrações que combinavam religiosidade e tradição. Após o falecimento de Anjo Moura, nos anos 1970, essa prática não foi retomada. Atualmente, os principais festejos religiosos da comunidade são em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro, e a Nossa Senhora de Nazaré.

O futebol também faz parte da história da comunidade. Bacabal possui um campo, que já foi ponto de encontro para partidas e brincadeiras. Embora esteja menos utilizado nos últimos anos, o campo ainda é limpo e usado em ocasiões especiais, como o festejo do dia 7 de setembro, quando são organizados jogos e atividades festivas.

A história da comunidade segue sendo preservada por meio das memórias e práticas mantidas ao longo do tempo. Mesmo com as mudanças no modo de vida, moradores que vivem há décadas no território continuam cuidando da terra, recordando as tradições antigas e transmitindo saberes sobre o cultivo, o artesanato e os festejos religiosos que marcaram a trajetória local.



Pé de pequi centenário



Arroz da roça



Pé de manga centenário



SATUBINHA

SATUBINHA

A Comunidade Quilombola Satubinha é um território marcado pela história de famílias que ali se estabeleceram há gerações, construindo laços de pertencimento e tradição. O nome da comunidade tem relação com a presença de vegetação nativa, como o Satuba e o Sarã, que antes eram abundantes na região, mas que, ao longo do tempo, foram reduzidos pelo desmatamento.

A agricultura sempre teve papel central na subsistência dos moradores. No passado, o cultivo era mais intenso, com grande parte das famílias dedicando-se às roças. Hoje, essa prática ainda existe, mas com menor adesão entre os mais jovens. O plantio segue sendo uma atividade livre, sem necessidade de autorização para o uso da terra, o que permite que qualquer morador possa cultivar. Entre os principais alimentos plantados na comunidade estão arroz, mandioca, abóbora, melancia, pepino e macaxeira. O arroz é produzido principalmente para consumo familiar, enquanto a mandioca é transformada em farinha, que também pode ser comercializada. A casa de farinha é um espaço essencial para essa produção, e, atualmente, existem duas na comunidade, onde os moradores compartilham o uso.

A pesca é praticada de forma restrita, sendo realizada apenas para consumo próprio em áreas próximas, como no Mocambo e em açudes da região. Já a caça ocorre em menor escala, sendo realizada ocasionalmente por algumas pessoas da comunidade.

As festividades religiosas são momentos de grande significado para os moradores. O festejo de Frei Galvão, celebrado anualmente no dia 25 de outubro, é um dos eventos mais importantes. A celebração inclui nove noites de rezas e celebrações religiosas, com a participação de moradores de Satubinha e de comunidades vizinhas. Durante a festa, são organizadas missas, procissões e o tradicional levantamento do mastro, além da preparação de refeições comunitárias para os visitantes.

As manifestações culturais também fazem parte da identidade local. O tambor de crioula, uma tradição mantida na comunidade, é realizado especialmente em um dos espaços onde também funciona uma casa de farinha. No entanto, outras práticas culturais, como as quadrilhas juninas, acabaram sendo descontinuadas ao longo dos anos, especialmente após o falecimento de pessoas que organizam esses eventos.

A Semana Santa e o Natal são períodos marcantes para as famílias da comunidade, que aproveitam as datas para se



Casa de Forno

reunir. Muitas pessoas que vivem em outras cidades, retornam à comunidade nesses períodos. Durante a Semana Santa, a alimentação tradicional é baseada em peixes preparados com leite de coco, tortas e feijão, sempre respeitando a tradição de não consumir carne nos dias santos. A preparação de bolos caseiros, que antes era feita em fornos de barro e compartilhada entre os vizinhos, tornou-se menos frequente, sendo substituída pelo uso de fornos a gás.

O futebol é uma das principais atividades de lazer na comunidade. Há um campo onde os moradores organizam partidas e torneios, reunindo jovens e adultos. Esse espaço se mantém ativo ao longo do tempo, garantindo um ponto de encontro para os moradores.

O artesanato também faz parte da vida da comunidade. Embora a produção de cofos e abanadores já não seja tão comum como no passado, ainda há pessoas que dominam essas técnicas. Hoje, esses itens são vendidos dentro da própria comunidade, e, em alguns casos, trocados por alimentos.





Ponte do Satuba



Igarapé



SANTA HELENA 1

SANTA HELENA 1

A Comunidade Quilombola Santa Helena tem sua história ligada às famílias que, ao longo das gerações, se estabeleceram na região e construíram suas vidas com base no trabalho na roça e nas tradições culturais transmitidas pelos mais velhos.

A agricultura sempre teve um papel central na comunidade, sendo uma das principais atividades de subsistência. Apesar das mudanças ao longo do tempo, muitos moradores ainda cultivam a terra, garantindo a produção de alimentos para suas famílias. No entanto, algumas práticas tradicionais têm sido gradativamente deixadas de lado, especialmente entre os mais jovens.

As festividades religiosas são parte essencial da vida comunitária. O festejo de São Domingo, realizado entre os dias 25 de julho e 3 de agosto, é um dos momentos mais importantes do ano. A celebração tem início com a missa e o levantamento do cruzeiro, seguido por uma novena que se estende até o dia do encerramento. Ao longo dos anos, a festa passou por transformações: antigamente, a celebração era focada apenas nas festividades, mas, com o tempo, os moradores passaram a incluir a missa como parte da programação, reforçando o caráter religioso do evento.

No passado, a comunidade possuía tradições culturais como o tambor de crioula, mas essa prática acabou sendo interrompida com o tempo, especialmente após o falecimento de pessoas mais velhas que mantinham viva essa manifestação cultural.

A Semana Santa e o Natal são períodos de grande importância para os moradores. Nessas datas, as famílias se reúnem, e muitos que vivem na cidade retornam ao território para celebrar juntos. No Natal, uma das tradições mantidas é a ceia com peru assado, um prato que simboliza o encontro familiar.

O artesanato também faz parte da comunidade, embora seja produzido apenas para uso próprio. Alguns moradores ainda fabricam cofos e abanadores, utilizando técnicas tradicionais, mas sem a intenção de comercializar os produtos. A transmissão desses conhecimentos ocorre de maneira informal, dentro das famílias, sendo um saber passado de geração em geração.

Para muitos, a comunidade representa um lugar seguro e acolhedor, onde o respeito e a coletividade são princípios fundamentais. Mesmo com as mudanças ao longo do tempo, a identidade quilombola segue presente, fortalecendo os laços entre as famílias e garantindo a continuidade das tradições.



Igreja católica







MOREIRA

MOREIRA

A Comunidade Quilombola Moreira tem sua história marcada pela presença de famílias negras que viveram e construíram suas raízes no território. Segundo os moradores, a comunidade já existia como um pequeno povoado na década de 1950, quando contava com cerca de 20 famílias. Ao longo do tempo, Moreira consolidou-se como um espaço de vivências tradicionais, mantendo práticas agrícolas, culturais e religiosas que fazem parte da identidade local.

A agricultura sempre foi uma das principais atividades da comunidade, com os moradores cultivando produtos como arroz, milho, feijão e mandioca. O trabalho na roça é realizado de forma manual, com o uso de ferramentas tradicionais, e segue um calendário agrícola que determina os melhores períodos para plantio e colheita. Além da agricultura, a pesca também tem grande importância para o sustento das famílias. Os moradores utilizam técnicas como tarrafa, anzol e landuá para capturar peixes nos rios e igarapés da região, garantindo uma alimentação complementar ao que é produzido na roça.

A cultura alimentar da comunidade inclui pratos tradicionais, como feijão com toicinho, fava com vinagreira e arroz de cuxá, preparados com ingredientes locais e modos de preparo passados de geração em geração. As festividades são momentos importantes para a preservação dessas tradições, pois costumam reunir os moradores para celebrações comunitárias, onde a comida é um elemento central.

As festividades religiosas são parte essencial da cultura local, com destaque para os festejos de São Pedro e do Divino Espírito Santo. O Festejo de São Pedro, considerado um dos mais importantes da comunidade, ocorre no dia 29 de junho, com celebrações que incluem levantamento do mastro, rezas e procissões. A festividade já foi maior no passado, com participação intensa dos moradores, mas ainda mantém sua relevância. Durante o evento, as famílias se organizam para realizar novenas em suas casas, preparando o território para o grande dia da festa.

A comunidade também possui um rico patrimônio cultural, que no passado incluía manifestações como Dança do Coco, Tambor de Crioula e Bumba Meu Boi. Essas expressões eram praticadas principalmente pelos moradores mais velhos, mas com o tempo foram perdendo força, pois os jovens não deram continuidade à tradição. Atualmente, a participação em manifestações culturais se restringe a eventos religiosos e a encontros específicos promovidos dentro da comunidade.



Banho do Moreira

Moreira também se destaca pelo conhecimento tradicional de seus moradores, especialmente no artesanato. O saber fazer cofos, abanadores e outros itens de palha ainda é preservado por algumas pessoas da comunidade, apesar de ter sido gradativamente substituído por materiais industrializados. A transmissão desses conhecimentos ocorre entre gerações, sendo considerada uma parte importante do patrimônio imaterial da comunidade.

O esporte também faz parte da vida na comunidade, e o futebol é uma das principais formas de lazer entre os moradores. A comunidade possui um campo de futebol, onde são realizados torneios e campeonatos com a participação de times locais e de comunidades vizinhas. Além do esporte, o Banho do Moreira, um ponto de lazer muito conhecido, atrai moradores e visitantes, especialmente nos finais de semana e durante o verão.

A organização comunitária ocorre por meio de encontros em espaços como a igreja e a escola, onde são discutidos temas de interesse coletivo. Os moradores se reúnem para deliberar sobre questões ligadas à infraestrutura, celebrações e demandas locais. Há também um cemitério tradicional, onde os antigos moradores da comunidade foram enterrados, sendo um local considerado de grande importância para a memória da comunidade.



Maria Pêda e Ilza segurando os artesanatos



Cabaça, cujuba e chocalho



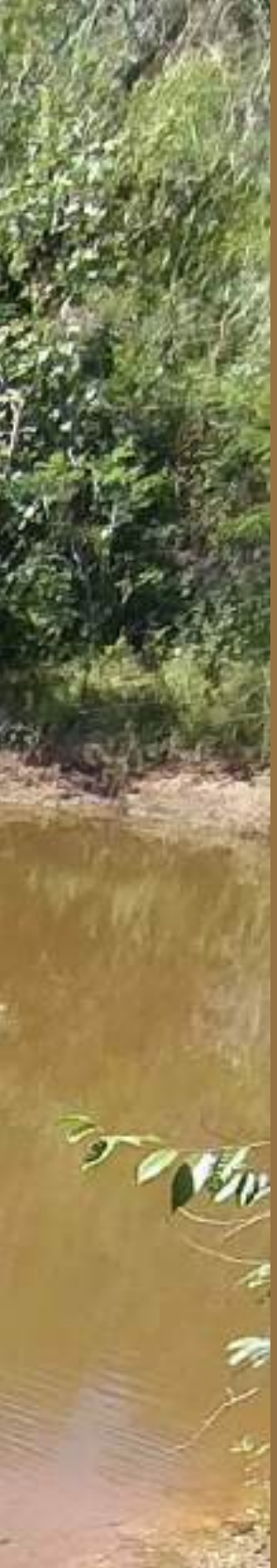
Zé Mole segurando seus instrumentos do Bumba Meu Boi

Entre os elementos históricos presentes no território, destaca-se um poço de pedra, construído pelos moradores antigos da comunidade com técnicas tradicionais, utilizando apenas cinza e barro para unir as pedras. Esse poço, localizado no centro da comunidade, continua sendo um marco do passado da comunidade. Além disso, foi construído de forma coletiva um açude, que servia tanto para abastecimento de água quanto como local de lazer.

Ao longo dos anos, as mudanças econômicas e sociais impactaram algumas das práticas da comunidade, reduzindo a participação dos mais jovens em atividades tradicionais como a pesca e a agricultura. No entanto, os moradores mais antigos seguem empenhados em manter vivos os saberes e os costumes que fazem de Moreira um espaço de resistência e memória.



Tanque de colocar mandioca de molho



MONTE ALEGRE

MONTE ALEGRE

A Comunidade Quilombola Monte Alegre ocupa um território repassado por gerações, conforme relatos sobre a herança das terras entre bisavô, avô e pais. Os moradores também associam sua origem à presença de descendentes indígenas na região, lembrando histórias de mulheres indígenas que viviam no mato e foram incorporadas à comunidade, como uma mãe indígena mencionada nas narrativas locais.

A agricultura, embora ainda presente, passou por mudanças. No passado, era uma das principais formas de sustento, mas perdeu força com o tempo. As roças diminuíram após o envelhecimento dos lavradores mais antigos e o afastamento dos mais jovens, que passaram a estudar ou trabalhar em outras áreas. Ainda há roças na região da capa, ao fundo do território, onde são utilizadas ferramentas tradicionais como enxada, foice, machado e catana.

A pesca continua sendo praticada com frequência, principalmente para consumo próprio. Homens, mulheres e crianças participam da atividade, usando anzóis, tarrafas e redes. A proximidade de um igarapé facilita o acesso e mantém a continuidade dessa prática no cotidiano da comunidade.

A caça, por outro lado, tornou-se rara. Os moradores relatam que, no passado, tatus, veados e cutias eram caçados com mais frequência. Hoje, os animais são mais escassos e a caça é feita apenas de forma ocasional, com técnicas manuais como a armadilha conhecida como tambor.

A comunidade também preserva o conhecimento artesanal, com produção de cofos, abanos, mensabas e outros objetos utilizados no dia a dia. Um dos itens mencionados é o “segredinho”, objeto com pedrinhas dentro usado em brincadeiras. Esses saberes são valorizados tanto por sua utilidade quanto por sua permanência nas práticas familiares.

Entre as manifestações culturais, destaca-se o antigo festejo de São Francisco, celebrado em 4 de outubro. Essa tradição foi interrompida nos últimos dois ou três anos, mas há o desejo de retomá-la. As festividades envolviam limpeza do espaço, preparo coletivo de comidas e organização comunitária por meio de reuniões antecipadas. A religiosidade permanece presente também nos cortejos e procissões que ocorrem em velórios, com a participação de moradores acompanhando até o cemitério.



Casa de farinha



Prensa, serve pra secar a massa

Dançar e cantar já foram práticas comuns na comunidade. As pessoas se reuniam para tocar cavaquinho, violão e tambor. Havia também a presença do Tambor de Crioula, da Dança de Roda e da capoeira, tradições que, embora atualmente não estejam ativas, ainda são lembradas com interesse por parte dos moradores, que expressam o desejo de reativá-las.

A comunidade mantém viva a memória oral. Um dos relatos mais lembrados é o da visagem do Lago do Nú. Segundo a história, pessoas relatavam que não conseguiam atravessar o lago ao anoitecer. Um morador teria enfrentado a entidade que ali aparecia, e após cumprir uma promessa religiosa, as aparições teriam cessado. O episódio envolve uma figura espiritual vestida de branco, portando um cordão de São Francisco, e faz parte do imaginário local.

Entre os espaços de lazer e encontro, está o Poço do Luiz, uma área de banho com pedras e uma pequena cachoeira. O nome se deve a um antigo morador, e o local ainda é frequentado nos períodos de inverno. A escola também funciona como espaço de reunião e eventos, além de ser usada para encontros da comunidade.

A memória do território é preservada por meio de locais considerados sagrados, como o cemitério e um antigo cemitério de pessoas escravizadas, localizado em uma área conhecida como “lado das pedras”, onde há cinco fileiras de pedras — duas grandes e três pequenas. Há também um poço com mais de 100 anos, ainda utilizado para abastecimento, cuja história é atribuída à construção por um antepassado. Os moradores realizam limpezas anuais no local para sua conservação.



Escola



Encontro dos moradores de Monte Alegre com os moradores de Filipa para resgate das danças do Tambor de Crioula



Local onde os moradores lavam roupa



JACARÉ

JACARÉ

A Comunidade Quilombola Jacaré tem suas origens ligadas à presença de pessoas escravizadas que, no passado, viviam no Campo dos Pebas. O território passou a ser ocupado por seus descendentes, permanecendo na posse de famílias que se organizaram para garantir a permanência na região. Houve um momento em que a terra esteve sob risco de desapropriação, mas os moradores conseguiram mantê-la, inicialmente sob uma associação de produtores rurais, que mais tarde se reconheceu como associação quilombola.

O nome do quilombo tem origem em um episódio ocorrido no Morro do Jacaré. Moradores notaram a presença de abelhas circulando perto do chão e decidiram cavar o local, encontrando ali um olho d'água. Pouco tempo depois, durante a mesma visita, encontraram um jacaré vivo nas proximidades. Desde então, o nome Jacaré passou a ser associado ao território e se fixou na memória coletiva.

A pesca é uma prática cotidiana, realizada em um igarapé próximo com o uso de anzóis e tarrafas, especialmente para capturar espécies como jangueazinho e piabas. Crianças participam ativamente, muitas vezes com mais frequência que as mulheres. A pesca continua sendo uma fonte importante de alimento para as famílias, suprindo a mesa em tempos em que a carne comprada não é uma opção.

O conhecimento artesanal segue presente na comunidade. Ainda são produzidos cofos, cabanas, mensabas e jacás, especialmente por moradores mais velhos. Esses objetos são confeccionados para uso doméstico e a tradição não tem sido amplamente adotada pelas gerações mais jovens. Alguns moradores ainda cultivam e utilizam cabaças, tanto para fazer cuias quanto para usos diversos na lida com a mandioca e a farinha.

As roças ficam concentradas na região da Mangueira, onde o solo arenoso facilita o plantio. Evita-se desmatar os morros, considerados áreas de preservação. A agricultura é feita com ferramentas simples, como enxada, enxadeco, catana e facas antigas. O plantio é realizado entre dezembro e janeiro, com destaque para culturas como mandioca, feijão, milho, abóbora, pepino, melancia e cabaça. Cada família cultiva sua própria roça, e a produção é destinada ao consumo.

A caça, que já foi mais presente, tornou-se rara. Animais como tatus ainda são caçados ocasionalmente, usando armadilhas chamadas badogue, feitas com tábuas, buchas e cordas, funcionando como um gatilho que se ativa



Pilão



Cabaças



Pocinha

quando o animal passa. O uso de cachorros é comum nesse tipo de caça. Viados e cutias tornaram-se escassos, e a caça nunca foi realizada com espingardas na comunidade.

As festas religiosas continuam acontecendo, com destaque para os festejos de São Francisco, no dia 4 de outubro, e de Santa Maria. Atualmente, as celebrações são compostas por missa e procissão à tarde, com organização feita principalmente pelas mulheres e crianças, enquanto os homens participam com menos frequência. A comunidade já realizou a dança do tambor dentro do cemitério, tradição que foi interrompida após o falecimento do organizador.

Entre os relatos mais lembrados está a história de um forno de ouro enterrado no Morro da Mangueira. Segundo a tradição, uma mulher teve um sonho com o forno, envolto por correntes de cobre. Ao acordar, segurava uma pedrinha azul, que desapareceu misteriosamente. Vultos e visagens também são relatados na região, especialmente próximos ao cemitério e ao morro, onde moradores relatam ter visto luzes e fumaças que sugerem a presença de minérios ou entidades espirituais.

A comunidade possui referências antigas como pedras de rumo, utilizadas para demarcar o território. Algumas dessas pedras foram arrancadas e jogadas no rio, mas os limites ainda são reconhecidos pelos moradores. Também há um poço antigo, cavado por um antepassado, que continua sendo utilizado.

A igreja é considerada um espaço sagrado pela comunidade e funciona como principal local de encontro e realização de missas. Reuniões da associação ocorrem de forma esporádica, geralmente convocadas quando há necessidade. Atualmente, não há atividades culturais coletivas organizadas, e o envolvimento entre as famílias diminuiu após divisões entre grupos que se ligam a diferentes municípios.

A comunidade é formada por cerca de 36 famílias e, apesar das dificuldades na organização interna, segue mantendo suas práticas de cultivo, celebrações religiosas e memória oral viva, elementos que sustentam sua identidade no território.



Casa de taipa



MATA DE SÃO BENEDITO 3

MATA DE SÃO BENEDITO 3

A Comunidade Quilombola Mata de São Benedito 3 tem sua história ligada à presença de remanescentes de quilombos. Segundo os moradores, o território preserva vestígios materiais como carcaças de engenhos, restos de olaria, tijolos antigos e os chamados "poços dos escravos". A região também abriga uma antiga estrada vicinal por onde passavam boiadas e pessoas escravizadas, fortalecendo a memória sobre o vínculo do território com o período colonial.

Embora a comunidade tenha sido oficialmente fundada em 20 de janeiro de 2003, a ocupação do local por descendentes de africanos é anterior a essa data. O nome atual foi atribuído por representantes externos, sem considerar o nome tradicional da área: Mata do Jabarandi. Esse nome era usado porque a planta jaborandi era comum no local e usada por pessoas escravizadas na produção de remédios e xaropes. Ainda hoje, a planta é encontrada na região.

A agricultura é uma das principais formas de sustento da comunidade. Os moradores cultivam arroz, milho, mandioca, feijão, fava, quiabo, hortaliças, pepino, melancia e maxixe. As roças são feitas em áreas específicas da mata, respeitando os espaços de nascentes e vertentes. As técnicas utilizadas no plantio incluem o uso do chacho e do chucho, com colheita feita com enxadas e facas. As famílias se organizam em mutirões por meio da troca de dias de trabalho, e as mulheres têm participação ativa nas etapas de plantio, capina e colheita.

A pesca não é o foco principal da comunidade, mas é praticada no Igarapé da Mata e, eventualmente, em rios próximos. As técnicas mais comuns são o uso de tarrafa, rede de engancho, puçá (também chamada de landoá) e anzol. A atividade é realizada majoritariamente por homens, com baixa participação de mulheres e crianças. Parte do pescado é destinada à alimentação e, em alguns casos, à renda.

A caça também é praticada, embora de forma esporádica, em áreas mais afastadas do território. As técnicas envolvem o uso de espingardas bate-bucha, lanternas e emboscadas. Segundo os moradores, a carne de caça é valorizada por ser natural e livre de agrotóxicos. No entanto, a atividade diminuiu devido ao uso comercial por pessoas de fora, o que levou à escassez de animais.

As celebrações religiosas da comunidade incluem as festas de Santa Luzia e São Sebastião, padroeiro local. Atualmente, essas festas são marcadas apenas por missas, sem eventos dançantes. No passado, o Tambor de Crioula era



Landuá



Cofo



Enchó

uma das principais manifestações culturais, mas foi interrompido por falta de participantes e pelo custo elevado de organização. A dança do coco, no entanto, segue ativa e integra o território como um todo, sendo praticada em parceria com outras comunidades, como Sumaúma e São Benedito 1. A quadrilha junina também tem se consolidado como prática cultural recente, com ensaios e apresentações nos festejos de junho.

Cortejos ainda são realizados durante velórios, com a comunidade acompanhando o corpo até o cemitério. Já os torneios de futebol fazem parte do lazer local, com dois times masculinos e dois femininos que participam de campeonatos. A comunidade também valoriza os encontros para banho e refeições coletivas na beira do rio. Um dos espaços mais lembrados é o Poço Pois Larga, localizado no Igarapé da Mata. Embora atualmente esteja em área privatizada, o local é parte da história da associação.

A produção artesanal é mantida por alguns moradores, com a confecção de cofos, abanos e balaios, saberes herdados dos antepassados e utilizados principalmente para fins domésticos. As casas de farinha funcionam como espaços coletivos de trabalho, onde as famílias se organizam para a produção de farinha de mandioca.

A sede da associação comunitária é o principal ponto de encontro para reuniões e debates. Ela passou por danos no inverno, mas continua sendo utilizada. A preocupação com a participação da juventude é recorrente entre os moradores mais velhos, que ressaltam a importância de preparar os jovens para dar continuidade à luta e às tradições do território.

Alguns locais da comunidade são considerados sagrados, como a igreja de Santa Luzia e a área onde há olhos d'água e vertentes próximas aos antigos poços utilizados por pessoas escravizadas. Existem ainda construções antigas e marcas do passado, como poços naturais cavados à mão e pedras de rumo, embora algumas tenham sido destruídas.

A memória oral também permanece viva por meio de histórias de luzes misteriosas, barulhos inexplicáveis e acontecimentos que envolvem visagens, elementos recorrentes no imaginário da comunidade. A valorização desses relatos reforça o vínculo entre território, espiritualidade e ancestralidade.

Apesar dos desafios, os moradores seguem engajados na luta pelo reconhecimento e regularização de seu território, buscando fortalecer a identidade coletiva e a transmissão de saberes às novas gerações.



Seu Antônio



Objetos de trabalho utilizados por escravizados no territorio





Barragem



FILIPA

FILIPA

A Comunidade Quilombola Filipa tem sua origem associada a Maria Filipa, mulher negra que foi escravizada. Após conquistar sua liberdade, ela viveu em Manga, no município de Nina Rodrigues. Seu filho, Marco, ao conhecer a região onde hoje está situada a comunidade, decidiu fixar-se ali com a mãe. Com o tempo, outras famílias se estabeleceram, e o local passou a ser conhecido inicialmente como Barriguda. Posteriormente, foi chamado de Morro da Felipa e, após a formalização da associação comunitária, adotou oficialmente o nome de Quilombo Filipa.

A agricultura é uma das principais atividades, com o cultivo de arroz, milho, mandioca, feijão e fava. O plantio é feito principalmente no início do ano, e a colheita se concentra entre maio e junho. As famílias utilizam ferramentas tradicionais como chucho, enxada e enxadeco. Antigamente, o trabalho nas roças era feito em mutirão, com troca de dias de serviço entre as famílias. Hoje, prevalece a contratação de mão de obra. As mulheres seguem participando ativamente, enquanto a presença de crianças nas lavouras diminuiu, influenciada por leis de proteção à infância e mudanças culturais.



Girico antigo



Seu Bernardino - morador do quilombo Filipa



Casa de taipa

A pesca é praticada em diversos corpos d'água da região, como a barragem, a precheira e açudes. As principais técnicas envolvem o uso de anzol, puçá, tarrafa e redes. O destaque vai para a participação das mulheres, que são maioria nas atividades de pesca. A captura é voltada para o consumo das famílias, e há pouco envolvimento comercial.

A produção artesanal permanece viva. Moradores confeccionam cofos, abanadores, mensabas e até cofos de segredo. Algumas técnicas foram repassadas entre gerações e ainda são ensinadas nas atividades comunitárias. Embora a produção tenha diminuído, há quem continue transmitindo esses saberes, principalmente entre as mulheres da comunidade.

A celebração mais importante é o Festejo de São Sebastião, padroeiro da comunidade. Realizado atualmente em outubro, inclui novena, levantamento do mastro, procissão e missa campal. A escolha da data foi influenciada pelas dificuldades de acesso ao território durante o período de chuvas. Além do festejo principal, há a reza do mês de maio, que ocorre nas casas das famílias e envolve um grande número de participantes. As celebrações fortalecem os vínculos entre os moradores, com forte presença de mulheres e crianças.



Dançarinas de tambor de crioula



Tambores esquentando na fogueira



Dançarinas de tambor de crioula

O tambor de crioula, importante manifestação cultural da comunidade, segue sendo praticado, embora com menos frequência. A dança ocorre, principalmente, no período de festas juninas e em novembro, data alusiva à Consciência Negra. Os moradores lembram com saudade da força dessa tradição, que era vivenciada intensamente nas décadas anteriores. A capoeira também já foi praticada, e havia aulas regulares para crianças e jovens no ponto de cultura local.

A caça era uma prática comum, com animais como veado, catitu, tatu e cutia. Hoje, a atividade é pouco frequente, devido à redução das áreas de mata e à escassez da fauna local. A comunidade decidiu restringir a prática com cães no mato, preservando a caça apenas quando necessária, para proteger as plantações. Armadilhas simples ainda são utilizadas, mas a caça, como um todo, deixou de ter papel central na alimentação.

A tradição oral é valorizada. Histórias sobre visagens, assoviadores e gritadores circulam entre os mais velhos. Muitos desses relatos estão ligados ao caminho do Fio ou à antiga linha de trem, com memórias de luzes misteriosas, ruídos noturnos e encontros com figuras sobrenaturais. Esses elementos reforçam a ancestralidade do território e alimentam o imaginário coletivo da comunidade.

Os espaços de convivência incluem a casa de farinha, o campo de futebol e as áreas sombreadas por mangueiras, onde ocorrem encontros informais, jogos de baralho e reuniões comunitárias. A igreja é o principal espaço religioso e abriga celebrações e procissões. A comunidade não possui uma sede fixa para reuniões formais, mas realiza encontros regulares embaixo da mangueira central, espaço reconhecido como ponto de memória coletiva.

Entre as edificações antigas está o poço cacimbão, construído inicialmente de forma rudimentar e, depois, com tijolos. Ele é fonte de abastecimento durante o verão e é considerado um bem a ser preservado. A comunidade também conserva objetos históricos, como balanças antigas e pesos de pedra, que remetem à presença ancestral e à história local. Esses elementos reforçam a importância de manter viva a memória da comunidade para as futuras gerações.



Casa de farinha



Poço cacimbão



Campo de futebol



Dona Lourdes na produção de cofo



Landuá



Cocho



Ponto de Cultura



Madeira para fazer carvão



MATA DE SÃO BENEDITO 1

MATA DE SÃO BENEDITO 1

A Comunidade Quilombola Mata de São Benedito 1 tem sua história marcada pela presença de famílias negras que, ao longo das gerações, permaneceram no território. A associação comunitária foi formalizada em 22 de setembro de 1992, consolidando a identidade coletiva do povoado. O nome foi escolhido em referência à devoção local a São Benedito, santo associado à proteção e resistência da cultura quilombola. Antes de se tornar uma comunidade reconhecida, os moradores enfrentaram perseguições e conflitos, inclusive com ameaças armadas e incêndio na antiga sede.

A agricultura segue como uma das principais atividades da comunidade. As famílias cultivam arroz, milho, mandioca, feijão, fava, maxixe, quiabo, abóbora e melancia. As roças são estabelecidas em áreas da mata, respeitando as reservas ambientais. A escolha dos locais leva em conta a qualidade da terra e a incidência de chuvas. As ferramentas mais utilizadas são enxadas, foices, catanas, chuchos e pequenas facas. O plantio de arroz costuma ocorrer em janeiro, e a colheita entre abril e maio. Outras culturas são semeadas entre novembro e dezembro. O trabalho pode ser feito por meio de troca de dias, organização familiar ou contratação de diária. A colheita é manual e conta, principalmente, com a participação de homens, embora mulheres e algumas crianças também ajudem em determinadas fases.

A pesca já foi mais comum nos igarapés da região. Atualmente, sua prática diminuiu por conta do desmatamento, das restrições impostas por donos de terras vizinhas e da redução da fauna aquática. As principais técnicas envolvem o uso de anzol, tarrafa, caçoeira e pesca com as mãos. A participação de mulheres persiste, ainda que menos frequente, e a pesca serve principalmente para alimentação, com pouca ou nenhuma comercialização.

A produção artesanal segue ativa, com moradores fabricando cofos, abanadores e mensabas. Os saberes são transmitidos entre gerações, ainda que com menor interesse dos mais jovens. Algumas práticas, como a produção de mensabas, vêm sendo deixadas de lado devido à mudança nos usos domésticos e à dificuldade de comercialização.

A caça, antes frequente, foi reduzida pela escassez de animais e pela presença de áreas protegidas. Ainda assim, alguns moradores utilizam espingardas de bucha e armadilhas (como mutá, tocaia e uso de iscas em roças) para capturar cutias, veados e caititus. A carne, no passado abundante, hoje é rara. A prática é feita exclusivamente por homens e está em declínio, tanto por desinteresse quanto por restrições ambientais.



Maria Antônio e Francisca Raimunda, pescadoras do Quilombo (Cofos, anzóis e abano)



Equipamento de pesca



Casa de taipa



Anzóis e coco babaçu



Coco babaçu



As manifestações culturais como o coco e o tambor de crioula ainda fazem parte da memória coletiva, embora pouco praticadas. Existem tambores guardados na comunidade, e canções tradicionais são lembradas por pessoas mais velhas. Uma das cantigas entoadas menciona o "canavial" e é reconhecida como parte do coco dançado em tempos passados.

As festas religiosas já foram mais presentes, mas atualmente não há festejos tradicionais ativos. A única celebração mencionada é a missa em homenagem a Antônio Cipriano da Conceição, realizada no mês de julho com almoço coletivo, prática descontinuada após o falecimento do organizador.

A tradição oral também está presente. Moradores relatam visões de figuras misteriosas, como um bode que atravessa a comunidade e uma menina empurrando um carrinho. Essas aparições ocorrem, segundo os relatos, com certa frequência, mas sem deixar rastros no solo.

A sede comunitária, localizada no centro do povoado, é o principal ponto de encontro dos moradores para reuniões e decisões coletivas. Ela foi construída com esforço conjunto, inicialmente em taipa e, mais tarde, ampliada com arrecadação comunitária. É considerada um espaço de grande valor simbólico.

A igreja da Assembleia de Deus, também construída de forma coletiva, é vista como um local sagrado. Outro espaço considerado intocável é uma área de reserva ambiental, onde a retirada de vegetação é proibida. Esses locais são respeitados como parte da espiritualidade e da organização comunitária.

A casa de farinha segue ativa e é usada coletivamente na produção de farinha de mandioca. Crianças costumam brincar em frente à sede, e há ruínas e construções antigas, como cacimbões, na área do Satuba e em outras zonas afastadas do território. Ruínas de alvenaria de pedra, com cerca de 80 anos, também foram identificadas em áreas do antigo entroncamento, embora atualmente não haja atividades culturais relacionadas a esses locais. As novas gerações pouco conhecem suas histórias, e há receio de que esses registros se percam com o tempo.



Casa de farinha



Tipiti



Peneira



Carvão



Prensa



Pés de mandioca (manivas)


REJA NOSSA
SENHORA APARECIDA



BRASILINA

BRASILINA

A Comunidade Quilombola Brasilina teve sua consolidação mais recente há cerca de 25 anos, mas sua história remonta a tempos anteriores, marcados pela presença de famílias descendentes de pessoas escravizadas. O nome "Brasilina" surgiu por iniciativa de um antigo prefeito de Itapecuru, inspirado na inauguração de Brasília em 1960. Ele adquiriu terras na região e decidiu nomeá-la em referência à nova capital. Antes disso, a área era composta por núcleos familiares dispersos, organizados em torno do trabalho agrícola e da troca de dias em mutirões.

A agricultura sempre foi a principal atividade produtiva da comunidade. Os moradores cultivam arroz, milho, mandioca e feijão, utilizando técnicas manuais com foice, enxada, catana e machado. O plantio acontece, em geral, entre dezembro e janeiro, e a colheita ocorre entre maio e junho. As áreas mais baixas são usadas para o cultivo de arroz, enquanto os terrenos secos abrigam outras culturas. Hoje, a produção é voltada sobretudo para o consumo das famílias, com parte da farinha e do milho sendo vendidos em feiras ou diretamente aos vizinhos.

A pesca ainda é praticada nos igarapés da região, utilizando anzóis, tarrafas, redes de espinhel e puçás. A participação feminina é significativa, sendo as mulheres as principais pescadoras em muitas famílias. Há registros de técnicas criativas utilizadas pelas crianças, como a adaptação de garrafas de vidro para capturar piabas.

A produção artesanal permanece viva em algumas casas. Cofo, abano e esteira são confeccionados por moradores mais velhos, como forma de preservar saberes transmitidos por gerações. Alguns ainda produzem peças por encomenda ou para uso próprio, mas a prática vem diminuindo. A costura, antes comum, também está presente em menor escala, praticada por poucas pessoas da comunidade.

Um dos pratos mais tradicionais da comunidade é a torta de palmito, preparada especialmente durante festejos religiosos. Antigamente, a receita era feita para servir ao padre e seus acompanhantes. A torta é preparada a partir do palmito ralado, misturado com ovos e farinha, e às vezes leva frango desfiado.

O principal evento religioso da comunidade é o Festejo de Nossa Senhora Aparecida, realizado em setembro. A celebração inclui novenas, procissões e missa, seguidas por uma festa dançante. Atualmente, a parte religiosa e a festa popular ocorrem em dias diferentes, por recomendação do padre, a fim de preservar o respeito ao momento litúrgico. Durante os festejos, são organizadas também atividades esportivas, como torneios de futebol com participação masculina e feminina.

A comunidade conta com casas de farinha e piladeiras utilizadas para a produção coletiva. As reuniões ocorrem esporadicamente, em locais como a igreja, o posto de saúde ou sob mangueiras, servindo como espaços de articulação comunitária. Há também áreas de lazer, como o Satuba e o campo de futebol, onde moradores se reúnem para socializar.

Apesar da presença de infraestrutura básica e de alguns espaços coletivos, a comunidade enfrenta desafios relacionados à transmissão de conhecimentos e à participação das novas gerações. Práticas como o coco e o tambor foram deixadas de lado, e muitos moradores expressam preocupação com a perda de referências culturais e da vida coletiva mais ativa que existia no passado.



Cofos



Bombo





TERRA PRETA

TERRA PRETA

A Comunidade Quilombola Terra Preta tem sua origem ligada à ocupação de terras por famílias que vivem na região há várias gerações. O nome do território está associado às características do solo, por ser escuro, úmido e fértil como relatam os moradores. Não há registros de presença indígena ou de pessoas escravizadas diretamente na área, mas há famílias com ascendência quilombola vindas de localidades próximas.

A agricultura sempre foi a principal atividade no território, com destaque para o cultivo de arroz, milho, mandioca e feijão. O plantio segue os ciclos climáticos, ocorrendo geralmente entre dezembro e janeiro, e a colheita entre maio e junho. As ferramentas mais utilizadas são foice, machado, enxada e catana. Segundo os moradores, a produção já foi maior, mas diminuiu com o passar dos anos devido à redução do interesse das gerações mais jovens e ao êxodo rural.

A pesca é praticada em menor escala e voltada apenas ao consumo familiar. O principal ponto de pesca é o Igarapé Cachimbo, localizado fora do centro da comunidade. A atividade é realizada principalmente por homens; mulheres e crianças participam pouco. Anzóis, tarrafas e redes são os instrumentos mais utilizados. Os moradores relatam que a pesca já foi mais abundante no passado.

A produção artesanal ainda resiste por meio de moradores mais velhos. Cofo, abano e mensaba são confeccionados com técnicas aprendidas no convívio com os mais antigos. Um dos moradores relata que ainda fabrica esses itens para uso próprio, como no preparo da massa de mandioca. A construção de casas de taipa também já foi comum, embora hoje predominem estruturas mais recentes.

No passado, eram realizadas rezas no mês de maio e novenas em novembro nas casas dos moradores mais velhos. Com o tempo, essas práticas foram se perdendo, especialmente após o falecimento dos mais antigos. Atualmente, a Igreja Assembleia de Deus é o principal espaço religioso da comunidade. Já teve participação expressiva, mas hoje conta com um número reduzido de fiéis.

A comunidade não realiza festas tradicionais com frequência. O antigo campo de futebol encontra-se desativado, e os torneios deixaram de acontecer. As crianças costumam brincar sob as mangueiras, locais que também abrigavam rodas de conversa entre os mais velhos. A Casa de Farinha permanece como espaço de trabalho coletivo e, ocasionalmente, ponto de encontro entre os moradores.



Torra da farinha



Registro da farinha produzida no Quilombo Terra Preta



Registro da produção de cofo

As narrativas orais seguem presentes na comunidade. São comuns os relatos de sons misteriosos e visagens, como o caso de um burro que berrava durante a noite em uma área próxima ao antigo engenho, mas que nunca era encontrado. Outro relato menciona movimentos estranhos em um poço, onde moradores tomavam banho e, em certas ocasiões, saíam apressados por medo de aparições.

No campo religioso e simbólico, a igreja é um espaço considerado sagrado pelos moradores. A comunidade também possui poços antigos, como o cacimbão, anteriormente usado como principal fonte de abastecimento, mas hoje substituído por poço artesiano. O cacimbão chegou a ser revestido com tijolos e manilhas para melhor conservação, embora sua história detalhada não seja mais lembrada.

Apesar das transformações, a comunidade segue valorizando suas práticas, histórias e espaços coletivos, buscando preservar o que ainda resiste do modo de vida tradicional.



Seu Ribamar - morador do Quilombo



Casa de farinha - Quilombo Santa Maria dos Pinheiros



SANTA MARIA DOS PINHEIROS

SANTA MARIA DOS PINHEIROS

A Comunidade Quilombola Santa Maria dos Pinheiros tem seu território ocupado há cerca de 274 anos e a origem da comunidade está ligada à presença de pessoas negras escravizadas que, ao longo do tempo, se estabeleceram na região. Segundo relatos locais, um proprietário de terras da época, ao reconhecer a lealdade de um de seus trabalhadores, cedeu parte da fazenda para que ele e seus descendentes pudessem viver. Desde então, a terra tem sido ocupada por diversas famílias, que se organizam de forma coletiva para garantir sua permanência e o direito sobre o território.

A agricultura sempre foi a base econômica da comunidade. Os moradores cultivam arroz, mandioca, milho, macaxeira, melancia e pepino, respeitando os ciclos agrícolas e as fases da lua para o plantio. É na casa de farinha que acontece a produção de farinha de mandioca, um dos principais alimentos consumidos e comercializados pelos moradores. Apesar da produção voltada principalmente para a subsistência, algumas famílias vendem parte da colheita para suprir outras necessidades.

A pesca já teve maior importância na alimentação local, sendo realizada nos igarapés e açudes próximos. No entanto, com o passar do tempo e o avanço das atividades de fazendeiros na região tornaram a pesca menos acessível. Durante o verão, os moradores precisam se deslocar para outros territórios para conseguir peixe.

As festividades religiosas fazem parte da identidade da comunidade e reforçam o senso de coletividade. O Festejo do Divino Espírito Santo é o evento mais importante, envolvendo moradores de Santa Maria dos Pinheiros e de comunidades vizinhas. A celebração conta com missas, procissões, levantamento do mastro e encontros religiosos, onde todos os moradores participam ativamente. Além disso, a comunidade mantém celebrações regulares na igreja, que também é um espaço de encontro e troca entre os moradores.

As expressões culturais da comunidade já foram mais intensas no passado. O tambor de crioula e o bumba meu boi eram manifestações presentes no cotidiano local, mas, com o falecimento de alguns dos organizadores e a falta de recursos, essas tradições foram se enfraquecendo. Ainda assim, há esforços para manter viva essas práticas, e algumas pessoas seguem tocando tambor e tentando transmitir esse conhecimento para as novas gerações.

O conhecimento tradicional sobre ervas medicinais também faz parte da cultura. Entre as plantas mais utilizadas, destacam-se o mastruz, para gripes, tosses e dores musculares, e boldo, para problemas digestivos. O chá de anador



Catitu



Casa de farinha

era preparado para aliviar dores no corpo, enquanto a erva-cidreira era utilizada para acalmar e melhorar o sono. Esses conhecimentos são preservados principalmente pelos mais velhos, que ainda fazem uso das plantas medicinais no dia a dia. No entanto, com o passar do tempo, a busca por serviços médicos externos se tornou mais frequente, fazendo com que o uso dessas práticas tradicionais seja cada vez menos comum entre as novas gerações.

O Centro Comunitário é um dos principais espaços de organização da comunidade. É ali que os moradores se reúnem para discutir questões locais, planejar eventos e buscar soluções para os desafios que enfrentam. Além disso, o espaço também é utilizado para encontros religiosos e eventos culturais.

Mesmo diante das dificuldades, os moradores de Santa Maria dos Pinheiros mantêm um forte vínculo com o território e com suas tradições. A transmissão de conhecimentos entre as gerações é um dos pilares que sustentam a comunidade, garantindo que sua história continue sendo contada e vivida.



Frente da igreja católica



José Ribamar Tinoco apresentando o Centro Comunitário



Poço grande e a árvore Samaumeira



OITEIRO DOS NOGUEIRAS

OITEIRO DOS NOGUEIRAS

A Comunidade Quilombola Oiteiro dos Nogueiras tem suas raízes ligadas à permanência de famílias negras na região desde o período da escravidão. Segundo os relatos, o nome "Oiteiro" se refere à posição elevada do terreno, um morro alto que oferecia visibilidade e segurança. Já "Nogueiras", faz referência a antiga família proprietária das terras. Estima-se que o território tenha mais de 300 anos de ocupação. Após um processo de desapropriação conduzido pelo INCRA, a comunidade se fortaleceu por meio da fundação da associação quilombola e da mobilização em torno da luta por direitos e memória.

A fé e a religiosidade desempenham papel central na vida da comunidade. A Igreja de São Benedito, construída pelos moradores, é um dos marcos históricos e culturais do território. São Benedito é reconhecido como protetor do povo negro, e o seu festejo, realizado de 16 a 27 de dezembro, é a celebração mais importante da comunidade. Também são realizados os festejos de Nossa Senhora da Conceição e do Divino Espírito Santo. As festas incluem novenas, levantamento de mastro, procissões, missas e festas dançantes. As atividades são organizadas por moradores divididos em funções: as mulheres cuidam do festejo de Nossa Senhora; os homens, do festejo de São Benedito. A eleição dos "juízes" do festejo é feita por votação aberta entre as famílias.

Durante os festejos, as famílias contribuem com alimentos para a preparação coletiva das refeições. Entre os pratos típicos servidos estão arroz de cuxá, angu, galinha caipira, mocotó, peixe ensopado, bolo de milho na palha, cuscuz de arroz, pamonha, canjica, mingau de milho com leite de babaçu, abóbora com leite, bolinho de arroz e o tradicional "ver a mais", um doce feito com chocolate extraído do mesocarpo do babaçu. Muitas dessas receitas são preparadas em oficinas, mutirões e partilhas, especialmente durante o festejo e nos encontros religiosos.

A comunidade também preserva diversas práticas culturais, com destaque para o Tambor de Crioula, que foi retomado em 2016 após um período de interrupção. O grupo de tambor reúne dezenas de moradores e realiza apresentações locais e fora da comunidade, inclusive em São Luís. Também são praticadas a Dança do Coco, o Bumba Meu Boi (atualmente inativo), as ladainhas em latim, cantigas de roda, o Hino de Santo Antônio, além da Quadrilha Filhos de Aparecida, com ensaios e apresentações no período junino. Esses saberes são transmitidos entre gerações, com forte presença das mulheres na organização cultural e espiritual.

A alimentação e o cultivo da terra seguem como práticas importantes. As roças familiares e comunitárias abastecem



Tambor de Crioula



Grupo Orquestra Berinbal



Tambor de Crioula

a comunidade com mandioca, feijão, milho, abóbora, maxixe e hortaliças, cultivados com uso de enxada, katana, foice e técnicas tradicionais como o aceiro, a queima e a roça no toco. A pesca ocorre em igarapés e poços, com uso de anzol, tarrafa, rede de arrasto, puçá e pesca com as mãos. A coleta e o beneficiamento do babaçu ainda são comuns, especialmente entre as mulheres, que utilizam o mesocarpo na culinária.

Entre os espaços sagrados da comunidade está o Poço Grande, cavado por pessoas escravizadas há cerca de dois séculos. Além de fonte de água para banho e uso doméstico, o poço é considerado a morada da entidade Servana, identificada como Mãe d'Água, que protege a comunidade. Segundo os moradores, a entidade se manifesta quando o espaço é negligenciado, reforçando o respeito espiritual ao local. A comunidade mantém trilhas e atividades de turismo comunitário que incluem o Poço Grande como ponto de memória.

A comunidade conta com espaços coletivos como casa de farinha, praça, campo de futebol, cozinha comunitária, biblioteca, tenda de terreiro (Cana Verde) e o cemitério, todos reconhecidos como locais de convivência, celebração e memória. Mulheres como Mirú e Isabel atuaram como educadoras, cozinheiras, lideranças religiosas e guardiãs dos saberes locais. A educação sempre esteve entre as prioridades da comunidade, ainda que muitos jovens precisem se deslocar para estudar fora.

Hoje, a comunidade segue firme na valorização de sua cultura, organizando oficinas, encontros culturais e mutirões. O esforço em construir a sede própria da associação e fortalecer os vínculos com os mais jovens é uma das prioridades. A luta por território, a resistência cultural e a preservação dos espaços sagrados seguem como pilares da vida no Oiteiro dos Nogueiras.



Casa de farinha



Entrada do quilombo Pedrinhas



PEDRINHAS

PEDRINHAS

A Comunidade Quilombola Pedrinhas foi oficialmente reconhecida como comunidade há cerca de 45 anos. Embora já existisse informalmente, sua identidade coletiva começou a se consolidar com a fundação do Clube de Mães, em 1989, por iniciativa de Maria Dominga e mais 20 mulheres. A entidade segue ativa até hoje, sendo responsável por articular grande parte das ações sociais e produtivas da comunidade.

A origem do nome "Pedrinhas" tem mais de uma explicação entre os moradores. Há quem associe à presença de pequenas pedras em um antigo igarapé usado como passagem entre os municípios vizinhos, e há quem lembre de um antigo morador, João Galo, que vivia em uma área também conhecida como Pedrinhas. Com o tempo, o nome passou a identificar todo o território ocupado pela comunidade.

A agricultura familiar e o extrativismo seguem como principais atividades econômicas. Os moradores cultivam arroz, milho, feijão e mandioca em roças de toco, usando técnicas tradicionais como queima, aceiro e plantio manual com enxada, foice e facão. A escolha do que plantar depende do tipo de solo e do período de chuvas. Além disso, algumas famílias mantêm hortas e produzem em pequena escala para o autoconsumo.



Agroendustria de derivados de babaçu



Identificação da Indústria de Babaçu



Quiosque

A pesca é praticada em açudes e igarapés, com uso de anzol, tarrafa, puçá, redes e rede de choque. As mulheres costumam pescar mais com anzol, enquanto os homens utilizam as outras técnicas. Parte do pescado é destinado ao consumo e parte à venda local, contribuindo para a renda das famílias.

O extrativismo do babaçu tem papel central na cultura alimentar e econômica da comunidade. Diversos produtos são preparados a partir do coco, como biscoitos, pães, mingaus, bolos, caldos e até sorvetes feitos com leite do babaçu. Essas receitas são transmitidas por meio de oficinas, como o projeto Pequeno Chefe, que ensina crianças a preparar pratos locais. Um dos pratos mais simbólicos da comunidade é o cuxá de vinagreira, presente em praticamente todos os eventos coletivos e festejos.

Entre os principais eventos religiosos e culturais estão os festejos de São Raimundo Nonato (6 de setembro) e Nossa Senhora Aparecida (11 de outubro). Ambos envolvem mastro, novenas, missas, procissões e celebrações que reúnem moradores e visitantes. O festejo de Aparecida é o mais participativo, incluindo cavalgadas, romaria de vaqueiros e atividades infantis como apresentações de corais e danças country. A Festa do Divino, que foi tradicional por muito tempo, hoje ocorre com menos frequência. A comunidade também realiza celebrações no aniversário de Pedrinhas, comemorado no terceiro domingo de outubro, embora atualmente o evento esteja mais modesto.

A Casa de Farinha é um espaço coletivo importante, onde as famílias se organizam para a produção de farinha de mandioca. Outro destaque é a Águia Indústria, empreendimento criado em 2015 por mulheres do Clube de Mães, voltado para o beneficiamento do babaçu e produção de alimentos derivados. Embora tenha iniciado com 33 mulheres, hoje conta com cerca de 15 participantes e segue gerando renda local, especialmente para as mulheres. Parte da produção é comercializada por meio de programas institucionais como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Casa de farinha



Sede do Clube de mães

As manifestações culturais incluem o Tambor de Crioula, que foi resgatado nos últimos anos, com envolvimento de crianças e jovens, e o coral de Nossa Senhora Aparecida. A comunidade também conta com um artista popular, Zé da Luz, reconhecido por suas apresentações nas festas e eventos locais.

O lazer é vivido no cotidiano, com torneios de futebol no campo local, brincadeiras infantis como "perna para quem te quer" e "tacobol", e encontros nos quintais e portas das casas. As crianças costumam brincar nos terreiros e o campo de futebol é ponto de convivência frequente. As decisões comunitárias acontecem principalmente na sede da associação e no Clube de Mães, espaços valorizados como centros de articulação social.

A religiosidade é vivida majoritariamente por meio da fé católica, e os encontros são realizados na igreja local. Em alguns casos, celebrações também ocorrem em casas, quando associadas a promessas. A comunidade conta com poços cacimbão, alguns em uso, outros desativados e estruturas como uma escola antiga desativada, identificada como uma das construções mais antigas do território.

Atualmente, a comunidade se esforça para garantir a continuidade de seus saberes. O resgate do tambor e a formação de crianças nos projetos culturais e produtivos são vistos como caminhos para fortalecer a memória e a autonomia local.






QUILOMBO PEDRINHAS
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA



Casa Vernácula



CANTA GALO

CANTA GALO

A Comunidade Quilombola Canta Galo, segundo relatos dos moradores mais antigos, acredita-se que exista há mais de 300 anos. Inicialmente composta por poucas casas, ela cresceu ao longo do tempo e hoje abriga cerca de 54 famílias. Segundo João da Cruz, um dos entrevistados, quando ele era criança, havia aproximadamente dez casas, incluindo as de sua mãe, de sua tia e de outros moradores pioneiros. A comunidade continua em expansão, buscando manter e fortalecer sua identidade quilombola.

O nome Canta Galo tem origem na história de uma família que veio do Rio de Janeiro ainda no período da escravidão. Elusiario e sua esposa, Josefa, vieram para a região e se estabeleceram após a abolição. O nome da comunidade foi dado por Elusiario, em homenagem ao Morro do Cantagalo, onde viveu antes de chegar à localidade. A história de Elusiario é marcada pela luta e resistência, já que ele enfrentou dificuldades extremas e precisou reconstruir sua vida em um novo território.

A comunidade tem uma forte presença indígena, como relatado por João da Cruz. Sua bisavó, Mãe Ney, era indígena e viveu na senzala, onde construiu sua própria casa de palha. Ao longo do tempo, sua família integrou-se à comunidade quilombola, formando um território de descendentes negros e indígenas.

A agricultura e o extrativismo são atividades essenciais para a comunidade. Os moradores cultivam mandioca, milho, feijão, abóbora, maxixe, quiabo e vinagreira, utilizando técnicas tradicionais e ferramentas como foice, machado e enxada. O plantio é realizado entre novembro e dezembro, sendo este o período mais favorável para garantir uma colheita produtiva. A roça de toco, técnica utilizada tradicionalmente, está sendo gradativamente substituída por práticas mais sustentáveis, visando a preservação do meio ambiente e a segurança alimentar da comunidade.

A pesca também é praticada em rios e córregos próximos, sendo uma importante fonte de alimento e renda para algumas famílias. Os principais instrumentos utilizados incluem redes, tarrafas e armadilhas. Além da pesca tradicional, a comunidade também investe na piscicultura, criando peixes em tanques familiares. Segundo Teresinha Nogueira, a participação das mulheres na pesca é significativa.

A cultura alimentar da comunidade é um reflexo direto das influências quilombolas e indígenas. Pratos como cuxá, bobó, galinha caipira, mingau e torta de palmito são preparados com ingredientes locais. O uso do coco babaçu é


Restaurante Quilombola
Quilombo Canta Galo
Itapecuru Mirim / MA
Inaugurado em novembro de 2023
Executor Implementador Apoiador Órgãos Fiscalizadores
VALE
PALMARES
INCRA
MAMA
NNA

um dos diferenciais da culinária local, sendo utilizado para a produção de leite de coco, mingaus e até mesmo chocolate artesanal. Durante as festividades, os pratos típicos são preparados em grandes quantidades para servir toda a comunidade e os visitantes.

Os festejos principais incluem o Festejo de São Sebastião, o Festejo de Santo Antônio e o Festejo do Divino Espírito Santo. Durante essas festividades, são realizadas novenas, cortejos, procissões e ladainhas, além de eventos sociais, como festas dançantes e apresentações culturais. Segundo Teresinha Nogueira, a devoção católica é predominante na comunidade, e as celebrações desempenham um papel essencial na manutenção da identidade coletiva.



Cozinha Comunitária


Igreja





A comunidade também possui uma forte tradição oral, com diversas lendas e narrativas passadas de geração em geração. Entre as mais conhecidas estão a Lenda da Luz, que conta sobre uma luz misteriosa que aparece em determinados locais, e a Lenda das Mães d'Água, que fala sobre entidades que vivem em um poço sagrado e se comunicam por meio de assobios. Segundo os moradores mais velhos, essas histórias são parte fundamental da identidade local e ajudam a preservar o conhecimento ancestral da comunidade.

Na área de lazer, os moradores organizam torneios de futebol, danças e apresentações culturais, especialmente durante as festividades religiosas. O Tambor de Crioula é uma das expressões mais marcantes da comunidade, sendo praticado em celebrações especiais. Além disso, há um esforço para manter vivas outras formas de expressão artística, como as cantigas e versos cantados.



Jaqueira



Dona Terezinha mostrando o pé de Anajá



Pé de tamboril



Placa Canta Galo





MONTE LINDO

MONTE LINDO

A Comunidade Quilombola Monte Lindo formou-se a partir da ocupação de terras que pertenciam a Manoel Martins, conhecido como "Branco", antigo proprietário de uma senzala e extensas glebas. O território foi se constituindo com o tempo por meio da fixação de famílias descendentes de pessoas escravizadas e trabalhadores rurais. Com o crescimento da ocupação, o território foi dividido em Monte Lindo I e Monte Lindo II, distinção que reflete o avanço das moradias sobre áreas antes identificadas apenas como "Companhia".

A agricultura de subsistência sempre foi a principal atividade da comunidade. Os moradores cultivam mandioca, milho, arroz, feijão e hortaliças utilizando ferramentas como foice, enxada e machado. Antigamente, era comum o trabalho em mutirão entre famílias vizinhas, prática que foi sendo substituída por roças individuais. Ainda restam algumas famílias que mantêm a produção de maniva e pequenos plantios, mas a atividade agrícola vem diminuindo com o passar dos anos.

A pesca é praticada com anzóis e redes nos rios e igarapés próximos. Embora já tenha sido mais frequente, atualmente é realizada por poucas pessoas e tem caráter complementar à alimentação. Algumas famílias também quebram coco babaçu, mas a prática se tornou rara, geralmente associada à produção de carvão.

A religiosidade é vivenciada principalmente por meio da Igreja Católica, construída em 2011, que se tornou espaço de encontros e celebrações. Os principais festejos da comunidade são os de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida. Ambos envolvem novenas, procissões e barraquinhas com venda de iguarias para arrecadação de recursos. No passado, os festejos também incluíam festas dançantes, que foram sendo descontinuadas após o falecimento de moradores responsáveis por sua organização.

Na área do lazer, torneios e jogos de futebol são as atividades mais lembradas. Antigamente, existiam campos dentro da comunidade, mas muitos desses espaços foram ocupados por novas casas. Atualmente, as partidas são realizadas em comunidades vizinhas, onde os moradores participam de campeonatos e jogos amistosos.

Do ponto de vista organizativo, a comunidade conta com a Associação dos Produtores Quilombolas do Monte Lindo, que busca fortalecer o reconhecimento do território e articular melhorias para os moradores. Entretanto, a participação é baixa e as reuniões são esporádicas. Segundo relato, há um esforço atual para reativar a associação e estimular o engajamento das famílias.

A comunidade enfrenta dificuldades com infraestrutura básica, como ausência de posto de saúde e más condições das estradas. Moradores relatam promessas não cumpridas por autoridades e pouca atenção por parte do poder público. A falta de áreas estruturadas para lazer e a diminuição das práticas culturais são também desafios enfrentados, especialmente para as novas gerações.

Os costumes e valores familiares são considerados centrais na formação da identidade local. Embora práticas como reuniões familiares e refeições coletivas estejam em declínio, moradores mais velhos destacam a importância de manter os valores do respeito, da união e da memória viva.




ESCOLA MUNICIPAL PROTEÇÃO DE MARIA



CACHOEIRA

CACHOEIRA

A Comunidade Quilombola Cachoeira, localizada em Itapecuru-Mirim (MA), tem sua história ligada à ocupação por famílias que permaneceram na região após o período da escravidão. Segundo os moradores, a área era originalmente vinculada ao senhor Onéas Bogea, que teria deixado um documento de doação das terras, embora a posse tenha sido posteriormente disputada e transferida diversas vezes até a desapropriação conduzida pelo INCRA. A chegada da família de um dos líderes comunitários remonta a 1940, época em que a região ainda era de difícil acesso e não contava com estrada. A luta pela regularização fundiária e o enfrentamento à pressão de grandes proprietários marcaram a trajetória recente da comunidade.

O nome "Cachoeira" está associado a uma formação natural presente no território, uma gruta de pedra por onde a água escorria, formando um poço que era usado para banho, consumo e como referência para a vida coletiva. O local também é mencionado em memórias mais antigas, como ponto frequentado por pessoas escravizadas, o que reforça seu valor simbólico e histórico.

A agricultura é a principal base econômica da comunidade. Os moradores cultivam arroz, milho, mandioca, feijão, maxixe, quiabo, pepino, melão e vinagreira. A produção é feita com ferramentas manuais, como enxada, foice e machado. As roças são mantidas tanto em áreas individuais quanto em um lote comunitário, onde algumas famílias se organizam para o plantio. A escolha das culturas está relacionada às necessidades alimentares da comunidade e à qualidade do solo.

A pesca também é praticada, sobretudo no verão, com anzóis e tarrafas. No entanto, os moradores relatam que a presença de fazendas nas proximidades e o desmatamento afetaram a disponibilidade de peixes. A caça, que já foi comum, hoje é desestimulada devido aos impactos ambientais e à prática predatória de alguns caçadores externos.

As celebrações religiosas fazem parte da vida comunitária. O principal festejo é dedicado a Nossa Senhora da Conceição, com missa anual e novena. Também são realizados festejos para São Sebastião e Nossa Senhora de Santana, e missas mensais passaram a integrar o calendário comunitário. Os moradores valorizam o resgate dessas práticas, inclusive com a intenção de manter a tradição do latim nas rezas, como forma de fortalecer a identidade religiosa local.

As manifestações culturais incluem o Tambor de Crioula, que deixou de ser praticado por falta de tocadores, mas

permanece na memória da comunidade como expressão de resistência. Também foi resgatado recentemente um antigo arraial, que havia deixado de ser realizado. Os moradores lembram com carinho de antigas brincadeiras como a encenação do "leão da mata da Maravilha", uma performance coletiva com personagens como caçadores e animais, toda feita com instrumentos e objetos artesanais.

A produção artesanal continua presente com a confecção de cofos, abanadores, mensabas e balaios, feitos por moradores mais velhos. Esses objetos são utilizados no dia a dia, principalmente para atividades agrícolas e pesca. Há uma preocupação recorrente com a falta de interesse dos mais jovens em aprender essas técnicas.

A comunidade enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, como a precariedade das estradas e a ausência de atendimento médico regular. A maioria dos moradores idosos convive com problemas de saúde, como diabetes e dificuldades de locomoção. Ainda assim, a comunidade se articula em torno de seus espaços coletivos, como a igreja, a escola e a sede da associação, onde ocorrem reuniões e celebrações.



Igreja Católica



Biblioteca e Associação



JAIBARA DOS NOGUEIRAS

JAIBARA DOS NOGUEIRAS

A Comunidade Quilombola Jaibara dos Nogueiras, segundo relatos dos moradores, indica que, antigamente, a região era chamada de Jaibara da Boca do Igarapé, e suas casas eram muito distantes umas das outras. Com o tempo, a comunidade cresceu e se consolidou, passando a ser conhecida como Jaibara dos Nogueiras, nome atribuído em referência a antigos proprietários da terra.

A comunidade teve um longo processo de luta pelo reconhecimento de seu território. A área passou por diversos conflitos fundiários, nos quais os moradores enfrentaram tentativas de expulsão e disputas com fazendeiros locais. A resistência envolveu a organização da comunidade e o apoio de advogados e sindicatos, que ajudaram a garantir o direito à terra. Segundo relatos, foram necessários cinco anos de luta até que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) interviesse para regularizar a posse da terra, embora muitos moradores ainda não tenham recebido os documentos definitivos.

A agricultura sempre foi uma das principais atividades da comunidade. Os moradores cultivam arroz, feijão, mandioca e milho, utilizando técnicas tradicionais de plantio e colheita. A produção de arroz já foi mais intensa no passado, mas atualmente está reduzida devido à menor disponibilidade de terras e à falta de incentivo para o trabalho no campo. Além disso, algumas áreas de cultivo foram impactadas por alagamentos, exigindo adaptações no calendário agrícola. A caça e a pesca também já foram atividades importantes para o sustento das famílias. No passado, era comum a presença de viados, tatus e cutias, mas, com o desmatamento e a diminuição dos animais, essas práticas se tornaram raras.

As festividades religiosas são um elemento fundamental da cultura local. Antigamente, a comunidade celebrava festas em homenagem a Nossa Senhora Santana, São Raimundo e Santo Antônio, organizadas por diferentes famílias da região. No entanto, muitos desses festejos foram abandonados ao longo dos anos. Hoje, a comunidade ainda realiza eventos religiosos, mas com menor frequência. A religiosidade está presente tanto na Igreja Católica quanto na Assembleia de Deus, e, apesar das diferenças de crença, os moradores convivem harmonicamente e respeitam as práticas uns dos outros.

O Tambor de Crioula e o Bumba Meu Boi foram manifestações culturais importantes no passado. Muitos moradores mais velhos lembram-se dessas celebrações e das brincadeiras que faziam parte da vida comunitária. Atualmente,



Igreja Católica



Igreja Evangélica

há um esforço para resgatar o Tambor de Crioula, com a participação de novos integrantes interessados em manter essa tradição viva. Além disso, a comunidade ainda organiza torneios de futebol, sendo o campo um ponto de encontro para lazer e confraternização.

A organização comunitária se dá por meio de espaços como a escola, a igreja e a associação de moradores. A comunidade conta com uma casa de farinha, onde os moradores produzem farinha de mandioca, fundamental para a alimentação e a economia local. Apesar dos desafios, como falta de infraestrutura e dificuldades no acesso a serviços públicos, os moradores continuam a fortalecer os laços comunitários e a preservar a memória e a cultura quilombola.

O processo de transmissão de conhecimento entre as gerações tem se tornado mais difícil, pois os jovens demonstram menor interesse em aprender sobre as tradições e a história da comunidade. Ainda assim, os mais velhos fazem questão de repassar seus conhecimentos, transmitindo histórias e experiências para os mais novos. Mesmo diante das mudanças, a Comunidade Quilombola Jaibara dos Nogueiras segue firme em sua identidade, mantendo viva sua história e sua luta pelo território.




U E B QUILOMBOLA
PROFª MARIA DO CARMO CORREIA OLIVEIRA



SÃO JOSÉ DOS MATOS

SÃO JOSÉ DOS MATOS

A origem da Comunidade Quilombola São José dos Matos remonta ao período da escravidão, quando um grupo de pessoas fugidas das fazendas da região, possivelmente de Oiteiro ou Santa Rosa, encontrou refúgio em uma mata fechada, onde ainda não havia povoado. Segundo relatos, durante essa fuga, uma mulher grávida deu à luz em meio às árvores, em um espaço protegido por raízes profundas. A criança foi chamada de José do Mato, e sua história deu nome à comunidade que se formaria naquele território: São José dos Matos.

Durante muito tempo, os moradores não se reconheciam formalmente como quilombolas. O processo de autodeclaração começou após conversas com pessoas mais velhas, e se intensificou com a chegada do INCRA, que promoveu a demarcação das terras como parte de um assentamento. Foram distribuídos 40 lotes entre os sócios da época, além de uma área de cerca de 100 hectares para uso agrícola e 15 hectares reservados para fins comunitários. O território já foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, mas a comunidade ainda aguarda a titulação oficial, que é vista como crucial para garantir segurança fundiária e impedir a venda de terras a terceiros.

A base econômica da comunidade está na agricultura e pesca. As famílias cultivam arroz, milho, mandioca, abóbora, maxixe e melancia, usando técnicas manuais com enxada braba, catana e foice. Os plantios acontecem em dois períodos principais: de junho a julho (mês de São João) e entre dezembro e janeiro (plantio de inverno). A produção é voltada para o consumo familiar, mas parte pode ser vendida localmente.

A pesca é praticada em igarapés e açudes, com uso de anzol, tarrafa, redes e o "landoar" (ou puçar). Mulheres e crianças também participam da atividade, contribuindo para o preparo e o aproveitamento do pescado, especialmente diante do alto custo da carne. Já a caça, que antes era comum, foi sendo abandonada por conta da escassez de animais e da diminuição do interesse coletivo.

A culinária tradicional é um elemento importante da identidade local. Pratos como cuxá, bolos e bobó são preparados em festas e celebrações. O bobó é feito com leite de coco babaçu, e pode ser preparado doce ou salgado, conforme o gosto de cada família. O preparo simples, mas marcante, reforça a conexão entre alimentação e saberes locais.

Entre as principais festas estão o Festejo do Divino Espírito Santo, o Festejo de Santo Antônio (com levantamen-



Casa de farinha



Produção da farinha

to de mastro e novenas), a celebração de Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro), e o mês de maio, dedicado às mães. As festas religiosas contam com procissões e cortejos, mas a participação tem diminuído, especialmente entre os homens. Em contrapartida, o reggae ganhou força entre os jovens como forma de lazer.

A quadrilha junina permanece como manifestação cultural ativa, especialmente no período dos arraiais. No passado, também eram comuns a brincadeira de boi, dança do coco e o tambor de crioula, mas essas práticas foram se perdendo com o tempo e com o falecimento de pessoas mais velhas que mantinham essas tradições.

Os principais espaços coletivos da comunidade incluem a Casa de Farinha, onde o trabalho é realizado de forma colaborativa; o Campo de Futebol, que recebe torneios e festas; a Escola Quilombola, que atende as crianças da comunidade; e a Igreja, considerada um espaço sagrado e de reunião comunitária. Próximo a ela está o Cruzeiro, símbolo de fé e tradição.



Igreja católica



Clube de mães

A educação segue como um desafio. Muitos jovens precisam sair da comunidade para continuar os estudos, e a transmissão da história local ainda é frágil. Valmir relata que nem mesmo ele conhecia a origem do território até pouco tempo atrás, o que reflete a ausência de processos estruturados de memória entre gerações.

Hoje, as reuniões comunitárias ocorrem na associação local — ou, na falta de sede, em espaços informais como debaixo de árvores ou na casa do presidente. As crianças são vistas com frequência no campo de futebol e espaços abertos. Os mais velhos também se reúnem para conversar, seja na igreja ou em mesas para jogar baralho.

Apesar dos desafios estruturais e das dificuldades em manter certas tradições, São José dos Matos se reconhece cada vez mais como território quilombola. A luta por titulação, valorização dos saberes locais e preservação da memória segue como horizonte coletivo da comunidade.



AGENTES CULTURAIS



Ana Maria Sousa Nogueira



Josielma da Conceição Rodrigues



Lucas Campelo Ferreira



Markelle Vitória Rodrigues dos Santos



Milena dos Santos e Santos



Thalyson Luan Pires Belfort



DO INVENTÁRIO À PRÁTICA EDUCATIVA

DO INVENTÁRIO À PRÁTICA EDUCATIVA

Utilizar o inventário cultural em sala de aula é também abrir espaço para que estudantes se reconheçam como sujeitos de memórias e saberes. Ao valorizar as narrativas das comunidades quilombolas, as educadoras e os educadores incentivam os/as estudantes a olharem para suas próprias trajetórias e perceberem que seus cotidianos, histórias e territórios também são fontes legítimas de conhecimento.

Com base nessa abordagem, sugerimos atividades que envolvam a construção de "linhas do tempo das memórias", essa ferramenta não visa apenas datar eventos, mas mapear modos de vida, experiências significativas e saberes transmitidos. As propostas convidam os/as estudantes a refletirem sobre momentos marcantes de suas vidas, conectando memórias pessoais aos saberes coletivos presentes em suas comunidades.

Dessa forma, o inventário ultrapassa o documento escrito e se concretiza em sala de aula como espaço de escuta, partilha e construção de sentidos. É um recurso que promove a valorização das histórias dos estudantes e o diálogo com as experiências históricas e culturais de suas comunidades.

Sugestões de atividades por etapa de ensino:

- Educação Infantil

Objetivo: Reconhecer vivências pessoais e familiares como parte de uma história coletiva.

Como fazer: Proponha que as crianças conversem com suas famílias sobre algo que gostam de fazer juntas (ir à feira, plantar, cozinhar, frequentar a igreja, brincar na rua). Depois, tragam para a escola um objeto, um desenho ou uma fala sobre esse costume. Monte um mural coletivo com esses registros, como uma "linha do tempo do nosso grupo".

- Ensino Fundamental I

Objetivo: Estimular a construção de identidade a partir de histórias familiares e do território.

Como fazer: Cada aluno constrói sua própria linha do tempo respondendo à pergunta: "Quais são os momentos mais importantes da minha vida?". A educadora ou o educador podem explicar que momentos importantes in-

cluem quando aprenderam algo novo, ouviram uma história da avó, ajudaram na roça, participaram de uma festa da comunidade, entre outros.

- Ensino Fundamental II

Objetivo: Investigar como os modos de vida da comunidade refletem conhecimentos tradicionais e histórias coletivas.

Como fazer: Em grupos, os alunos entrevistam pessoas da comunidade sobre práticas como trabalho, alimentação, construção de casas, festas, religião e cuidados com o território. Depois, criam uma linha do tempo coletiva ou um "mapa da memória" da comunidade, relacionando as falas com os elementos presentes no inventário.

- Ensino Médio

Objetivo: Analisar como as experiências quilombolas se expressam em lutas, saberes e práticas cotidianas.

Como fazer: A partir da leitura do inventário, os estudantes identificam aspectos que se relacionam com suas vivências ou com as de sua comunidade. Depois, produzem textos autorais, vídeos, podcasts ou exposições artísticas que expressam essas conexões. Pode-se propor também a criação de uma linha do tempo histórica comparando a luta quilombola nacional com o contexto local.

BIBLIOGRAFIA

- AÇÃO EDUCATIVA (org.). Indicadores de Qualidade na Educação: relações raciais na escola- Antirracismo em Movimento. São Paulo. Ação educativa, 2023.

- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003, p. 1

- BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Seção 1, p.26.

- GOMES, Nilma Lino. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Parecer CNE/CEB nº 16/2012. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 8,

  20/11/2012.

- _____. O Movimento Negro Educador: Saberes construídos na luta pela emancipação. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

- NASCIMENTO. Beatriz. Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

- SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília: Ayó, 2ªEdição, 2019.

- _____. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

- SILVA, Givânia Maria da. Educação como processo de luta política: a experiência de "Educação Diferenciada" do Território Quilombola de Conceição das Crioulas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

- _____. (Org). Educação Quilombola: Territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2021.

- SOUZA, B. O.; SILVA, G. M. da. Introdução. In: SILVA, Givânia Maria da et al. (org.). Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. São Paulo: Jandaíra, 2021.

- AÇÃO EDUCATIVA (org.). Educação antirracista / Organição de Vanessa Cândida Loureço, Ednéia Gonçalves. São Paulo, 2025.

GLOSSÁRIO

- **Aceiro:** faixa de terra sem vegetação, criada para prevenir a propagação de incêndios em áreas florestais ou agrícolas.
- **Cacuriá:** O cacuriá é uma dança típica do estado do Maranhão, surgida como parte das festividades do Divino, uma das festividades juninas. A dança é realizada em pares com formação em círculo, o "cordão", acompanhada por pequenos tambores, instrumentos de percussão também conhecidos como caixas do Divino.
- **Chacho e Chucho:** Técnicas agrícolas tradicionais quilombolas.
- **Cofo:** Cesto de palha usado para carregar tudo que for preciso: alimentos, objetos, brinquedos e memórias.
- **Guarimã:** Uma planta utilizada para fazer artefatos como cestos, balaios e diversos artefatos trançados.
- **Landuá:** É um instrumento de pesca, uma pequena rede presa a uma estrutura de madeira.
- **Macumba:** Originalmente, o termo faz referência a instrumento de percussão de origem africana utilizado em cultos afro-brasileiros. Esse uso generalizado possibilitou o uso do termo para designar o próprio culto. Infelizmente, o termo também é utilizado por pessoas racistas como forma de se referir às religiosidades de matrizes africanas de maneira pejorativa e discriminatória.
- **Mocambo:** Cabana, tapera.
- **Puçá:** Espécie de cesto-armadilha usado para pescaria, também conhecido como passaguá. Também conhecido como gererê, coador ou sarrico, um petrecho de pesca confeccionado com rede e ensacador, instalado em uma armação em forma de aro. Embora o puçá tenha denominações diferentes, em diferentes regiões, é um tipo de armadilha, com pequenas diferenças entre elas.

- **Peixe Muquiado ou moqueado:** O peixe moqueado é um técnica indígena de secagem do pescado com a finalidade de evitar o apodrecimento, pré-assando-o na brasa (defumação) usando uma churrasqueira improvisada chamada moquém (grelha de galhos).
- **Tapiti ou Tipiti:** É um espremedor de palha trançada utilizado para escorrer a água no método tradicional da produção de farinha. É usado por povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas.
- **Porto de Gambarra:** O porto de Gambarra servia de ponto de comércio e distribuição de produtos e de escravizados durante a primeira metade do século 19. Era lá que os navios negreiros atracavam. Diversos quilombos dos Vales do Rio Itapecuru e do Rio Mearim também tiveram a sua origem ligada a esse porto.



“Ele dizia (meu avô): meu filho, luta pelo que vocês têm, luta pelo que vocês querem, luta pelo que vocês vão permanecer, porque se você não alcançar mais um neto seu, um bisneto seu... porque ali é uma origem remanescente de quilombo, ali tem história, ali tem vestígio que a gente vê e não conhece. E o que o olho via 60 anos atrás, hoje a gente diz que é mentira, mas nada é mentira, tudo é realidade.”

(Trecho da entrevista com Antônio Luíz do Quilombo Mata de São Benedito 3)

